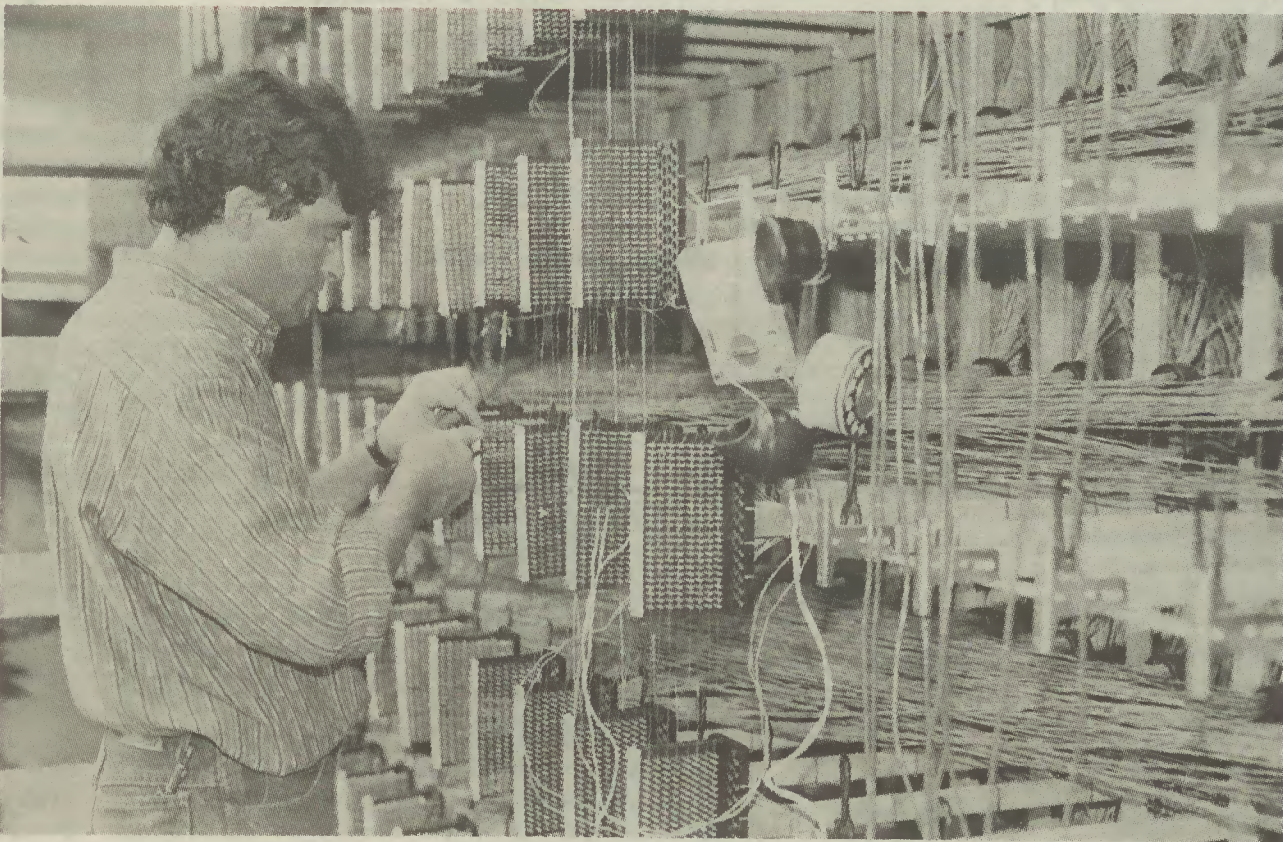


Jovens da PT, TMN e Telecel falam ao «Avante!»

## Tecnologias da exploração

As empresas  
de telecomunicações  
generalizam  
a contratação  
de pessoal  
abusando  
do trabalho  
temporário



Descontentamento  
aumenta  
e rompe  
o receio  
de represálias,  
a pior das quais  
é o despedimento

Pág. 5



Carlos Carvalho em entrevista

## «Um Partido de luta e de proposta»

Centrais

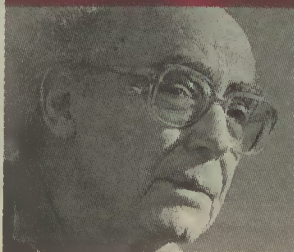
O Secretário-Geral do PCP fala ao «Avante!» sobre a preparação do XVI Congresso do Partido e sobre situação política actual. O Orçamento do Estado para 2000, a política de direita do PS, as privatizações e as questões ligadas com a integração europeia também merecem a atenção de Carlos Carvalho nesta entrevista que assinala ainda o aniversário do nosso jornal.

No 69.º Aniversário

### O «Avante!» remodelado

O nosso jornal fez 69 anos no passado dia 15 e chega às mãos dos seus leitores remodelado graficamente, com nova arrumação temática, mais colaboradores e novos motivos de interesse.

(Ver Editorial na pág. 3)



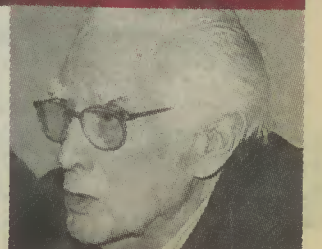
José Saramago  
«Partes  
de África»

Pág. 27

Álvaro Cunhal

nas comemorações  
dos 25 anos  
da 1.ª Conferência  
dos Trabalhadores  
Agrícolas do Sul

Pág. 11





**Avante!**  
Proletários de todos os países  
UNI-VOS!

**PROPRIEDADE**  
Partido Comunista Português  
R. Soeiro Pereira Gomes, 3  
1600 - 196 Lisboa  
Tel. 21 781 38 00

**ADMINISTRAÇÃO**  
Editorial «Avante!», SA  
Av. Almirante Reis, 90,  
7.ª A, - 1169-161 Lisboa.  
Capital social:  
15 000 000\$00.  
CRC matrícula: 47058.  
NIF - 500.090.440

**DIREÇÃO E REDACÇÃO**  
R. Soeiro Pereira Gomes, 3  
1600 - 196 Lisboa  
Tel. 21 781 71 90/91  
Fax: 21 781 71 93  
E-mail:  
avante.pcp@mail.telepac.pt  
Web:  
http://www.pcp.pt

**Director**  
José Casanova

**Chefe de Redacção**  
Leandro Martins

**Chefe Adjunto**  
Anabela Fino

**Redactores**  
Carlos Nabais  
Domingos Mealha  
Henrique Custódio  
Isabel Araújo Branco  
João Chasqueira  
Lígia Calapez  
Manuel Jorge Veloso  
Margarida Folque

**Grafismo**  
José Araújo

**Fotografia**  
Jorge Caria  
Sérgio Morais

**Secretaria da Redacção**  
Ivone Dias Lourenço  
Noémia Presúncia

**DISTRIBUIÇÃO**  
DISTRIBUIÇÃO ADE'S  
Editorial Avante!  
Av. Almirante Reis, 90,  
7.ª A, - 1169-161 Lisboa  
Tel. 21 815 34 87  
21 815 35 11  
Fax: 21 815 34 95

**Alterações de remessa**  
Até às 17 horas  
de cada sexta-feira:  
Tel. 21 815 34 87  
21 815 35 11

**DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL**  
DELTAPRESS  
Delegação Lisboa:  
Tapada Nova - Capa Rota  
Linhó - 2710 Sintra  
Tel. 21 924 04 47  
Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia  
Tel. 22 941 76 70

**ASSINATURAS**  
Av. Almirante Reis, 90,  
7.ª A 1169-161 Lisboa  
Tel. 21 815 34 87  
21 815 35 11  
Fax: 21 815 34 95

**TABELA DE ASSINATURAS\***  
(IVA e portes incluídos)

**PORTUGAL**  
(Contínente e Regiões  
Autónomas)  
50 números: 8 100\$00  
25 números: 4 200\$00  
**EUROPA**  
50 números: 21 850\$00  
**EXTRA-EUROPA**  
50 números: 30 600\$00  
**GUINÉ-BISSAU,**  
**S. TOMÉ E PRÍNCIPE**  
**e MACAU**  
50 números: 23 000\$00

\*Enviar para  
Editorial «Avante!»  
nome, morada  
com código Postal  
e telefone  
a acompanhar cheque  
ou vale de correio.

**Composição e impressão**  
Heska Portuguesa, SA  
Campo Raso  
2710 - 139 Sintra  
Depósito legal n.º 205/85



## Resumo

### 9 Quarta-feira

O PCP promove um colóquio sobre os 25 anos da Reforma Agrária, em Évora, com a participação de Álvaro Cunhal • O deputado comunista João Amal entrega um requerimento onde questiona o Ministério da Defesa sobre a capacidade do País «responder às necessidades de defesa nacional» se a TAP é vendida • Aterraram em Díli, finalmente, as primeiras tropas portuguesas, 25 anos depois do abandono do território • Os Talibãs pedem ao governo britânico que intervenha pela força no avião raptado e que continua sitiado em Londres.

### 10 Quinta-feira

A Bélgica pede à Comissão Europeia que levante a imunidade à ex-comissária francesa Edith Cresson, acusada de implicação num caso de contratação ilegal • Chega ao fim o sequestro do avião da companhia aérea Ariana, em Londres, onde os sequestradores, juntamente com cerca de 74 pessoas, pedem asilo político • As autoridades afegãs pedem a repatriação dos passageiros e dos sequestradores do avião desviado e afirmam que a sentença para os raptadores é a pena de morte • A UNITA ameaça retaliar a Namíbia caso esta continue a ajudar as autoridades angolanas na guerra civil • O advogado de Suharto afirma que este se encontra incapaz de responder perante a justiça devido a alegados problemas de saúde.

### 11 Sexta-feira

Realiza-se um encontro entre o PCP e o conselho de administração dos Hospitais da Universidade de Coimbra • O BE apresenta em Lisboa o projecto que visa a criação de postos legais de venda de drogas leves e prescrições de heroína • Pina Moura anuncia o aumento dos preços da gasolina em Abril • O governo britânico suspende o Executivo da Irlanda do Norte, apesar do IRA ter apresentado uma proposta de desarmamento • Tem lugar, em Lisboa, uma reunião informal dos ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais dos quinze com a participação, pela primeira vez, da ministra austríaca, membro do partido de Joerg Haider.

### 12 Sábado

Jorge Sampaio chega a Timor Lorosae, onde é recebido pelo CNRT e pelo povo timorense • Mais de doze mil pessoas mani-

### Álvaro Cunhal no colóquio sobre a Reforma Agrária

festam-se em Viena, na Áustria, contra o governo de coligação com a extrema-direita • O Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) organiza uma manifestação em Estrasburgo, que mobiliza cerca de 20 mil pessoas, para assinalar o primeiro aniversário da detenção do líder separatista Ocalan e exigir a sua libertação • Um jovem detido no Estabelecimento Prisional de Coloane, em Macau, é espancado até à morte por outro recluso.

### 13 Domingo

Carlos Carvalhas, durante uma iniciativa em Bragança, afirma que o Orçamento de Estado é «inócuo e injusto» • Xanana Gusmão, durante a visita de Jorge Sampaio ao território, defende a Língua Portuguesa como língua oficial de Timor-Leste e afirma que a «UNTAET não pode decidir em questões de interesse nacional» • Jorge Sampaio inaugura a Avenida de Portugal em Timor, uma homenagem «do povo timorense» ao país • Morre Charles M. Schulz, criador de Charlie Brown e de Snoopy, vítima de um cancro no cólon • Dá-se uma fuga de cianeto numa mina de cobre na Roménia, originando um desastre ecológico na região.

### 14 Segunda-feira

O Governo aceita as seis «exigências» do PP para alterar o OE e Paulo Portas compromete-se publicamente a viabilizar a proposta do Governo • A ministra dos Negócios Estrangeiros austríaca lança um apelo aos restantes países da União Europeia para que cessem o corte das relações bilaterais • Wahid suspende Wiranto, responsável pela violência em Timor, do seu cargo de ministro da Segurança e dos Assuntos Políticos • A Kfor prende 40 indivíduos (39 albaneses e 1 sérvio) na sequência dos confrontos entre a Kfor e alegados franco-atiradores.

### 15 Terça-feira

Ferreira do Amaral, em entrevista ao DN, defende a Alternativa Democrática e a escolha de um candidato às presidenciais feita só depois do Congresso de Viseu • A Comissão Europeia, a pedido da Bélgica, levanta a imunidade da ex-comissária Edith Cresson, acusada de fraude • O presidente do Parlamento alemão, Wolfgang Thierse, multa a CDU em 4,1 milhões de contos por fuga aos impostos referentes ao ano de 1998 • É divulgado o relatório médico de Pinochet.

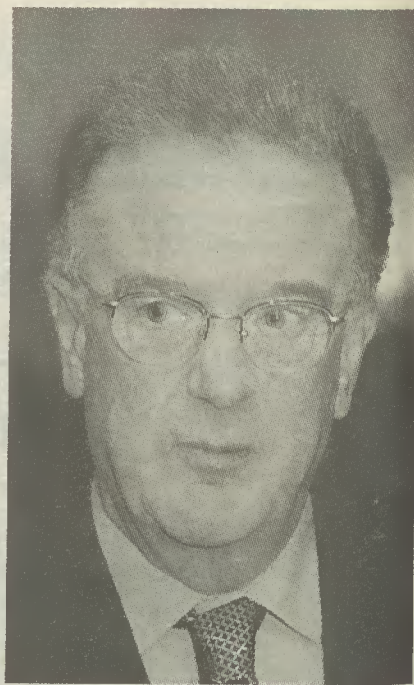
## Aconteceu

### Presidente da República visita oficialmente Timor-Leste

O Presidente da República, Jorge Sampaio, deslocou-se esta semana em visita oficial de três dias a Timor-Leste, no que foi a primeira deslocação de um Chefe de Estado português ao território e, simultaneamente, a primeira visita de um Chefe de Estado após o referendo vitorioso sobre a independência de Timor Lorosae.

Recebido entusiasmadamente, o Chefe de Estado português esteve em Díli, onde fez questão de se deslocar ao cemitério de Santa Cruz, local do massacre de timorenses em 1991 que seria decisivo para sensibilizar o mundo para o drama timorense, e ainda em Aileu, localidade a 40 quilómetros da capital timorense,

e Baucau, onde condecorou o bispo desta diocese, D. Basílio do Nascimento. Apesar de ter recebido a dramática notícia da morte da mãe durante esta visita, Jorge Sampaio não deixou de cumprir o programa previsto. Foram dados passos concretos na colaboração de Portugal na reconstrução de Timor-Leste durante



esta visita presidencial, nomeadamente a entrega da coordenação da reconstrução da rede eléctrica em todo o território por parte da EDP.

## Morre «pai» dos Peanuts

Morre, aos 77 anos, Charles Schulz, o genial criador da série norte-americana de banda desenhada *Peanuts* que, durante 50 anos ininter-

-Pen, a Lucy ou o Schroeder, sem esquecer o irresistível cão Snoopy e o pássaro Woodstock, para só falarmos de alguns ilustres membros da galeria dos

*Peanuts*. ImproPRIAMENTE classificada como banda desenhada infantil pelos editores norte-americanos, a saga dos *Peanuts* era tudo menos infantil: a inteligência, cultura, sutileza e grande humor da série instalava-se diariamente no quotidiano dos adultos para lhes surpreender os tiques, criticar as falhas e arejar as ideias por interpostas personagens infantis, lançando a banda desenhada

numa dimensão superior de ironia e intervenção. Vítima de um cancro no cólon, Charles Schluz trabalhou até ao fim com os seus heróis, tendo falecido esta semana durante o sono, tranquilamente.



ruptos, deliciaram os leitores de centenas de publicações onde as suas célebres «tiras» eram diariamente publicadas com as aventuras de personagens infantis tão fabulosas como o Charlie Brown, o Pig-

## Mina romena causa catástrofe ecológica

O derrame da solução de cianeto utilizada numa mina de ouro da Roménia está a causar uma catástrofe ecológica que já atingiu o rio Danúbio. O desastre ocorreu há duas semanas na mina de Aurul, no Norte da Roménia, quando uma fissura no depósito de cianeto derramou, pelo menos, 100 mil metros cúbicos de solução de cianeto num afluente do rio Szamos que, por sua vez, é afluente do rio

Tisza o qual, após atravessar o Sul da Hungria, desagua no rio Danúbio, onde já se regista um nível de cianeto 20 vezes superior ao tolerável. A morte de milhares de toneladas de peixe e de um número indeterminado de outros animais são as consequências mais imediatas da catástrofe, cuja gravidade ambiental já começa a ser comparada com a do acidente nuclear de Chernobyl.

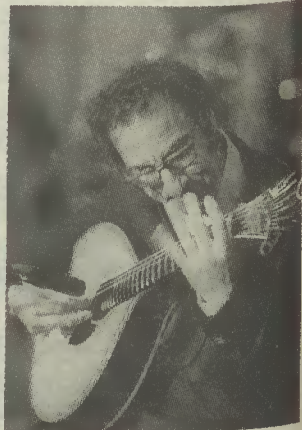


## Palavras para Paredes

«Palavras para Carlos Paredes» foi o nome dado a uma das muitas homenagens a Carlos Paredes, o maior intérprete e compositor de guitarra portuguesa, que ontem fez 75 anos. Promovida por Luísa

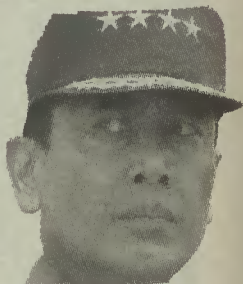
Amaro, companheira do guitarrista, a iniciativa reuniu no Alcântara Café, em Lisboa, muitos dos amigos e admiradores do artista.

O aniversário deste grande vulto da cultura portuguesa que a doença forçou a sair de cena prematuramente foi igualmente assinalado por outras homenagens. Na Casa do Fado e da Guitarra Portuguesa evoca-se a vida e a obra de Paredes, numa mostra documental ontem inaugurada e que estará patente até final de Abril. Também a TSF, a RTP1 e a SIC assinalaram a data, incluindo na sua programação programas dedicados ao senhor que guindou a música e a guitarra portuguesa ao mais elevado patamar.

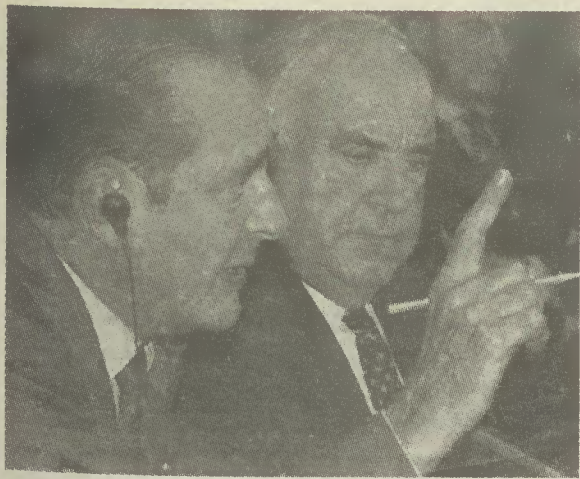


## Wiranto suspenso

O presidente indonésio, Abdurrahman Wahid, suspendeu repentinamente o general Wiranto das suas funções de ministro da Segurança e Assuntos Políticos, substituindo-o de imediato pelo actual ministro do Interior, Surjadi Sudirdja. Esta decisão colheu toda a gente de surpresa, incluindo o próprio Wiranto, que não escondia um sorriso triunfante à saída de uma reunião de três horas com o presidente Wahid, logo após a sua chegada de uma longa visita oficial ao estrangeiro e donde saiu um aparente recuo de Wahid ao afirmar que Wiranto continuaria no cargo. Horas depois, o presidente indonésio surpreenderia tudo e todos ao substituir, liminarmente, o ex-«homem forte» das Forças Armadas indonésias que, após a tomada de posse do seu substituto, afirmou ir acatar a decisão do presidente.







## Crónica Internacional

• Jorge Cadima

### O sistema

Uma após outra, as democracias-ocidentais-de-economia-de-mercado revelam-se, cada vez mais, apenas mercados. Sistemas de poder que defendem os interesses de classes dominantes, e ao mesmo tempo, interesses individuais e empresariais de quem financia ou subsidia, directamente, os indivíduos e organizações que ocupam, num dado momento, as cadeiras do Poder. É o quadro que emerge das revelações dos últimos anos em Itália, no Japão, na Bélgica, em França, nos EUA, no Reino Unido. E agora na Alemanha. Para não falar no nosso país... Financiamentos a troco de negócios de armas, de privatizações, de contratos, de subsídios, de favores. Numa promiscuidade onde as ideologias e os princípios cedem o lugar aos negócios e aos interesses. Vemos grandes capitalistas a financiar «socialistas». Traficantes de armas a financiar «democratas-cristãos». Ouvimos falar de *son ami* Mitterrand que financiava *son (soi-disant) adversaire, Khol*. É caso para dizer que há já muito tempo se está a concretizar, pela calada, a *privatização da democracia*. Ou como diria Gonelha, «quem quer decisões políticas, paga-as». Há algo de inevitável nisto tudo, em sociedades que consideram o dinheiro o metro de todas as coisas, e o lucro o critério de todas as virtudes. Já Marx e Engels, no Manifesto do Partido Comunista, diziam (há 152 anos...) que o domínio da burguesia «não deixou outro laço entre homem e homem que não o do interesse nu, o do insensível “pagamento a pronto”. (...) Resolveu a dignidade pessoal no valor de troca, e no lugar das inúmeras liberdades bem adquiridas e certificadas pôs a liberdade única, sem escrúpulos, do comércio». Como surpreender-se se a *coisa pública se torna coisa privada, e o interesse público se transforma em interesse privado?*

**As democracias-ocidentais-de-economia-de-mercado revelam-se, cada vez mais, apenas mercados.**

Privatização do Poder. Dirão os cínicos que assim, ao menos haverá transparência. Já se imaginam os títulos dos jornais: «foi lançada uma Operação Pública de Venda (OPV) do ministro das Obras Públicas». Ou então: «após a jornada de ontem na Bolsa, o Grupo Sonae passa a deter 40% do ministro da Economia, ficando outros 30% nas mãos do grupo espanhol Santander». Ou ainda, «foi ontem concluído o contrato para a temporada 2003-2007: na próxima legislatura, ministro e secretários de Estado da Educação descerão ao terreno com a publicidade da Microsoft nas camisolas». Dirão os tradicionalistas que assim regressariam os bons velhos costumes: após o interregno do sufrágio universal, imposto por Cartistas, sufragistas, *partigiani* e Capitães de Abril, voltariam a ser apenas os proprietários ricos a escolher chefes políticos. Fica mais barato e é mais seguro. Dirão os eficientistas que se o «corpo eleitoral» for constituído apenas por quem tenha os meios para adquirir três partidos políticos, teremos finalmente a verdadeira Reforma do Sistema Político que garantirá a aproximação definitiva entre eleitores e eleitos... Belmiro de Azevedo, Jardim Gonçalves, um Champalimaud e dois Espírito Santos poderão reunir-se regularmente com os seus «eleitos», a fim de garantir que estejam, de facto, a cumprir a vontade dos «eleitores». Sendo tão poucos, até se poderiam juntar num fim de semana, lá para as bandas de Cascais. Em mangas de camisa, que é para ser mais informal...

Fica uma dúvida. Se é este «O Sistema», porquê o fervor em alcançar «a integração dos comunistas no sistema político»? Vontade de ricos e poderosos de gastar mais algum dinheiro em financiamentos? Ou necessidade de eliminar as alternativas? De deixar a revolta e o protesto sem voz e expressão política? Ou entregue a Haiders e Le Pens. Que, afinal, sempre são da casa.

## Editorial

### «Avante!»

Sem vaidade mas também sem falsa modéstia, comemoramos o 69.º aniversário do «Avante!» com a enorme satisfação de o podermos fazer de cabeça levantada. Comemorando assim, não podemos deixar de ir buscar à memória fragmentos do passado. Não por efeito de qualquer saudosismo passadista – que, aliás, seria descabido em gente que, como nós, tem como meta o futuro – mas porque entendemos que esses fragmentos do passado, que foram sementes do nosso presente, marcam impressivamente a história do nosso jornal.

Desde o longínquo 15 de Fevereiro de 1931 até hoje – dia em que comemoramos esse dia e todos os que, durante quase sete décadas, se lhe seguiram – milhares de homens e de mulheres, semana a semana, escreveram, paginaram, imprimiram, distribuíram – ou seja, construíram – este jornal que é órgão central do PCP. Por isso, este tempo de aniversário é tempo de lembrarmos com camaradagem todos os nomes de todos os construtores do «Avante!». E também de, desses nomes, destacarmos – por razões que

### “Que cada leitor do «Avante!» seja um divulgador e um crítico atento e activo do jornal”

a razão e o coração entendem – os que asseguraram os 43 anos de vida clandestina do nosso jornal e que, para isso e por isso, sofreram na pele as consequências da repressão fascista, perderam vidas, sempre numa postura de serena e discreta heroicidade.

Nascido da reorganização do Partido levada a cabo, em 1929, com a participação decisiva de Bento Gonçalves, o «Avante!» atravessou dificuldades enormes, muitas vezes insuperáveis, nos seus primeiros dez anos de existência. A repressão fascista, por um lado, e as debilidades da organização partidária, por outro, fizeram com que o jornal fosse obrigado por várias vezes a suspender a sua publicação durante esse período. Sublinhe-se, no entanto, o facto notável de, nos anos de 1937 e 1938, altura em que o jornal chegou a ser publicado semanalmente, ter atingido tiragens de 10.000 exemplares.

Com a reorganização de 1940/1941 – determinante para o futuro do Partido e empreendida por um núcleo de dirigentes que integrava, entre outros já desaparecidos, os camaradas Álvaro Cunhal, Sérgio Vilarigues e Dias Lourenço – a estabilidade da publicação do «Avante!» passou a ser uma realidade. Uma realidade extraordinariamente duradoura, sublinhe-se: de Agosto de 1941 até ao 25 de Abril de 1974, o «Avante!» – sempre composto e impresso no interior do País – foi sempre publicado regularmente. É tudo isso que faz dele o jornal que em todo o Mundo mais tempo resistiu à clandestinidade. E é tudo

isso, juntamente com a forma como cumpriu o seu papel de órgão central do partido da classe operária e de todos os trabalhadores, que faz do «Avante!» uma referência singular no conjunto da imprensa escrita portuguesa.

Sobre o «Avante!» no período posterior ao 25 de Abril, dir-se-á o essencial dizendo que, do mesmo modo que não é possível, com seriedade, escrever a história do nosso povo durante o regime fascista sem consultar o «velho» «Avante!», também o conhecimento rigoroso desse período impõe a leitura e a consulta do órgão central do PCP.

Sendo o jornal de um partido que é diferente de todos os outros partidos, o «Avante!» é, também, um jornal diferente de todos os outros jornais. Com isto não pretendemos colocar-nos num pedestal de pureza, de saber e de verdade absolutas mas apenas afirmar e assumir a diferença que somos e queremos ser, com a consciência de que essa diferença radica numa clara opção de classe, visível desde logo no facto de, no nosso jornal, a prioridade ser dada aos problemas, anseios, aspirações e lutas dos trabalhadores. Vale a pena repetir que o «Avante!» não se esconde por detrás de falsas independências e enganosas imparcialidades: está com quem decidiu estar e combate quem decidiu combater; está com os explorados e contra os exploradores, com os oprimidos e contra os opressores, com o socialismo e o comunismo e contra o capitalismo e o imperialismo. Sempre assim foi, é e será.

Por isso, a remodelação iniciada nesta edição visa enriquecer as características essenciais do «Avante!» enquanto órgão central do PCP, enquanto difusor da opinião do Partido, enquanto elo de ligação às massas.

Nesse sentido, e para além da remodelação gráfica, pretendemos: informar mais e melhor sobre a actividade e os objectivos do Partido e das suas organizações; proceder a uma abordagem mais ampla e aprofundada do que se passa no País e no Mundo; dar mais espaço e desenvolvimento a áreas e temáticas que até agora não têm tido o destaque devido; abrir o jornal à análise de novos temas; inovar as formas de abordagem e proceder a uma melhor arrumação dos temas – tudo isto procurando tornar a leitura do jornal mais atractiva, enriquecer o seu conteúdo e procurando que ele chegue mais longe e seja lido por um número crescente de pessoas, militantes e não militantes do Partido. E contando para isto com um conjunto de novos colaboradores que constitui um dos dados mais relevantes deste processo de remodelação.

A campanha de promoção agora lançada assume, naturalmente, enorme importância e o seu êxito depende, como não podia deixar de ser, do empenhamento das organizações e dos militantes do Partido. Aqui deixemos um apelo nesse sentido: que cada leitor do «Avante!» seja um divulgador do «Avante!» e seja, também, um crítico atento e activo de cada número do jornal.



## Actual



Há pouco tempo, tínhamos tido esse monumento maior à ignorância e à ligeireza constituído pelo facto de dezenas de jornalistas e comentadores terem conseguido transformar em estrepitosas novidades e mudan-

ças de assombrar um conjunto de análises, orientações e posições do PCP assumidas quase há 10 anos.

Agora, iniciando uma procissão que ainda vai no adro e que há-de percorrer o conjunto dos «media», a partir de uma manchete mentirosa do «Expresso» (e qualquer outra da mesma família também o seria), já tivemos as penas expedidas de Carlos Magno, Emídio Rangel e Prado Coelho a construírem em cima de uma falsidade nuclear catedrais de hipocrisia e «pipelines» de veneno.

Afogados, como de costume, na vertigem dos títulos de imprensa e doentes por se lerem demasiado uns aos outros,

## Enxaquecas

• Vítor Dias

estes ilustres comentadores leram a manchete do «Expresso» e logo nela viram a mais cristalina das verdades. Nem sequer estranharam que tão fragorosas «decisões» e tão inequívocas «disposições» do Comité Central do PCP tivessem sido mantidas na clandestinidade, com a enorme eficácia que essa qualidade, como se calcula, asseguraria nos dias de hoje.

E muito menos estranharam que, certamente para não prejudicar o «frisson» que se queria vender, o «Expresso» não aludisse a nenhuma diligência junto do PCP para confirmar ou desmentir o sentido essencial da sua «notícia».

Não, os ilustres comentadores, cinco ou seis anos depois de ele ter sido retirado no mercado, limitaram-se para seu supremo prestígio a acreditar no velho e arrogante «slogan» publicitário do jornal da Duque de Palmela que rezava «Acredite... se ler no Expresso».

Quase juramos: a estes e outros comentadores pouco vão importar os esclarecimentos e a desmontagem de

como morderam credulamente o que alguém lhes quis impingir. Eles sabem ao que andam, e darão sempre por saldo útil as grelhas de análise de instituírem, as fasquias que fixarem, a seara de caricaturas e deturpações que semearem.

Entendamo-nos: não lhes pedimos que gostem de nós ou concordem com a nossa política e as nossas propostas, embora às vezes fosse desejável que saíssem da confortável cassete generalista de rejeição e explicassem em concreto quais é que contestam.

Mas, como figura de estilo, talvez fosse de lhes pedir, em relação ao PCP, um pouco menos de jogos de rótulos e etiquetas e um pouco mais de esforço de compreensão; um pouco menos de sabedoria de cuspo e um pouco mais de saber inteligente; um pouco menos de preguiça e superficialidade e um pouco mais de informação, leitura e estudo; um pouco menos de «clichés» e dogmas e um pouco mais de abertura e seriedade intelectuais face ao que o PCP realmente é, realmente faz e realmente defende.

Se tudo isto não lhes trouxer dolorosas enxaquecas, é claro.

## Ligações perigosas

• Jorge Cordeiro

Passou pelas páginas de alguns jornais, poucos, e como gato em telhado de zinco, a notícia de que na sequência do escândalo dos financiamentos do partido alemão de Helmut Khol um jornal daquele país decidiu trazer a público o dossier sobre o financiamento prestado pelo SPD de Helmut Schmidt nos anos de 1975/76 ao Partido Socialista e a alguns outros partidos da direita que em Portugal combatiam «a ameaça comunista».

Passando ao lado da irrelevante questão de se saber, a fazer fé na dúvida adiantada pelo citado jornal alemão, se estes apoios acabaram por ser integralmente encaminhados para a nobre e elevada tarefa que os motivou ou se para o não menos nobre e desinteressado encaminhamento para a conta pessoal de uns quantos «combatentes da liberdade», o que há a reter da questão é o seu significado e as ilações que legitima.

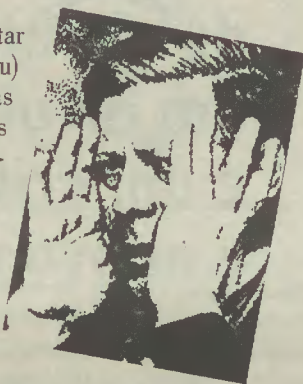
A primeira, como que a comprovar a justa ideia de que a verdade vem sempre ao de cima, pelo que confirma sobre o papel, pressupostos e objectivos em que se fundou o processo contra-revolucionário em Portugal, ao serviço de que potências e interesses estrangeiros foi realizado e quem se prestou a esse papel. Ainda que com o mérito inerente de permitir a uns quantos passarem a ver, se a esse esforço se dispuserem, quem é quem e o quê em matéria de perigosas ligações ao exterior.

A segunda para atestar que, em matéria de princípios e de recurso à tese de que os fins justificam os meios, para os auto-proclamados «combatentes da liberdade», tanto os de cá como os de lá, não há que olhar a meios para fazer prevalecer,

ali onde podem estar ameaçados, os poderosos interesses económicos e de classe de que são principais agentes. Nem que para isso se disponham à cumplicidade com serviços secretos, à conspiração com a extrema direita de que a espaços fazem questão de se distanciar, ou a espezinhar expectativas dos povos a uma vida melhor e a uma sociedade diferente.

A terceira para fazer notar que para os construtores do (seu) mundo livre e para os guias espirituais das chamadas democracias ocidentais, conceitos como os de soberania ou patriotismo são tão relativos e acessórios quanto em cada momento o recomende os sagrados interesses de quem os comanda.

Aos que vão discorrendo mais ou menos abstractamente sobre as maleitas do sistema político e a transparência dos mecanismos de financiamento dos partidos e aos que apressadamente correm a salivar atrás de uma qualquer pista que ainda que sem fundamento possa lançar a suspeição sobre os comunistas, aqui fica uma sugestão. A de, se para isso se sentirem livres para o fazer, darem ainda que timidamente alguma atenção ao tema e questionarem, mesmo que pedindo desculpa prévia por o fazer, os que mais directamente podem ter alguma coisa a esclarecer sobre o assunto.



## Água no bico

• Edgar Correia

Dão motivo para pensar as recentes declarações de Fernando Rosas de que «o PCP está perante um dilema semelhante ao de outros partidos comunistas na Europa (pois) ou se alia ao centro, como uma espécie de flor na lapela do «centrão» que governa o sistema, ou se alia à esquerda», e de que «muito provavelmente haverá partidos comunistas que se partirão em dois (e que) os militantes do PCP

serão também confrontados com essa grande escolha».

Ora os responsáveis do Bloco de Esquerda sabem perfeitamente – e quantos lhes dão crédito deveriam também sabê-lo – que a concretização de uma aliança entre o PS e o PCP é uma hipótese destituída de sentido real, por falta de base política.

Sabem também perfeitamente que o PCP se assumiu na anterior legislatura e se assume novamente na presente legislatura como oposição de esquerda ao governo do PS, e que tem sido o mais consequente lutador contra as medidas e políticas que ferem os interesses dos trabalhadores e da grande maioria do povo português.

Assim como também não ignoram que nenhum dirigente do PCP defendeu no passado, ou defende no presente, a concretização de uma aliança

política desse tipo. Restam, por isso, duas perguntas à procura de resposta: por que continuam os responsáveis do Bloco de Esquerda a insistir com essa mistificação, para mais quando o governo do PS se formou há poucos meses, dispõe do apoio parlamentar de metade dos deputados e tem pela frente um período de legislatura?; e que os move ao admitirem a divisão do PCP em torno desse problema?

É conhecido como ao nível da baixa política temas recorrentes como o do «prato de lentilhas» ou das «ambições pessoais» animam os pântanos da intriga e os mais estranhos jogos de poder.

Mas conhece mal o PCP e os seus dirigentes quem imaginar que os comunistas se poderão determinar por razões diversas do sucesso dos objectivos políticos que proclamam e por que lutam.

## Frases

“Queria dizer que o impossível é que a Izquierda Unida aceite deixar de ser o que é (no pacto com o PSOE – «Oxalá não ocorra como em França, onde houve o abraço do urso»). Pertencço ao Partido Comunista Português e não o deixarei, a menos que se converta em outra coisa, porque, nesse caso, não seria eu que o deixaria a ele, mas ele a mim.”

(José Saramago - «Diário de Notícias», 14.02.00)

“Nos últimos anos, os congressos do PPD/PSD têm sido um espectáculo tão divertido, que competem com os “shares” de audiência dos “shows” do Herman.”

(João Soares - «Semanário», 11.02.00)

“Tal como está, o PSD não é credível.”

(Dias Loureiro - «O Independente», 11.02.00)

“Não me surpreenderia nada se a doutora Manuela Ferreira Leite se decidisse ir a Viseu fazer a rodagem de um carro novo.”

(Alfredo Barroso - «Expresso», 12.02.00)

“(Santana Lopes) na coisa pública, nunca levou nada até ao fim – é politicamente um “coitus interruptus”.”

(João Carreira Bom - «Diário de Notícias», 08.02.00)

“Não se sabe se Durão Barroso vai pedir aos congressistas uma fasquia de votos elevada para continuar à frente do PSD. Mas teme-se que a previsível vitória o deixe tão fragilizado como estava antes do congresso.”

(António José Teixeira - «Diário de Notícias», 12.02.00)

“O PS está prisioneiro de uma frase infeliz do primeiro-ministro, a célebre “jobs for the boys”.”

(Manuel dos Santos - «O Diabo», 08.02.00)

“O Orçamento de transição, como lhe chamou Pina Moura, com mais ou menos retoque, será aprovado. E o seu «marketing» está feito, mais uma vez, com base nas verbas atribuídas e não nas reformas introduzidas.”

(António de Almeida - «Diário Económico», 10.02.00)

“Se o partido do austríaco Haider não tivesse chegado ao Governo de Viena, só haveria uma notícia sobre a presidência portuguesa da União Europeia: a de ter começado. Assim, o êxito ficou assegurado logo ao fim do primeiro mês.”

(Fernando Madrinha - «Expresso», 12.02.00)

“Há uma questão que terá de ficar sem resposta: e se em vez de ser a pequena Áustria fosse um grande da Europa, por exemplo a Alemanha, a levar para o seu governo um partido xenófobo, será que a retaliação europeia teria a mesma dureza?”

(Francisco Sena Santos - «Diário Económico», 08.02.00)

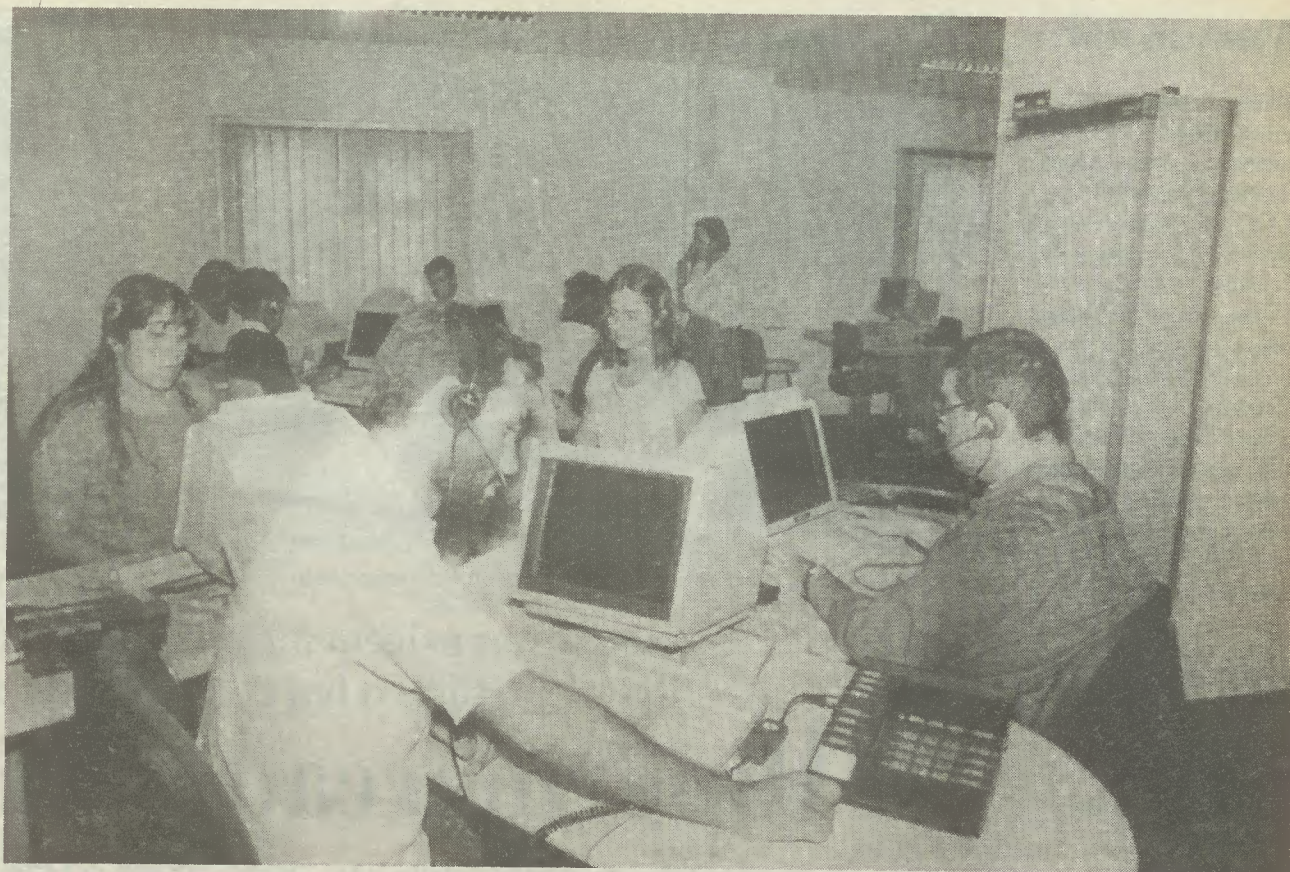




## Jovens da PT, TMN e Telecel falam ao «Avante!»

● Domingos Mealha

**A**s empresas de telecomunicações generalizam a contratação de pessoal abusando do trabalho temporário. O descontentamento aumenta e rompe o receio de represálias, a pior das quais é o despedimento.



O número elevado de clientes que ligam para o apoio não basta para obrigar as empresas a investir mais neste serviço

# Tecnologias da exploração

Três jovens, de pouco mais de 20 anos, dispuseram-se a contar ao «Avante!» aquilo que já viram e sentiram na própria pele. Por motivos compreensíveis, pediram para não ser identificados. Serão, para os leitores, o José, o Manuel e a Ana.

**Funções fixas, que correspondem a necessidades permanentes de empresas em expansão, são tratadas como circunstancial trabalho temporário**

mais um período de contrato a prazo, disseram-lhe que o serviço ia ser concessionado pela PT à Time Sharing e que, claro, contavam com ele nesta empresa... a ganhar menos 20 contos e com um subsídio de refeição muito inferior. Recusou e está agora na TMN, colocado através da Adecco, com uma jornada de trabalho de 5 horas.

A Ana está há ano e meio, a tempo inteiro, na Telecel, quase a terminar o segundo contrato a prazo. Acha que os profissionais do atendimento a clientes são «os operários dos serviços» nas empresas de telecomunicações: «Isto é como uma linha de montagem, dão-nos a *cassette* e põem-nos a repeti-la aos clientes.»

O José esteve nove meses a trabalhar no «118», o serviço de informações da PT, onde continua até agora, mas contratado pela Time Sharing, uma empresa de trabalho temporário criada pela própria Portugal Telecom. Trabalha quatro horas por dia.

O Manuel também esteve no «118», durante ano e meio. Gabaram-lhe o desempenho, ele próprio evidencia orgulho por trabalhar bem. Mas, acabado

### Qualidade ou contas

Logo nas boas-vindas aos novos «colaboradores», os responsáveis das empresas valorizam a importância de quem contacta os clientes, exigindo um desempenho ao nível dos «altos padrões de qualidade» do serviço. A prática rapidamente mostra que «o cliente é um número e um nível de facturação», enquanto a qualidade, mesmo credenciada oficialmente, pode significar períodos de espera até 15 minutos, conta a Ana. Por outro lado — o lado de dentro — os trabalhadores confrontam-se com falta de pessoal, ritmos de trabalho intensos (que atropelam o direito legal a pausas) e nenhuma perspectiva real de prosseguimento de uma carreira profissional. «Na TMN já só aceitam estudantes universitários, que é mesmo para verem aquele emprego como uma coisa passageira», diz o Manuel.

Quando o José recorda que «no «118» a regra é uma chamada não demorar mais de 60 segundos e só duas informações por cada telefonema», o Manuel conta que, depois de saber que na PT não lhe iam renovar o contrato, decidiu romper com estas regras e até explicava aos clientes as condições em que estava a trabalhar: «Eles ficavam surpreendidos, protestavam, mas reconheciam que a culpa do mau serviço não era nossa...»

A medida da tal «qualidade» fica melhor expressa quando os trabalhadores se põem a fazer contas, como sucedeu no «118»: por cada chamada, a PT cobra ao cliente 60 escudos; a duração média das chamadas situa-se pouco acima dos 30 segundos, o que torna realista uma média de cem chamadas por hora; um trabalhador, numa jornada de quatro horas, dá assim 24 contos a ganhar à empresa, ou seja, **mais de 500 contos** por mês; recebe, no entanto, **58 contos** de ordenado.

## Por Linhas Tortas Temporário

«A tendência será para cada vez mais empresas utilizarem serviços de trabalho temporário», afirma o director-geral da **Atlenco**, no último número da «Fortunas & Negócios», cantando que os resultados da sua empresa ultrapassaram as previsões em 50 por cento. João Lourenço refere com entusiasmo a Inglaterra, a França e a Irlanda, onde o trabalho temporário abrange mais de três por cento da população activa, enquanto em Portugal as estatísticas se ficam em um por cento.

Marcelino Pena Costa, director-geral da **Manpower**, diz na mesma revista que o recurso ao trabalho temporário «faz parte de uma gestão controlada de custos e de recursos humanos».

Como não é difícil compreender as vantagens das empresas que usam o trabalho temporário, a maior parte da peça da «Fortunas & Negócios» é dedicada a explicar os benefícios que pode ter o trabalhador e, até, a sociedade. «Os colaboradores vão tendo acesso a um emprego permanente», prega o presidente da **Associação de Empresas de Trabalho Temporário**, considerando que esta modalidade «evita a flutuação de grandes massas de desemprego», pois «quem está desempregado pode, rapidamente, ser trabalhador temporário». Um dirigente da **UGT** vem dar a sua mãozinha, defendendo que «a protecção social do trabalho está salvaguardada e o colaborador não permanente terá sempre oportunidade de ser recolocado noutra empresa».

Entre vantagens e desvantagens, o professor Arménio Rego, da Universidade de Aveiro, entorna alguma água no fervor dos entusiasmos, revelando que só «cerca de **30 por cento** dos trabalhadores temporários conseguem emprego permanente», que «nem sempre a empresa-cliente lhes confere **tratamento igual** ao que atribui aos seus próprios colaboradores» ou que a dita empresa-cliente (que contrata a fornecedora de mão-de-obra) «pode recorrer indevidamente aos trabalhadores temporários para **penalizar** os seus próprios colaboradores».

Nos EUA, onde dez por cento da força de trabalho está em regime temporário (o que significa mais de 2,5 milhões de pessoas), foi criada uma página na Internet ([www.temp24-7.com](http://www.temp24-7.com)) para defender os direitos destes trabalhadores, que nas empresas são tratados como *extraterrestres*, diz também a revista.

Por cá, a lei estipula que o recurso ao trabalho temporário seja feito para suprir **necessidades pontuais** das empresas, e é isso que fica escrito nos contratos. Para o Governo e a Inspeção do Trabalho, basta esta aparência de legalidade. Os patrões agradecem e as estatísticas do desemprego ficam mais apresentáveis...

## O PCP «está lá»

«O PS e o seu Governo mantêm um silêncio total sobre a degradação do emprego no sector», acusa o organismo das Telecomunicações da direcção regional de Lisboa do PCP, num folheto que está a ser distribuído nas empresas do sector e que por lá «está a dar que falar». A informação de Alexandre Teixeira, membro do Comité Central e da DORL, foi confirmada pelos jovens que entrevistámos. «Puseram no papel aquilo que as pessoas sentem e às vezes dizem em desabafos», reconheceu o José.

No folheto, os comunistas das empresas do grupo Portugal Telecom, da Telecel, da Optimus, da Oni, da Jazztel, da Novis e de outros operadores (onde o PCP está presente com níveis diferentes de implantação e organização) apontam o trabalho precário como «a *mais moderna técnica* de gestão, a «*arma secreta*» da «*competitividade*» e da «*qualidade*» oferecida ao consumidor». A precariedade manifesta-se nas

formas de *outsourcing*, trabalho temporário, aluguer de mão-de-obra ou recibos verdes, que são aplicadas «*de modo generalizado, às mais diversas funções e a todo o tipo de posto de trabalho permanente*».

### Retratos

«Existem locais de trabalho com cerca de **200 trabalhadores**, onde apenas **seis** pertencem ao quadro da empresa», denuncia-se no folheto, que relata vários exemplos da actual situação laboral no sector.

A Adecco, classificada como «um monumento» à polivalência e à flexibilidade, que tanto fornece mão-de-obra para as telecomunicações como para a ex-Sorefame, cometeu recentemente a proeza de deixar de pagar o estágio de formação, passando a arrecadar 64 horas de trabalho gratuito por cada estagiário.

No serviço de Apoio a Clientes da TMN, denuncia ainda o organismo das Telecomunicações de Lisboa, «*trabalham centenas de jovens, todos subcontratados por outras empresas, não há qualquer trabalhador efectivo*». Acentuando que os exemplos se repetem de forma generalizada nas várias empresas, no folheto são ainda referidas a **TV Cabo**, a **Optimus** e a **Telecel**.

Nesta situação, o PCP defende «o reforço de um movimento de opinião e de luta, pelo emprego com direitos, e pela admissão, para o posto de trabalho efectivo, de todos os trabalhadores com vínculo precário». Esta «é uma causa — a dignidade e valorização do trabalho — de todos os assalariados, que acabará por vencer», afirmam os comunistas.

Traduzindo na linguagem dos anúncios de telemóveis, reafirma-se assim que o PCP «está lá», «mais perto do que é importante» — os trabalhadores.



## Mais 25 mil

Para amortizar os encargos financeiros assumidos com a compra da sua sede histórica, a CGTP entregou sexta-feira mais 25 mil contos ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (que era proprietário do N.º 1 da Rua Vítor Cordon). Com esta tranche, a Intersindical Nacional liquidou, em menos de um ano, um total de 125 mil contos, angariados através de uma campanha de fundos especial.

## Rua do Ritz

A eleição dos representantes dos trabalhadores do Hotel Ritz no interior do estabelecimento foi proibida pela administração, pelo que o Sindicato da Hotelaria do Sul decidiu promover o acto eleitoral na rua, anteontem de manhã, para denunciar «a prepotência desta unidade multinacional».

## Minas

Os mineiros de Neves Corvo esperam «ver corrigida a dessintonia entre as informações internas e as notícias públicas» e não querem acreditar que Soares Carneiro incutisse conteúdos contraditórios. O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mineira, em carta-aberta ao presidente da Somincor, responsabiliza-o pela falta de diálogo, que origina a instabilidade na empresa, e expressa a esperança de «ver nas novas informações e notícias que o Estado, através da EDM, vai aproveitar esta oportunidade para reforçar a sua posição na empresa e, conseqüentemente, os interesses nacionais».

## Kallen

Cessar os contratos de trabalho, em consequência do recurso à lei dos salários em atraso ou por efeitos da falência da empresa, foi a decisão tomada dia 10, em Cheganças (Alenquer), pelos ainda trabalhadores das Confecções Kallen Portuguesa, firma abandonada no final de Novembro pela multinacional VET France e seus representantes. No plenário da semana passada foi manifestada grande indignação pelo facto de os ministros do Trabalho, da Economia e Finanças e dos Negócios Estrangeiros não terem respondido aos pedidos de audiência e intervenção apresentados pelos trabalhadores e pelo Sindicato dos Têxteis do Sul.



Em Lisboa (fotos) e no Porto, o encontro registou o crescimento da sindicalização e da eleição de delegados sindicais nas empresas do grande comércio



Sindicatos exigem intervenção articulada na inspecção das empresas e o fim do desmando dos «recibos verdes»

# Hipermercados não cumprem

**Impunemente, os patrões da grande distribuição abusam dos contratos a termo e a tempo parcial, não pagam trabalho suplementar e nocturno, não respeitam direitos reconhecidos na lei.**

Para além da denúncia de um quadro social e laboral que só não é reconhecido pelos responsáveis principais da actual situação nos super e hipermercados, o encontro nacional de trabalhadores destes estabelecimentos – realizado na semana passada, de forma descentralizada, em Lisboa e no Porto – endereçou ao Governo duas reclamações concretas que, a

serem satisfeitas, travarão a prepotência patronal.

Numa adenda introduzida já em resultado do debate, o documento saído do encontro de dias 9 e 10 começa por exigir que o Governo obrigue a que a Inspecção Geral do Trabalho e as inspecções da

**Há uma violação sistemática das normas e leis que garantem os direitos dos trabalhadores**

Segurança Social, de Finanças e das Actividades Económicas tenham uma «intervenção articulada e conjugada nas empresas».

Para a dupla secretária do bi-ministro Pina Moura segue o desafio (a sério, não como os «desafios» que lhe poluem abundantemente os discursos) de que «ponha termo ao desmando da venda de impressos de «recibo verde» nas Finanças, sem critério ou controlo efectivo». Se tal não for

feito, mantém-se publicamente «uma falsa ideia de legalidade» relativamente a «uma colossal fuga das empresas às contribuições para a Segurança Social e ao pagamento de impostos».

### Contrato

A proposta de revisão do contrato colectivo de trabalho, aplicável a mais de 50 mil funcionários dos quadros de pessoal e das agências de prestação de serviços (aluguer de mão-de-obra), mereceu grande atenção no encontro. Os sindicatos (CESP e CES-

Norte) reclamam um aumento de 6 por cento, que garanta, no mínimo, mais 5 contos de salário a cada trabalhador, a par da comissão de 1 por cento sobre as vendas.

Foi considerado como «indigno» o valor de 20 escudos (vintel), avançado pelos representantes dos grupos Jerónimo Martins e Auchan para actualização do subsídio de refeição.

## Eleições sindicais

A CGTP-IN registou «um aumento percentual significativo na eleição dos corpos gerentes dos sindicatos, feitos por voto directo e secreto dos sócios». O departamento de informação da central revelou, na semana passada, que o número de dirigentes eleitos subiu, de 3952 para 3980, nos últimos três anos, com particular realce para o aumento de mais de 20 por cento do número de mulheres em cargos dirigentes: eram 772, são agora 945. «Registou-se igualmente uma evolução globalmente positiva na renovação e rejuvenescimento dos quadros sindicais», afirma a *Inter*, que analisou dados relativos às eleições em 51 sindicatos, que tiveram a participação de 107 526 trabalhadores, dos 271 334 inscritos nos cadernos eleitorais.

### CTs

Na eleição de comissões de trabalhadores, entre 1996 e 1999, em 78 empresas, votaram 49 027 assalariados (mais de 53 por cento do total); quase 37 mil optaram por listas unitárias. Actualmente, refere uma nota da central sindical, estão registados estatutos de 1247 CTs. Nos últimos três anos foram publicados 69 estatutos (16 destes são alterações estatutárias); também teve publicação oficial a identificação de 2283 membros de 314 CTs (entre os quais, 349 mulheres).



As multas estão na lei, mas é necessária uma adequada fiscalização

## Vão mesmo multar?

O Sindicato da Construção, Mármore, Madeiras e Materiais de Construção do Sul mantém-se «na expectativa» quanto aos «instrumentos humanos, materiais e políticos» que permitam fiscalizar as empresas do sector e aplicar o novo regime jurídico de contra-ordenações laborais, impondo as multas previstas na lei às empresas e aos subempreiteiros «que, de forma dolosa e negligente, ignoram as suas obrigações e responsabilidades» e não respeitam as leis, os regulamentos e a contratação colectiva.

No sector da construção civil e obras públicas – salienta-se num folheto em distribuição –, a impunidade patronal tem graves reflexos nos números da sinistralidade: mais de 1500 trabalhadores morreram em acidentes nos últimos dez anos. Realçando a importância da vigilância e firmeza de quem trabalha e arrisca a vida nas obras, o sindicato reconhece o novo regime de multas como sendo «de extrema importância».



CGTP critica orçamentos do Estado e da Segurança Social

## O trabalho é que paga

O Governo mantém a injustiça fiscal, com um OE onde os trabalhadores pagam os impostos e as grandes empresas recebem centenas de milhões de contos de benefícios.

A Comissão Executiva da CGTP, que na segunda-feira analisou os orçamentos do Estado e da Segurança Social propostos pelo Governo, salientou que deve ser o OE a suportar os custos com o aumento das pensões do regime rural especial. Carvalho da Silva e Maria do Carmo Tavares disseram aos jornalistas, num intervalo antes do encerramento da reunião daquele órgão, que os aumentos são justos, mas não deve ser o Orçamento da Segurança Social, que vive dos descontos dos trabalhadores, a suportar o encargo de 38 milhões de contos que aquela actualização acarreta (7 mil escudos por mês, para mais de 400 mil pensionistas) – tanto mais, quando o Governo está a financiar a Segurança Social abaixo das suas obrigações. O regime dos agrícolas, referiram, já apresentava, nas últimas contas, um

défice de quase 17 milhões de contos, que devia ser suportado pelo OE.

As contas da Segurança Social, no entanto, são apresentadas com atraso (neste momento são conhecidas as de 1997) e sem a desagregação das verbas, que permita um indispensável detalhe na análise. A CGTP gostaria de saber, por exemplo, onde foi o Governo buscar o dinheiro para cobrir os custos com o rendimento mínimo garantido, que ultrapassaram significativamente as previsões.

O secretário-geral da CGTP apelou a que a justa actualização das pensões agrícolas não seja usada com demagogia para escamotear um debate público e nacional sobre a Segurança Social e sobre o equilíbrio entre o valor das pensões e os des-

contos feitos ao longo da carreira contributiva.

### Salários

A Comissão Executiva analisou ainda a política reivindicativa da CGTP, a evolução da contratação colectiva e, em especial, as negociações na Administração Pública, salientando a importância da greve convocada para amanhã pelo maior número de sindicatos de sempre – como sublinhou Paulo Trindade, também presente na conferência de imprensa. Carvalho da Silva exigiu que os governantes que, em particular,

**A CGTP exige mais detalhe e mais actualidade na informação sobre as contas da Segurança Social**

reconhecem a injustiça salarial na Administração Pública, assumam esse reconhecimento publicamente e adoptem as necessárias políticas, exigidas pelos trabalhadores. «Não há políticas sociais mais ajustadas, se não houver um crescimento significativo dos salários», disse o secretário-geral da CGTP.



O Governo quer até adiar a aplicação de medidas negociadas com os sindicatos e para as quais tinha dado o seu compromisso (foto da manifestação nacional de 28 de Janeiro, em Lisboa)

## Greve amanhã na Administração Pública

A última reunião de negociações, em que o Governo arredondou em 0,2 por cento a proposta salarial e subiu 5 escudos no subsídio de refeição, veio reforçar os motivos da greve marcada para amanhã pela Frente Comum de Sindicatos. Num comunicado que divulgou logo depois da reunião de dia 9, a estrutura representativa dos trabalhadores dos diversos sectores da administração central, regional e local considera a proposta inaceitável. «O Governo, com tais valores,

mais não pretende do que utilizar os trabalhadores da Administração Pública, degradando ainda mais o seu poder de compra, para que o patronato os utilize com referenciais para toda a contratação», denuncia a Frente Comum.

O Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local perspectivou uma grande adesão à greve, «cada vez mais oportuna e necessária». Reunida sexta-feira, a direcção do STAL analisou as centenas de ple-

nários realizados por todo o País e onde foi «notório o profundo descontentamento dos trabalhadores».

Cinco sindicatos do Centro também se afirmaram convictos de que esta será «uma grande greve», refere a Lusa, citando declarações de Mário Nogueira, da Fenprof, numa conferência de imprensa dada anteontem em Coimbra e em que participaram também sindicalistas médicos, enfermeiros, da Administração Local e da Função Pública.

## Ventos e tempestades

● Paulo Trindade

A política de direita, ao serviço do grande capital, tem procedido a um processo de privatizações conducente à restauração dos grandes grupos económicos, à liquidação de direitos fundamentais dos trabalhadores, à precarização do emprego, à degradação da democracia, à capitulação face aos interesses dos países mais poderosos e das grandes multinacionais e à aceitação pelos governos da imposição de limitações à própria soberania nacional.

O processo privatizador, tendo começado pelo sector público estendeu-se já à própria Administração Pública. É nesse contexto que se transformam serviços públicos em institutos públicos e até em sociedades anónimas, que se impedem empresas públicas de participarem em concursos, que, por omissão, se deixam áreas fundamentais como é a habitação, ao exclusivo critério dos ditames do mercado e que se verifica uma enorme promiscuidade entre o público e o privado sendo que os investimentos são públicos e os lucros são privados.

A designada reforma da Administração Pública, do Governo PS, com implicações em áreas tão importantes para os trabalhadores como a Segurança Social, a Saúde ou a Educação, alargam as privatizações, a tudo o que é rentável desde as estradas, aos estabelecimentos fabris das forças armadas, à água, aos resíduos sólidos, às florestas, à segurança, ao notariado, à administração fiscal, ao próprio património do Estado. Este processo traduz-se para os trabalhadores do sector na desregulamentação, no aumento da precariedade, na redução do poder de compra, na privatização do vínculo laboral e traduz-se para todos os trabalhadores portugueses em menos serviços públicos, na degradação da qualidade desses serviços e em crescentes limitações ao respectivo acesso por via da criação de taxas numa lógica de mercado esvaziada de critérios de justiça social.

A dinâmica do lucro capitalista sobrepõe-se aos direitos sociais conduzindo a um falso Estado de Direito e que impõe que a luta dos trabalhadores seja implementada na defesa de serviços públicos de qualidade e no aprofundamento da democracia nas suas vertentes económica, social, cultural e política e em defesa dos interesses da própria independência e

soberania nacionais.

Não é por acaso que os utentes, ou seja, todos os cidadãos portugueses, mas com especial relevo para os trabalhadores por conta de outrem que por via do IRS sustentam a grande fatia das receitas fiscais, passaram no léxico governamental a ser designados de clientes enquanto os dirigentes passam a gestores e, face à inevitável conflitualidade decorrente da política de direita, o actual Governo se propõe alterar a lei da negociação colectiva, os serviços mínimos e o quadro regulador das relações laborais da Administração Pública. Não é também por acaso que o Governo do PS assume à mesa das negociações uma postura de afrontamento à dignidade profissional dos trabalhadores da Administração Pública, consubstanciada em propostas de actualização salarial abaixo da inflação prevista pelas mais diversas entidades e, quando o Governo é confrontado pelos Sindicatos com o não cumprimento da lei da negociação colectiva, responde que «recorram aos tribunais».

Desmotivar profissionalmente os trabalhadores da Administração Pública, impor-lhes actualizações salariais que serviriam de referencial a usas pelo patronato para a contratação colectiva da generalidade dos trabalhadores portugueses, constitui a estratégia clara da política de direita do Governo PS.

Trabalhadores desmotivados, condições de trabalho desregulamentadas, são terreno propício à degradação da qualidade dos serviços públicos para que de seguida se afirme que como o que é público não presta há que enveredar pela privatização.

Para desgosto daqueles que proclamaram o fim dos Sindicatos no ano 2000 os milhares de trabalhadores da Administração Central, Local, Enfermeiros, Médicos, Professores, trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas e de muitos outros sectores da Função Pública, deram a resposta na enorme manifestação de 27 de Janeiro último e, com força redobrada, unidos em torno dos seus Sindicatos, decidiram avançar para a greve de 18 de Fevereiro. O Governo que se cuida, porque quem semeia ventos colhe tempestades.



# O PSD e a Lei dos Partidos

• João Amaral

O PSD dá hoje um espectáculo de *vaudeville*. Em vez do que deve existir na preparação dos Congressos, isto é, debate de ideias, há encenações para televisão. Em vez de diferenças programáticas, há luta de galos. Em vez de valores democráticos, há os fins a justificarem os piores meios. Em vez de respeito pelo Partido, com diferentes ideias a submeter à escolha democrática, há o uso do Partido como alavanca pessoal.

É mais uma machadada na credibilidade da política. Qual é assim a seriedade destes personagens de farsa, quando apresentam um projecto de nova lei dos partidos?

Se há domínio onde o fascismo foi incapaz de alcançar os seus objectivos, foi na tentativa de esmagar os partidos. Se o conseguiu com os partidos que dominaram a I República, foi incapaz de paralisar o Partido Comunista Português.

Mas o PCP, actuando na clandestinidade, nunca assumiu a condição de partido ilegal. Feridas de ilegalidade democrática eram as leis que o impediam.

A liberdade de constituição de partidos integra o tipo de direitos, constantes das Declarações Universais e Pactos

Fundamentais, que são imanescentes à cidadania e que dão a conformação básica à democracia. O 25 de Abril consagrou plenamente os partidos, e a Constituição de 1976, reconhecendo-os como associações especiais, afirmou a sua relevância para a formação da vontade popular, garantiu a sua representação nos órgãos colegiais de poder político eleitos e afirmou os seus direitos de oposição, antena, resposta e réplica política.

Mas toda a conformação constitucional dos partidos assenta na liberdade: de os constituir, de ser filiado, na forma de organizar, nos objectivos programáticos (com a proibição de organizações fascistas, racistas, de natureza militar ou paramilitar ou com fins violentos).

Com o projecto n.º 74/VIII, o PSD quer dar lições sobre partidos e espartilhar as actuais regras de liberdade.

Claro que um Partido tem de reger-se pelos "princípios da transparência, da organização e da gestão democráticas, e da participação de todos os seus membros" (artigo 51.º n.º 5 da Constituição). Mas, deve ser a Lei a impor, entre os diferentes modelos, qual é o "modelo único" de partido?

Alterar as actuais regras de liberdade só pode servir para tentar resolver por via

administrativa aquilo que devem ser os partidos a resolver pelos seus meios de decisão interna. Dou três exemplos.

O voto secreto. Não penso que essa seja uma questão difícil. Por exemplo, o PCP assumiu nos Regulamentos dos Congressos a possibilidade de voto secreto. Quanto a esta matéria, há as duas opiniões. Pode obviamente questionar-se se valerá a pena manter uma posição que causa incompreensões, na opinião pública, numa matéria em que admitimos que qualquer das soluções é democrática.

**Mas, seja qual for a resposta, devem ser os partidos a dá-la, não a lei a impô-la.**

Segundo exemplo: o PSD quer impor o método proporcional na eleição dos delegados à Assembleia Representativa (Congresso) e a possibilidade de listas múltiplas para a direcção (mesmo com o método maioritário). Não se discute a questão de fundo. Mas, é perfeitamente legítimo dizer que estes métodos podem concorrer para empobrecer o debate democrático e favorecer a discussão centrada nas pessoas. Como se pode invocar, em contrário, que a eleição com representação proporcional do Congresso pode permitir uma melhor expressão de diferentes opiniões. Argumentos há muitos. Mas, aqui também: **não pode ser a Lei a impor as soluções.**

Terceiro exemplo. A Constituição dá ao Tribunal Constitucional competência para acções de impugnação de eleições partidárias e anulação das deliberações dos órgãos dos partidos "que, nos termos da Lei, sejam recorríveis". Vai ser a Lei a dizer quais. O PSD quer que sejam as deliberações em que se alegue "grave violação das regras relativas à competência ou ao funcionamento democrático do partido". Que é isto? Uma espécie de direito de ingerência? A orientação política dos partidos vai ficar sujeita a julgamento judicial? Os julgamentos válidos são os dos militantes... e os dos eleitores!

O projecto do PSD não se fica por aqui: quer que o Tribunal Constitucional tenha a lista actualizada dos filiados (violando a reserva de intimidade); introduz dificuldade na constituição e facilita a extinção administrativa dos partidos; acaba com as associações políticas (como a ID); legitima as "fundações" que serviram para o financiamento do PS, PSD e PP; aumenta a lista dos cidadãos sem direito de filiação partidária.

Mas as três questões acima referidas são as nucleares.



Urge reforçar a acção fiscalizadora do Parlamento sobre os actos do Governo

PCP quer alterar normas da AR

## Melhorar o debate político

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou um projecto de resolução com alterações ao regimento da Assembleia da República. Melhorar o seu funcionamento, aperfeiçoando algumas das regras actuais, tantas vezes por todos os partidos criticadas, tal é, em síntese, o principal objectivo inscrito nesta iniciativa legislativa.

Visado é sobretudo a ampliação e valorização do debate político nas reuniões plenárias, conferindo simultaneamente maior capacidade e eficácia à acção fiscalizadora da AR sobre os actos do Governo e da administração pública.

Os deputados comunistas querem igualmente introduzir maior vivacidade e melhor organização nos debates de perguntas ao Governo, independentemente de nele estarem presentes o Primeiro-Ministro ou os membros da sua equipa, buscando ainda uma «adequada fundamentação e enquadramento de certos processos legislativos».

Sem prejuízo de outras propostas que estão a formalizar em sede do grupo de trabalho criado para a reforma do Parlamento, uma das alterações agora avançadas prende-se com a ida do chefe do Executivo à AR para responder às perguntas dos deputados. A bancada do PCP entende que este acto deve assumir a

forma de uma verdadeira «sessão de perguntas» – e não uma mera declaração do Primeiro-Ministro –, com uma regularidade mensal e um tempo máximo que não exceda os 90 minutos.

Outra das inovações diz respeito à habitual sessão de perguntas dirigidas aos membros do Governo. O PCP quer que cada sessão passe a ser reservada a um único departamento (ministro e respectivo secretário de Estado), abrangendo todas as matérias da responsabilidade dos governantes presentes.

Noutro plano, com o intuito de valorizar os plenários das sextas-feiras, é proposto que aqueles tenham sempre um período antes da ordem do dia (PAOD), vocacionado para perguntas ao Primeiro-Ministro e para debates de urgência, seguido por um período de ordem do dia

(POD) destinado a debater matérias como apreciações parlamentares, acordos internacionais e petições.

De enorme alcance reveste-se, por outro lado, a proposta visando permitir que a AR possa ouvir os altos quadros da administração pública sem dependência de autorização hierárquica, o que é encarado como uma forma de elevar o nível de responsabilização desses altos quadros.

Realce merece ainda a proposta que confere à AR o direito de por sua iniciativa – e não apenas por iniciativa do Governo – realizar debates sobre assunto de relevante interesse nacional de acordo com o articulado da Lei de defesa Nacional.

A votação pela Câmara de uma «moção de política sectorial» após as interpelações ao Governo, dando assim a estas um sentido conclusivo, é outra das medidas preconizadas pelo Grupo comunista, que deseja igualmente ver justificados pelo Governo todos os pedidos de autorização legislativa, bem como o enquadramento das propostas de resolução sobre acordos e convenções internacionais.

**O Primeiro-Ministro deve ir mensalmente ao Parlamento não para produzir um monólogo mas para debater e responder às questões dos deputados**

## Pelo êxito do Porto 2001

Os deputados comunistas eleitos pelo Porto pretendem que a «Comissão Parlamentar de Acompanhamento ao Porto 2001» visite a Invicta para ouvir Teresa Lago e restantes administradores responsáveis pela organização do projecto, incluindo os que têm a cargo a programação, mesmo os que recentemente se demitiram. Contribuir para a «eficácia dos trabalhos de preparação» é o objectivo visado por João Amaral e Honório Novo, segundo uma declaração por

si subscrita e divulgada na passada semana.

Para que o «Porto 2001» seja efectivamente um êxito – e é nesse sentido que lançam um apelo – importa que haja a «conjugação de esforços» de todas as entidades.

Os deputados do PCP não escondem, entretanto, a sua preocupação face ao que consideram o «espírito de ingerência que permanece na atitude do ministro Carrilho», agora secundado pelo próprio Guterres, que não nega notícias segundo as quais «não é

alheio a medidas de enquadramento e secretismo dos trabalhos em curso».

Manifestando-se a favor da «completa transparência dos trabalhos», os parlamentares comunistas defendem ainda o «direito do Porto e dos seus agentes culturais» a decidirem com autonomia quanto às «opções essenciais para a realização do Porto 2001», bem como a «concretizarem a sua execução com os altos padrões de qualidade de que já deram sobejas provas».



## AR inicia debate do OE 2000

# Um orçamento de direita

Tem hoje início em plenário a discussão na generalidade do Orçamento do Estado e das Grandes Opções do Plano para 2000. O debate prossegue amanhã, após o que os documentos serão sujeitos a sufrágio. O PCP já anunciou o seu inequívoco voto contra. Uma oposição firme a um Orçamento que ignora o trabalho e beneficia o grande capital.

Conhecidas as suas linhas e orientações essenciais, cumprida que foi na semana transacta a sua apresentação e análise nas comissões especializadas, não é de esperar qualquer surpresa. Nem

mesmo quanto à votação. As posições assumidas pelo CDS/PP não deixam dúvidas quanto à sua intenção de fazer passar o Orçamento. Tudo perfeito. «Um orçamento de direita, só pode ser viabilizado por um partido de direita, qualquer que seja

o pretexto», como declarou ao «Avante!» Octávio Teixeira.

O Orçamento do Estado confirma as piores expectativas. Não que houvesse qualquer ideia de que o Governo invertesse substancialmente as suas orientações políticas, apresentando agora um Orçamento diferente, com orientações de esquerda. A questão é outra. O que não seria manifestamente «razoável esperar é que o Governo fizesse exactamente o contrário, isto é, apresentasse um Orçamento vinca e acrescidamente ignorando os que trabalham e beneficiando ostensivamente os lucros, o grande capital», como nos referiu o presidente do Grupo Parlamentar do PCP.

Mas foi isso o que aconteceu. O ano passado, por acção do PCP, foram introduzidas alterações positivas em sede de IRS. Seria de admitir que esses passos tivessem continuidade e novos fossem dados no sentido do combate à eva-

são fiscal e da redução da carga fiscal sobre os trabalhadores por conta de outrem.

Pura ilusão. Como sublinhou Octávio Teixeira, «nada disto se verifica neste Orçamento». Pelo contrário «o

Governo parece ter querido mostrar que a sua política fiscal é uma política de classe, de acrescidos privilégios ao capital. E que o pequeno interregno verificado no Orçamento de 1999 se ficou a dever, pura e simplesmente, ao facto de ser ano de

eleições».

Mas é também nas áreas sociais, onde continuam a registar-se enormes carências, que melhor podem ser compreendidas as orientações do Governo. «As insuficiências, e os esquecimentos, continuam a ser intoleráveis», observa Octávio Teixeira, dando como exemplos a educação (onde as insuficiências orçamentais são gritantes, designadamente no ensino superior público), a saúde (com um novo subfinanciamento do SNS) e a habitação, em relação à qual se mantém o continuado esquecimento do Governo, que remete a resolução deste problema para a aquisição de habitação própria, como se todos os portugueses o pudessem fazer.

### Oposição frontal

Na presença de um Orçamento mau, que não corres-



Governo opta por benefícios ao capital em detrimento de quem trabalha

ponde às expectativas e interesses nem dos trabalhadores nem do País, e relativamente ao qual o PCP já revelou estar contra, que postura é de esperar da bancada comunista no debate na especialidade? «A postura responsável de sempre», respondeu Octávio Teixeira, definindo-a ainda como «a postura de um partido de oposição clara e frontal ao Governo e a este seu Orçamento, criticando e votando contra todas as propostas e dotações que entendemos erradas, injustas e integradas em orientações políticas de direita».

Certo é também que a bancada comunista denunciou «todos os entendimentos que o PS for fazendo com a direita parlamentar, do mesmo modo que apresentará «propostas que mostrem e demonstrem que é possível um outro Orçamento, mais justo e de progresso social, e que só não é apresentado e aprovado por inequívoca falta de vontade política do PS».

É que - as palavras são ainda de Octávio Teixeira -, «não é por não ter a maioria absoluta na Assembleia que o Governo do PS não apresenta um Orçamento «à esquerda»: é porque o PS quer um Orçamento de direita! Que, naturalmente, só pode ser viabilizado por um partido da direita, qualquer que seja o pretexto.

## Salários congelados

Questão que no decurso do debate não deixará de estar também no centro das preocupações dos deputados comunistas é a dos salários dos trabalhadores da administração pública e, em particular, a proposta da sua actualização apresentada pelo Governo.

Para Octávio Teixeira trata-se de «mais um e inadmissível exemplo da política de classe prosseguida pelo Governo». É que, observa, uma actualização salarial da ordem dos 2,4 ou 2,5 por cento, significa, de facto, que o Governo «pretende fazer um congelamento dos salários reais dos trabalhadores da administração pública, e apontá-lo como exemplo a seguir ao grande patronato».

Uma tal proposta, acrescenta, «casa-se perfeitamente com a manutenção de pensões de reforma chocantes para mais de um milhão de reformados, quer do regime geral quer do dos trabalhadores agrícolas e das pensões ditas sociais». E concluiu: «Para os lucros e rendimentos financeiros há sempre recursos orçamentais, mas não os há para os trabalhadores e para os reformados.»

## Obsessão privatizadora

Denunciadas por Octávio Teixeira foram ainda, noutro plano, as orientações que perpassam o Orçamento em matéria de privatizações. Nele continua presente a mesma «obsessão», como o PCP já lhe chamou, de delapidar o património empresarial público. Não tendo dúvidas quanto a esse facto, acusa mesmo o Executivo de «fazer gala em o afirmar», lembrando que o «anterior Governo PS gabava-se de ter privatizado mais em quatro anos que os Governos de Cavaco Silva em dez».

Esta «mesma filosofia e o mesmo fundamentalismo pri-

vativador» estão assumidos pelo actual Governo, considera Octávio Teixeira, dando como exemplo a afirmação feita no Orçamento de que, para já, são mais 500 milhões de contos. Entretanto, face ao anúncio feito pelo Governo de que em Abril vai apresentar o novo programa de privatizações para os próximos anos, é de esperar, como fez notar o deputado comunista, que «por ele, pelo Governo do PS, as privatizações só pararão quando não houver empresas públicas, ou parte delas, para vender. Agora preferencialmente a grupos estrangeiros.»

### Processo TAP

## Esclarecer decisões obscuras

O PCP insiste em considerar que a decisão do Governo sobre a TAP é precipitada e está envolta de aspectos obscuros. Afirma mesmo que a recente audição parlamentar sobre o caso, realizada por sua proposta, ao invés de dissipar dúvidas, veio avolumar «as dúvidas e interrogações». Por isso a bancada comunista quer agora que os actos do Governo relativos à privatização, reestruturação e definição das alianças estratégicas da TAP sejam alvo de um inquérito parlamentar. O pedido foi já formalizado e tem por base a necessidade de serem clarificadas questões que os comunistas garantem prejudicar os interesses nacionais, bem como os da TAP enquanto empresa nacional de bandeira, pondo simultaneamente em causa o futuro dos trabalhadores.

Por esclarecer estão, por exemplo, as consequências da privatização no que se refere à

entrega do controlo da TAP a empresas e centros de decisão estrangeiros. A existência de valores de avaliação superiores ao valor final anunciado de privatização constitui outra das questões que desejam ver aclarada, do mesmo modo que querem perceber por que razão não foram considerados estudos da TAP que atribuem vantagens económicas e estratégicas a outras parcerias diversas da opção anunciada pelo Governo.

A carecer de explicação, do ponto de vista da bancada comunista, está igualmente a decisão sobre alianças que se têm revelado prejudiciais à autonomia e ao equilíbrio financeiro da TAP, assim como as opções de associação com operadores privados e turísticos para a criação de uma empresa de transporte aéreo não regular, sem que haja conhecimento de quaisquer estudos que suportem tal decisão.

## Ilegalidades na Portugal Telecom

O Grupo Parlamentar do PCP acusou o Governo de ser conivente com o quadro de ilegalidades existente na Portugal Telecom. Em causa está, a pretexto da alteração estatutária levada a cabo pela administração e accionistas, um conjunto de práticas de contornos e objectivos obscuros que suscitam legítimas preocupações nos trabalhadores.

O assunto levou já o deputado comunista Vicente Merendas, em requerimento dirigido ao Governo, a interpelar sobre as medidas que aquele pensa adoptar para salvaguarda dos actuais postos de trabalho e dos direitos dos trabalhadores.

Questionados são ainda os objectivos perseguidos pela administração com a criação de novas empresas constituídas na sua totalidade por trabalhadores em contrato de cedência ocasional, bem como, noutro plano, quanto às medidas que o Executivo pensa adoptar para repor a legalidade democrática na empresa, até agora torpedeada pela não consulta prévia de parecer à comissão de trabalhadores sobre o processo de reestruturação.

## Aperfeiçoar o regime da petição

Valorizar e conferir maior eficácia às petições apresentadas à Assembleia da República, tal é, em resumo, o objectivo do projecto de lei do PCP que altera o regime jurídico que regula aquele instituto que os cidadãos dispõem para a defesa dos seus direitos e interesses.

Recentemente entregue no Parlamento, o diploma prevê no seu articulado uma diminuição do número obrigatório de subscritores para formalizar a petição, definindo simultaneamente novos procedimentos capazes de garantir que a sua apreciação adquira um sentido conclusivo.

Nesse sentido, de acordo com as alterações agora propostas, as comissões parlamentares que as apreciam passam a ter competência para apresentar um projecto de resolução, a debater e votar juntamente com as petições.

Prevista é igualmente a possibilidade de qualquer deputado ou bancada apresentar iniciativa sobre a matéria da petição, a qual será igualmente debatida e votada juntamente com aquela.

Realce merece ainda o facto de ser estabelecido um prazo de 60 dias para a apreciação das petições em comissão, bem como um prazo de 30 dias para o seu agendamento após emissão do respectivo parecer.

## Fraude política

Instado a comentar a afirmação do Governo, veiculada pelo ministro das Finanças, de que este Orçamento é de «maior justiça fiscal e de desagravamento fiscal», Octávio Teixeira não hesitou em classificá-la de «fraude política».

Em rigor, com efeito, não só se verifica a manutenção das injustiças fiscais como há mesmo o seu agravamento, em termos relativos, sobretudo no tratamento fiscal diferenciado que é dado aos rendimentos do trabalho e aos lucros das empresas.

A demonstração fê-la Octávio Teixeira, citando um exemplo claro e concreto: «nenhuma taxa dos escalões do IRS é minimamente reduzida neste Orçamento. Inversamente, as taxas do IRC, do imposto sobre os lucros, baixa de 34 para 32 por cento para as maiores empresas, e para 25 por cento para as empresas com volume de negócios entre os 30.000 e os 100.000 contos (e não se esqueça que muitas das empresas dos grandes grupos económicos são classificadas como «médias empresas»)».

Mas apesar da evidência, o Governo diz que, também em IRS, há desagravamento fiscal, porque alterou os limites de alguns escalões acima da taxa de inflação prevista ... «Uma mistificação», diz-nos ainda o presidente da formação comunista, uma vez que, esclarece, «desse «grande benefício» concedido pelo Governo resulta que 50% dos contribuintes poupam zero e 15 por cento, poupam 140\$00 por ano. Não em relação a 1999, mas em relação ao que pagariam em 2000 sem essa clemência governamental».



● Sérgio Ribeiro

## Re... citações

Joan Robison, nuns *Economic Papers* (de 65!) da Universidade de Oxford: «agora somos todos marxistas». A frase é citada a abrir um livro de Vital Moreira<sup>1</sup>. A seguir à citação, VM escrevia: «até bem recentemente, pode dizer-se, a obra de Marx era património e objecto de interesse quase exclusivamente dos militantes nas organizações políticas que do seu pensamento se reclamavam e dos intelectuais mais ou menos estreitamente ligados a essas organizações». Após oportunas observações por, ao longo de anos, «a teoria política, a economia, a sociologia, a filosofia universitárias (terem podido) pacificamente elaborar o seu discurso sem uma única referência ao autor de *O Capital* ou, quanto muito, com a refutação dos seus «erros» em notas de pé de página», VM acrescentava, algo triunfantemente: «a obra de Marx parece ter entrado definitivamente nos círculos filosóficos, económicos e sociológicos académicos». Passaram tempos, mudaram vontades. Conquistas que se teriam tomado, erradamente, por definitivas não o eram, também a obra de Marx, que teria entrado, em definitivo (!), nos círculos académicos, deles se viu expurgada<sup>2</sup>; «nas organizações políticas que do seu pensamento se reclamavam e dos intelectuais mais ou menos...» de quem essa obra era – e é – património, por vezes parece ter caído um muro, este de silêncio, em que o nome de Marx ensurdeceu e parece ensurdecer. No entanto... quem, vivendo e observando a realidade, a interpreta, tem em Marx um auxílio insubstituível. Não se diga que as coisas não estariam a acontecer como ele previu que viessem a acontecer pois ele não pode ser visto como um Bandarra, não construiu modelos, não disse «vai ser assim». Cavou fundo até raízes e causas, leu a História, denunciou as dinâmicas. Isto, fez! Surpreende como se torna claro muito do intrincado tempo que vivemos com a ajuda de Marx. Solange Mercier-Josa<sup>3</sup> escreveu: «A História fez com que só tivéssemos lido Marx terminados os nossos estudos de filosofia, (teve) a fulgurância de uma evidência. De repente, sabíamos o que, penosamente, tínhamos procurado aprender: sabíamos como orientar o nosso pensamento.» Mas basta pensar? O próprio Marx diz<sup>4</sup> que não basta interpretar o mundo, importa transformá-lo. Recentemente, ao procurar apoios para intervenção num seminário<sup>5</sup>, em Marx encontrei pistas de que me servi e que motivei debate

interessante (e actual!) sobre **liberdade** – «esta liberdade em que vivemos e que é o direito a fazer tudo o que não seja prejudicial a outro (...) direito que não se baseia na unidade do homem com o homem mas sim na separação do homem do homem» –, a sua **génese e aplicação no capitalismo** – «a aplicação prática desse direito à liberdade é o direito à propriedade privada (que consiste) no direito do homem a fruir os seus bens como entender, sem ter em conta o outro; é o direito a deles dispor, é o direito ao egoísmo» –, a **sociedade civil** – «esta liberdade individual, com as suas aplicações, constitui o fundamento da sociedade civil burguesa que faz cada homem ver, no outro homem, não a realização da sua liberdade mas o limite da sua liberdade» –, **segurança** – «o mais lato conceito social de tal sociedade civil, é o conceito de polícia, é a ideia de que a sociedade, toda ela, apenas existe para garantir a cada um dos seus membros a conservação da sua pessoa, dos seus direitos e da sua propriedade (e que é, antes de tudo) a salvaguarda desse seu egoísmo». Mais. Na véspera, participara numa iniciativa da JCP sobre as desigualdades **homem/mulher** e servira-me da «muleta» Marx, como re-cito: «A relação mais directa, a mais natural, a mais necessária do ser humano com o ser humano é a **relação entre o homem e a mulher** (nela podemos) observar e verificar com os nossos sentidos até que ponto a essência humana se tornou natural ao homem ou, inversamente, a natureza se humanizou no ser humano. A partir desta relação pode avaliar-se o grau de desenvolvimento humano (nela) manifesta-se também até que ponto a necessidade do ser humano se humanizou, logo, tem necessidade de um outro ser humano como ser humano (ou seja) **se tornou, na sua existência individual, um ser social**»<sup>6</sup>. Se se recitou Marx quando «todos éramos marxistas», é urgente reler e re-citar Marx quando uns pretendem manter o marxismo no arquivo morto, e outros querem metê-lo na gaveta.

<sup>1</sup> - *O Renascimento de Marx*, Centelha, SARI, Coimbra, 1979.

<sup>2</sup> - *A versão mais recente das notas de pé de página para onde se remetia Marx é a da lista de autores entre parênteses de "uma corrente (da escola clássica) de análise pessimista e crítica sobre a economia de mercado"*

<sup>3</sup> - *Pour lire Hegel e Marx*, Éditions sociales, 1980.

<sup>4</sup> - *XI tese sobre Feuerbach, Ideologia alemã*, 1846.

<sup>5</sup> - *Exercício e sublimação da violência*, CER e IPS, 28-30 de Janeiro, Santarém.

<sup>6</sup> - *Manuscritos de 1844*.

Hospital de Loures  
entre adiamento e privatização

## A injustiça que se segue

Um novo adiamento da construção de um Hospital-Maternidade, a proposta de PIDDAC para 2000, o arrastamento da instalação do Município de Odivelas, são problemas particularmente sentidos pela população de Loures e em torno dos quais a CDU irá dinamizar uma intensa acção de esclarecimento e de mobilização.

A Coordenadora da CDU de Loures decidiu dinamizar em todo o concelho uma intensa acção de esclarecimento e mobilização da população em torno de três situações que se destacam pela sua gravidade.

Em causa está, antes do mais, o adiamento da construção do Hospital-Maternidade de Loures, que seria plenamente inserido no Serviço Nacional de Saúde.

Entretanto, para este equipamento foi apenas atribuída a verba irrisória de 2000 contos. O que leva a CDU de Loures a considerar que se confirmam as indicações de que é intenção do Governo «entregar a concepção, construção e gestão do futuro hospital a um consórcio financeiro».

Esta «solução», a confirmar-se, corresponde a uma opção, por parte do governo de «transformar também a saúde dos portugueses em rendoso negócio de uns quantos grupos económicos», denuncia a CDU, em comunicado de imprensa.

A CDU lembra, a propósito, que «outras experiências de incursão do capital financeiro na gestão hospitalar pública» mostraram já que «o lucro privado convive mal com o legítimo direito constitucional dos portugueses à saúde».

### As injustiças que se seguem

Mais de um ano decorrido sobre a tomada de posse da Comissão Instaladora do Município de Odivelas e retiradas a Loures cerca de 40% das suas receitas, é este município que continua a prestar os serviços na área do novo Concelho, denuncia a CDU.

Assim, e enquanto prossegue em marcha lenta o processo da repartição de recursos, encargos e obrigações, o Município de Loures é obrigado a intervir e a pagar, apesar de desapossado das receitas para o efeito. Já se chegou entretan-

to à situação de lhe serem devidos mais de 6 milhões de contos.

A profunda injustiça na distribuição dos apoios e investimentos públicos é outro facto referido pela Coligação. A CDU considera que a proposta de PIDDAC para 2000 reflecte uma total inversão dos critérios de equidade, isenção e proporcionalidade, que deveriam enquadrar a actuação do Estado.

A discriminação da população de Loures – em dimensão demográfica o quinto concelho do País – levará a novo adiamento de obras importantes. E assim «não será ainda este ano, nem no próximo, que aparecerão à luz do dia» os novos centros de saúde, pavilhões gimnodesportivos e outras construções previstas.

Razões de sobra para a acção de esclarecimento e mobilização que a CDU irá dinamizar. Porque «os interesses do povo de Loures têm de ser acautelados e respeitados».



O espaço está lá

## Serra das Minas contra monstro de cimento

Moradores da Serra das Minas, em Sintra, estão envolvidos numa luta pelo direito a manterem uma qualidade de vida que neste momento – e porque a argamassa sobrepõe-se a tudo e todos, como denunciam em Manifesto enviado à Câmara de Sintra – vêm posto em causa.

Os moradores desta localidade decidiram organizar-se para impedir a construção, excessivamente próxima dos edifícios vizinhos, de um prédio de seis andares que, não respeitando o espaço legal, lhes viria retirar a luz e a privacidade.

Acresce que esta construção surge, subitamente, num terreno que estava destinado a espaço de lazer. E assim, como lembram os habitantes da Serra das Minas no documento dirigido à Câmara, «... em vez de um Pavilhão Gimnodesportivo ou um Par-

que de Lazer para as Crianças e Idosos vai nascer um monstro de cimento, transformando o espaço que se queria de lazer num caixote de cimento habitacional, não respeitando os afastamentos previstos por lei, num projecto sem bases lícitas nem programas para aquele apertado espaço; deixando sem qualquer privacidade os seus moradores e os dos prédio vizinhos».

A construção iniciou-se há duas semanas e, desde então, os moradores já recolheram cerca de 300 assinaturas num abaixo-assinado que enviaram para a Câmara de Sintra e para o vereador do Urbanismo, Herculano Pombo.

A presidente da Junta de Freguesia de Rio de Mouro, da CDU, disse compreender as preocupações dos moradores, considerando que «estas situações só acontecem porque

as Juntas não são consultadas pela Câmara no processo de loteamento ou na emissão de licenças».

Entretanto, os habitantes da Serra das Minas estão dispostos a prosseguir a luta. Sábado passado quase trezentas pessoas estiveram concentradas toda a manhã no local das obras. Segunda-feira, uma comissão de moradores voltou à obra, dirigindo-se depois para o gabinete de urbanismo da Câmara de Sintra, onde entretanto foi entregue o manifesto que aqui referimos.

Uma luta que é para continuar e em que se irá recorrer a diversas formas de pressão, nomeadamente pelo recurso à justiça. Pois os moradores desta localidade não querem que «os valores monetários envolventes» falem mais alto que «os valores humanos e morais».



A questão agrária permanece a chave do desenvolvimento

# Alentejo exige a terra!

**Houve um tempo em que Reforma Agrária significava a terra a quem a trabalha - uma frase simples, de entendimento fácil e justiça óbvia, que se materializou numa das mais belas e surpreendentes experiências da Revolução de Abril. Foi há 25 anos.**

Em 9 de Fevereiro de 1975, realizou-se em Évora a 1.ª Conferência dos Trabalhadores Agrícolas do Sul. Contaram-se na altura mais de 10 mil participantes que, no calor de uma revolução popular e democrática, decidiram avançar com uma reivindicação secular e resolver de uma vez por todas a questão do uso e posse da terra. Este marco histórico foi lembrado quarta-feira da passada semana, quando se completavam 25 anos

**Os trabalhadores agrícolas que ocuparam as terras contaram sempre com o apoio do PCP**

sobre o início da Reforma Agrária

Para a sessão, promovida pela Direcção Regional do Alentejo, o convidado foi Álvaro Cunhal, ele próprio um participante na conferência de 75. Mas mais do que memórias do passado, o que ouvimos da sua boca

foram reflexões sobre o presente, apontadas com vivicção para um futuro que se fará com trabalho e luta.

A sessão foi aberta por Raimundo Cabral, responsável pela DOREV do PCP, que lembrou o papel desempenhado pelo PCP quer antes do 25 de Abril, pela melhoria das condições de

vida dos operários agrícolas contra a exploração dos grandes latifundiários, quer depois apoiando e dinamizando a grande transformação da

reforma agrária no Alentejo e nos campos do sul do Ribatejo.

## A conquista

Pela primeira vez, os trabalhadores tomaram nas suas mãos a gestão e o culti-



Em ano e meio surgiram centenas de UCP's mas logo foi preciso resistir à feroz ofensiva contra-revolucionária

vo de mais de uma milhão de hectares de terra, até então votados ao abandono pelos grandes proprietários.

Num curto espaço de tempo, foram feitos grandes avanços, no campo agrícola, através novas formas de exploração da terra e introdução de novas culturas, mas também no aspecto social, como sublinhou Raimundo Cabral. «Os trabalhadores que ocuparam as terras não pensaram só em si e nos seus empregos. Pensaram também em criar melhores condições de vida às populações. Foi um processo de solidariedade.»

Destruída a Reforma Agrária, na sequência de uma longa e feroz ofensiva, os campos voltaram a ser abandonados, agravou-se o desemprego e muitos tiveram de procurar trabalho noutras regiões e países, acentuando-se o despovoamento e a desertificação.

Para os comunistas, afirmou Raimundo Cabral, a terra tem de desempenhar a sua função social. Por isso, referiu, embora com processos diferentes, é

necessária uma nova reforma agrária.

## Criatividade

Álvaro Cunhal lembrou que a exigência de uma reforma agrária é muito anterior à própria criação do Partido Comunista Português, mas continua actual porque, afirmou, «não pode haver uma agricultura desenvolvida, nem os problemas das populações podem ser resolvidos enquanto as terras continuarem por cultivar e servirem apenas para as caçadas dos senhores que vêm de Lisboa».

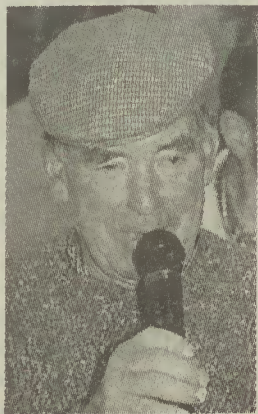
Recordando a sua participação na 1.ª Conferência, o dirigente comunista disse que as cooperativas criadas não seguiram qualquer modelo retirado de outros países e isso intrigava as delegações estrangeiras, nomeadamente de países socialistas que visitaram na altura o Alentejo. As UCP's «não eram nem kolkhozes ou sovkhozes», mas o resultado da criatividade dos tra-

balhadores, que procuraram as soluções para o desenvolvimento agrícola e para a satisfação das necessidades fundamentais. Num curto espaço de tempo, criaram-se centenas de UCP's que registaram grandes êxitos na diversificação das culturas, na mecanização, irrigação, chegando a dar emprego a mais de 75 mil pessoas.

Em todo este processo, frisou, «os trabalhadores contaram com um partido revolucionário, da classe operária e dos trabalhadores ao serviço das populações - um partido convicto, corajoso e combativo. E na batalha que temos de travar em relação ao futuro, não pode ser dispensado um tal partido». disse.

## A chama continua acesa

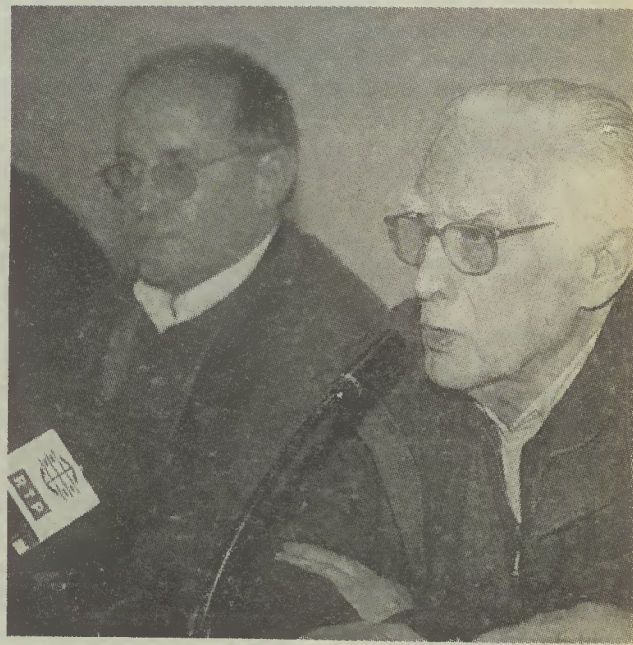
Entre as várias intervenções feitas a partir da assistência, duas destacaram-se por serem feitas por dirigentes de cooperativas que ainda sobrevivem no Alentejo. É o caso da UCP de Campo Maior que, ainda conserva «a mesma a gestão, a mesma forma de actuação, o mesmo comportamento. Mantivemos o espírito da Reforma Agrária e vamos continuar a fazê-lo por muitos mais anos», disse um camarada presente.



Também a Cooperativa de Montargil continua a laborar apesar de as consequências da emigração e da desertificação se fazerem sentir gravemente. «O problema é que não há gente nova para trabalhar. Chegámos a dar emprego a quase 800 pessoas, numa terra que tinha seis mil habitantes. Hoje, todos têm a sua reforma graças aos descontos que fizeram na cooperativa.» Estes exemplos são raros, como referiu depois Álvaro Cunhal, e só existem porque «algumas cooperativas conseguiram alugar terras em condições favoráveis». Sem constituírem uma solução, as UCP's sobreviventes continuam a assegurar emprego e mantêm serviços sociais como o transporte de crianças para as escolas ou de doentes para os hospitais.

José Soeiro, membro da Comissão Política e responsável pela Organização Regional do Alentejo, salientou que diversos estudos oficiais concluem que a primeira causa da desertificação foi a destruição da reforma agrária. Hoje, afirmou, «a estrutura do uso e posse da terra continua a ser o principal entrave ao desenvolvimento da Região». José Soeiro citou a própria Constituição da República, que apesar das sucessivas revisões continua a consagrar princípios que apontam para a liquidação do latifúndio e de promoção do acesso à terra por aqueles que a trabalham. Como referiu, não é só o PCP que assim pensa: «outras vezes recolocam o problema», que ganha nova actualidade com os investimentos do empreendimento do Alqueva e ao Plano de Rega do Alentejo.

«Quando olhamos à nossa volta, quando dialogamos com todas as entidades e estruturas do Alentejo, e fundamentalmente com os trabalhadores, pequenos agricultores, com os pequenos e médios comerciantes e industriais, com os desempregados, vemos pessoas que querem o mesmo que nós queremos. Temos de trabalhar com confiança para unir essas vontades por um Alentejo desenvolvido e de progresso para todos», concluiu José Soeiro.



É preciso unir esforços e lutar por uma nova reforma agrária

## Um partido necessário

Vinte e cinco anos depois dos trabalhadores terem decidido avançar com essa «conquista maravilhosa da revolução», como lhe chamou Álvaro Cunhal, o Alentejo continua à procura de solução para os seus problemas e de um caminho que para o seu desenvolvimento. Consciente de que as soluções hoje têm de ser diferentes, Álvaro Cunhal considerou que, tal como antes, as populações alentejanas continuam a necessitar de um partido revolucionário como o PCP.

A propósito, o dirigente comunista referiu-se ao documento aprovado na reunião do Comité Central de 5 e 6 de Fevereiro, onde se confirmam as principais características do PCP, «como partido da classe operária e de todos os trabalhadores, dedicado ao povo, atento às transformações e pronto a considerá-las, e que continua a pensar o marxismo-leninismo como um elemento da sua vida e da sua afirmação».

«Quando o domínio económico e político está nas mãos dos grandes grupos económicos, hoje ligados ao capital estrangeiro e às grandes transnacionais, que contam com o apoio do Governo», sublinhou Álvaro Cunhal, «não se

pode dizer que os trabalhadores têm os seus direitos assegurados.»

Recusando qualquer possibilidade de, numa perspectiva imediata, se caminhar para uma alternativa de esquerda com o Partido Socialista, Álvaro Cunhal sublinhou a necessidade de, ao contrário do que o primeiro-ministro aconselhou, os comunistas não deitarem fora o seu passado, e não se transformarem num outro partido, social-democratizante.

Em relação à evolução mundial e aos grandes problemas criados pela «globalização», Álvaro Cunhal salientou que não devem ser «encarados com desespero e desânimo». Pelo contrário, é necessário ter confiança para «unir todos os que sejam favoráveis a transformações positivas» e encontrar «uma alternativa democrática e patriótica para os tempos mais próximos, mantendo sempre no horizonte a construção de uma sociedade socialista, naturalmente aproveitando as lições positivas e negativas das experiências noutros países, que durante algum tempo conseguiram construir uma sociedade sem explorados nem exploradores».



Marcha Mundial de Mulheres  
Contra a Pobreza e a Violência



# Não faltam razões para marchar

**A luta contra a pobreza e contra a violência são os dois objectivos principais da Marcha Mundial das Mulheres do ano 2000. Uma iniciativa que mobiliza também as mulheres portuguesas e se dirige a todos os que se identificam com os ideais de justiça social e de democracia.**

Na sequência da Conferência de Pequim (1995), onde foi lançada a ideia de uma iniciativa mundial contra a pobreza, a Federação de Mulheres do Quebec inicia o projecto da Marcha Mundial de Mulheres do Ano 2000.

Num primeiro encontro internacional, realizado em Outubro de 1998, em Montreal, foi constituído um Comité de Ligação Internacional composto por 40 mulheres de diferentes regiões do mundo, com a responsabilidade de preparar a primeira reunião europeia, que teve lugar em Paris, em Abril de 1999.

Portugal foi um dos 25 países presentes e passou a integrar, com mais oito outros países, o Comité de Ligação Europeu ao Comité Internacional e o Secretariado Europeu de Coordenação da Marcha.

Foi entretanto aprovado um *Apelo às Mulheres da Europa*, onde ficou definida a data e local da Marcha - 14 de Outubro, em Bruxelas.

**Marcha Nacional  
Dia 7  
de Outubro**

Sob o lema mundial *200 boas razões para marchar*, pretende-se assim estimular um vasto movimento de solidariedade de mulheres pela igualdade, justiça e paz, exigindo à ONU e seus Estados membros medidas concretas para eliminar a pobreza, assegurando uma justa distribuição das riquezas

do planeta, e para eliminar a violência contra as mulheres e garantir a igualdade.

Em Portugal foi constituída uma Plataforma Nacional que integra desde já algumas dezenas de organizações, entre associações femininas, de solidariedade, de desenvolvimento, anti-racistas, pacifistas, juvenis e sindicais.

A Plataforma Nacional considera, em documento entretanto divulgado, que os objectivos de luta da Marcha Mundial são também priori-

dades no nosso país e denuncia as políticas governamentais, que «têm favorecido o neoliberalismo e opções económicas geradoras de desemprego, discriminação, precariedade e exclusão social», uma das bases para o aumento da violência, xenofobia e racismo.

No Apelo dirigido às mulheres portuguesas, já referido no último «Avante!», aponta-se no sentido da mobilização para a Marcha Nacional a realizar no dia 7 de Outubro e que culminará as iniciativas que, no quadro da marcha Mundial, se iniciarão no próximo dia 8 de Março.

No Dia Internacional da Mulher, a Marcha inicia-se por todo o mundo, com acções programadas pelas organizações aderentes, que confluirão para uma Marcha Mundial, junto ao edifício das Nações Unidas, em Nova Iorque, no dia 17 de Outubro do ano 2000 - Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza.

**As políticas  
neoliberais têm  
favorecido o  
desemprego, a  
precariedade e a  
exclusão social**

## Exigimos

A Plataforma Nacional da Marcha Mundial de Mulheres do Ano 2000 exige, no seu primeiro Apelo:  
«Um Portugal que contribua para promover uma Europa social, das(os) trabalhadoras(os) e das(os) cidadãs(ões).

Uma Europa que assegure a autonomia de todas as mulheres que vivem no continente europeu através do direito ao trabalho e ao emprego, a um rendimento justo e a uma protecção social digna, assim como a uma participação plena na vida pública e na esfera privada.

Um Portugal e uma Europa que se oponham à violência e a todas as formas de discriminação, nomeadamente entre mulheres e homens, de pessoas deficientes, minorias étnicas, emigrantes ou em função da orientação sexual.

Um Portugal e uma Europa que harmonizem a legislação no sentido do progresso, zelem pelo aperfeiçoamento das leis e assegurem o seu efectivo cumprimento, de forma a garantir às mulheres a integridade física e moral e assegurem a igualdade de direitos.

Portugal numa Europa solidária que contribua para o desenvolvimento dos países mais pobres exigindo nomeadamente a anulação da dívida.

Um Portugal e uma Europa que potenciem a construção de uma paz duradoura.»

## Organizações que integram a Plataforma

A Plataforma Nacional da Marcha integra, nesta primeira fase, as seguintes organizações:

ANAFRE - Associação Nacional de Freguesias; APRODIH - Associação Promotora dos Direitos Humanos; Associação Cabo-verdiana; Associação ILGA - Portugal - Grupo de Mulheres; AMCV - Associação de Mulheres Contra a Violência; Associação «Olho Vivo»; APD - Associação Portuguesa de Deficientes; Associação Portuguesa A Mulher e o Desporto; ATTAC - Associação para a Taxação das Transacções Financeiras para Ajuda ao Cidadão; Beira Serra; CCTP-IN; CIL - Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa; CPPC - Conselho Português para a Paz e Cooperação; Clube Safo; Departamento Feminino da UDP/Madeira; Departamento de Mulheres USAM; FERLAP - Federação Regional de Lisboa das Associações de

Pais; Frente Anti-Racista; Inter-Reformados; JCP - Juventude Comunista Portuguesa; JOC - Juventude Operária Católica; MARP - Associação de Mulheres Agricultoras e Rurais Portuguesas; MDM - Movimento Democrático de Mulheres; Mulheres do PSR; MURPI; OMC - Organização das Mulheres Comunistas; Organização das Mulheres da CDU/Madeira; «O Ninho»; SEIES - Sociedade de Estudos e Intervenção em Engenharia Social; Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal; SPGL - Sindicato dos Professores da Grande Lisboa; SINQUIFA - Sindicato dos Trabalhadores da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás do Centro, Sul e Ilhas; Sindicato dos Trabalhadores dos Bordados, Tapeçarias, Têxteis e Artesanato; UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta; União dos Sindicatos do Distrito de Leiria.



## Caderno reivindicativo

A organizações portuguesas aderentes à Marcha decidiram afirmar *reivindicações comuns*, implementando, por todo o país, as mais diversas iniciativas.

Aqui reproduzimos, nas suas grandes linhas, as reivindicações que se integram na plataforma de consenso entretanto definida.

**Contra a precariedade e as discriminações no mundo do trabalho:** uma política global de igualdade no trabalho «que articule as suas diversas vertentes - empenhamento político, programas, contratação colectiva, legislação, fiscalização»; a eliminação das discriminações existentes, o respeito pelo exercício dos direitos, nomeadamente dos associados à maternidade e paternidade; eliminação dos incentivos ao trabalho a tempo parcial; fixação da semana de 35 horas de trabalho, sem redução de salário nem perda de direitos; implementação de uma rede pública de educação pré-escolar, universal e gratuita; reforço do investimento público visando a criação de infra-estruturas para apoio à maternidade e à infância no mundo rural e zonas suburbanas.

**Contra a pobreza e a exclusão social:** a redistribuição das riquezas e, com esse objectivo, a introdução de uma taxa que fiscalize os movimentos de capitais nas bolsas nacionais e nos intercâmbios internacionais; um serviço nacional de saúde de qualidade, um sistema público de segurança social e uma escola pública de qualidade; elevação significativa do

salário mínimo nacional, dos salários, das reformas e pensões; medidas que permitam que a velhice seja vivida com dignidade e se combatam as situações de exclusão social, solidão e pobreza; medidas que permitam pôr fim ao processo que conduz ao fenómeno *crianças da rua*, garantindo a essas crianças efectiva igualdade de oportunidades; contribuição de Portugal para o desenvolvimento dos países mais pobres apoiando, nomeadamente, a exigência de anulação da dívida.

**Contra todas as formas de violência doméstica:** cumprimento da legislação existente de protecção às mulheres vítimas de violência, designadamente no domínio da prevenção e do apoio à vítima (garantia de afastamento do agressor, atendimento nas esquadras, centros de encaminhamento e casas de abrigo), com garantia de dotações orçamentais adequadas às necessidades.

**Contra o aborto clandestino:** aprovação de uma lei de despenalização do aborto a pedido da mulher até às 12 semanas; generalização da consulta de planeamento familiar nos centros de saúde e garantia de acessibilidade aos meios contraceptivos de acordo com a legislação aprovada; implementação da educação sexual nas escolas.

**Contra todas as formas de discriminação:** a não discriminação dos cidadãos em função da sua orientação sexual e, nomeadamente, o reconhecimento das uniões

de facto; a não discriminação da pessoa em função da sua cor, religião, cultura ou país de origem, exigindo a legalização de todas e todos as(os) imigrantes clandestinos e o reagrupamento familiar; a não discriminação da(o) cidadã(ão) portadora(o) de deficiência, exigindo a plena integração social destes cidadãos.

**Pelo direito ao desporto em igualdade:** medidas urgentes em favor do desporto feminino que visem o aumento do número de praticantes e do número de mulheres no enquadramento e nos postos de decisão do sistema desportivo; criação de programas desportivos que tenham em conta a diversidade e as necessidades de raparigas e mulheres; adopção de estratégias educativas que incorporem a perspectiva de género; fim da discriminação no acesso às instalações desportivas e nos prémios financeiros das competições.

**Contra a prostituição e tráfico de seres humanos:** desenvolvimento de políticas e programas nas vertentes económica e social para reabilitação e integração das pessoas traficadas com adequada disponibilização de verbas por forma a garantir a eficácia dos programas; aplicação da Convenção para a Repressão do Tráfico de Seres Humanos e de Exploração da Prostituição; concretização de medidas de guarda e protecção das vítimas do tráfico; concretização de medidas de apoio à integração social das mulheres prostitutas.



## GUARDA

## «Discriminação positiva» para vencer atrasos

A Direcção da Organização Regional da Guarda do PCP, no âmbito da discussão do PIDDAC 2000, apresentou as propostas que considera «prioritárias» para o desenvolvimento do distrito e defendeu o princípio da «discriminação positiva» na dotação de verbas ao distrito no sentido de que possibilitar a recuperação do atraso a que este tem sido votado.

Segundo a DORG, os objectivos estratégicos e as verbas inscritas no Plano de Desenvolvimento Regional / III QCA para a Região Centro «carecem de respostas claras do Governo e projectos que envolvam prioritariamente o distrito de Guarda», impondo-se saber quais as propostas concretas, os valores reais de financiamento comunitário, do Orçamento do Estado e do financiamento privado e o papel dos municípios na gestão do Programa Operacional Regional do Centro.

## PORTO

## Basta de burocracia!

A Direcção da Organização da Cidade do Porto do PCP diz «basta!» à burocracia existente na construção do Centro Materno Infantil do Porto, relativamente ao qual a Câmara Municipal do Porto aprovou, em fins de Julho, os termos de um protocolo, a subscrever pela autarquia e pelo Ministério.

Em Novembro, o vereador da CDU, Rui Sá, solicitou ao Presidente da Câmara informação sobre o andamento do processo, designadamente sobre o realojamento dos Bairros Parceria e Antunes, tendo-lhe sido dito que o protocolo fora enviado ao Presidente da ARS do Porto e que os realojamentos estavam «condicionados à assinatura do referido protocolo». Posteriormente, o deputado Honório Novo enviou um requerimento ao Governo sobre o mesmo assunto e foi-lhe respondido que os serviços do Ministério não haviam recebido o Acordo, razão por que não o haviam assinado. Quanto à população do Porto... aguarda!

## AVEIRO

## Empresas em crise

Honório Novo, acompanhado de membros da Direcção da Organização de Aveiro do PCP, reuniu também com trabalhadores das empresas *Portucel* - com um processo de desmantelamento em curso -, *Casal*, *Martins e Rebelo*, *Califa* e *Oliva*, verificando-se na generalidade dos encontros ampla sintonia do PCP com os objectivos e interesses dos trabalhadores.

Apesar de não dispor de deputados eleitos pelo distrito, o PCP lembrou a apresentação de requerimentos ao Governo sobre a situação da *Califa* e da *Martins e Rebelo* e a acção positiva dos comunistas no caso da *Oliva*, cuja viabilização sempre defendeu. Independentemente da má gestão e negócios imobiliários que levaram à instabilidade, designadamente na *Casal*, *Martins e Rebelo* e *Califa*, os comunistas consideram que o Governo não está isento de responsabilidades, cabendo-lhe, em última análise, a viabilização daquelas empresas.

## NAZARÉ

## Anomalias e tropelias na Câmara

A meio do segundo mandato, o Executivo PSD da Câmara da Nazaré prossegue os seus projectos virtuais, assistindo «placidamente» a violações sistemáticas do PDM, no que respeita a licenciamento de obras, loteamentos ou construções na REN. Assim, enquanto entrega a gente que «decide fora da realidade» a promoção, por exemplo, da importante riqueza que é a beleza natural da Nazaré, a Câmara faz projectos inadequados, como é o caso da «sala de actividades culturais» em Valado dos Frades, implantada ilegalmente em cima do passeio para o Bairro e Pavilhão Gimnodesportivo. Ao mesmo tempo, apesar do aumento de assaltos e do tráfico de droga, a Comissão Municipal de Segurança não reuniu uma única vez. Ou seja, «anomalias e tropelias» para as quais o PCP exige urgente correcção.

## LISBOA

## Falta Centro de Saúde no Beato

A falta de profissionais da saúde continua a fazer-se sentir do Centro de Saúde de São João, onde mais de 12 mil utentes continuam sem médico de família. Em 1999, as necessidades eram já de 14 enfermeiros, num total de 42, e de pelo menos oito médicos. Ou seja, uma situação que obriga à melhoria do desempenho deste Centro que hoje concentra uma população utente de mais de 50 mil habitantes de três freguesias: São João, Santa Engrácia e Beato. A Comissão de Freguesia do Beato do PCP defende assim a construção de um novo centro de saúde na freguesia do Beato, hoje com mais de 22 mil habitantes, como forma de descongestionar o Centro de São João.

O I Congresso do PCP realizou-se em 1923

## Os Congressos do Partido

O Comité Central do Partido marcou já a data do próximo Congresso, o XVI, que vai realizar-se em Lisboa, em 8, 9 e 10 de Dezembro. A partir de hoje propomo-nos lembrar os anteriores congressos do PCP. Desde o primeiro.

Ao longo do tempo, nestes quase 79 anos, a vida do PCP foi marcada pela realização de congressos que lhe definiram o rumo, acertaram ideias, estabeleceram as direcções das lutas e as formas de organização. Em 6 de Março de 1921, uma Assembleia realizada na sede da Associação dos Empregados de Escritório, em Lisboa, fundava o Partido Comunista Português.

Por toda a Europa, e logo a seguir por todo o mundo, os ecos da Revolução de Outubro, na Rússia, dirigida por um partido de novo tipo, que havia quebrado os laços com o oportunismo da social-democracia, mostravam o caminho - a constituição de partidos revolucionários, que pudessem ser a vanguarda política da classe operária, dirigir a luta em defesa dos seus interesses e as batalhas por um poder capaz de instaurar um regime liberto da exploração e da opressão dos trabalhadores.

Em Portugal, a organização dos tra-

balhadores e do operariado em particular, tinha já tradições que remontam à primeira parte do século XIX, com a criação, em 1838, da Sociedade dos Artistas Lisboenses e, mais tarde, com a criação de associações de socorros mútuos e o surto poderoso de uma imprensa operária.

É a partir da Comuna de Paris, em 1871, que as ideias de Marx e de Engels cá chegam, nomeadamente pela

mão de Antero de Quental, que publica nesse ano «O Que é a Internacional». São estabelecidos os primeiros contactos com a Associação Internacional dos Trabalhadores e estalam, no ano seguinte, as primeiras greves operárias.

Sem um partido que representasse verdadeiramente os seus interesses de classe, o operariado não deixa de participar nas lutas políticas, nomeadamente no movimento republicano que virá a derrubar a monarquia em 5 de Outubro de 1910.

A revolução republicana cedo revela, apesar das

importantes reformas que realiza, o seu carácter anti-operário. Só em 1919, e após forte lutas, é reconhecido o horário das 8 horas. Os

sucessivos governos fazem vista grossa às ilegalidades do patronato e reprimem os trabalhadores.

Mas as lutas do proletariado não cessam de

incrementar e alargar o seu âmbito, e avançam as suas formas de organização. Em 1912, o Congresso Sindical de Tomar rompe com o reformismo. Ainda em Tomar, em 1914, o movimento operário pronuncia-se contra a participação de Portugal na guerra.

Em 1919, realiza-se o Congresso Nacional Operário de Coimbra e é aí criada a Confederação Geral do Trabalho, CGT que em breve reúne 120 mil aderentes. Nesse ano e no seguinte realizam-se quatro greves gerais.

As ideias leninistas fazem caminho e são criadas organizações de apoio e de propaganda à Revolução de Outubro. Em Janeiro de 1921, constitui-se uma Comissão Organizadora do Partido Comunista Português e anunciava-se a elaboração do Projecto das Bases Orgânicas do PCP.



Nos anos que antecedem o I Congresso, as lutas do proletariado não cessam de aumentar. Na foto, aspecto da greve dos Ferroviários em 1912

## O I Congresso

Fundado o Partido Comunista Português, eleita a sua direcção, então chamada «Junta Nacional», os comunistas prosseguem a sua actividade organizada. O PCP, cujo número atinge em breve o milhar de filiados, tem sede na Rua do Arco do Marquês do Alegrete, no segundo andar do n.º 3, em Lisboa.

Logo no início da sua actividade, o PCP edita um Manifesto, apresentando-se publicamente e divulgando os 21 pontos da Internacional Comunista, a que adere. Forma-se a Juventude Comunista. São publicados os órgãos do Partido e da Juventude - O Comunista e O Jovem Comunista.

Durante os seus primeiros tempos, a mais importante frente de acção do Partido realiza-se nas organizações sindicais, lutando por uma orientação justa no interior do movimento e pela adesão deste à Internacional Sindical Vermelha. Apesar de, nos seus primeiros passos, muito faltar ao PCP no âmbito

da preparação teórica e da experiência, a acção organizada dos comunistas dá um importante impulso ao desenvolvimento político das massas.

Essa acção, a experiência resultante e o nível de organização alcançado contribuem já para a realização do I Congresso do Partido. Neste, realizado em Lisboa nos dias 10, 11 e 12 de Novembro de 1923, participam 90 delegados que representam 27 organizações. Cabe a José Carlos Rates, então o secretário-geral, a apresentação do relatório do Comité Executivo.

Para o I Congresso já foram elaboradas Teses, que O Comunista previamente publicou e que as organizações haviam discutido. Os delegados debateram e aprovaram resoluções - uma sobre organização do PCP e sobre os Estatutos e outra sobre a Questão Agrária e aprovaram também um Programa de Acção.

Faltam ainda três anos para que um golpe militar leve à ditadura e esta ao fascismo. Mas o fascismo já é um perigo real que os comunistas apontam neste I Congresso. Aí são analisadas as suas causas e apontada a necessidade da unidade da classe operária para lhe fazer frente. A repressão, bem conhecida dos militantes operários e dos sindicalistas, é uma questão levantada no Congresso que lêem saudações de comunistas presos e lhes manifestam solidariedade.

Uma solidariedade que se estendeu ao mundo inteiro, terminando o I Congresso com vivas. Ao PCP, à Internacional Comunista - que enviara um representante para assistir aos trabalhos -, à Internacional Sindical Vermelha, aos trabalhadores de todo o mundo, à classe operária portuguesa, à frente única dos trabalhadores e à revolução proletária.



A fundação do PCP, em 1921, dá-se no 1.º andar de um prédio na Rua da Madalena



## O «Avante!» em debate

A campanha de divulgação do «Avante!» no distrito de Coimbra incidirá, essencialmente, na procura de novos assinantes decidiu a DORC, confiante no êxito da campanha no distrito. Na reunião da Direcção Regional, realizada na semana passada, com a presença do director do «Avante!» e do camarada Sérgio Teixeira, procedeu-se a um muito rico debate sobre as características do jornal, o seu conteúdo, a remodelação em curso e, naturalmente, a campanha de difusão – dele emergindo um vasto conjunto de opiniões e sugestões visando melhorar o «Avante!» e aumentar o número dos seus leitores.

### Lisboa

No Centro de Trabalho da Duque de Loulé, cerca de setenta camaradas e amigos participaram num jantar comemorativo do 69.º aniversário do «Avante!», a que se seguiu um debate sobre o jornal e a campanha de promoção. A iniciativa, promovida pelo Sector de Serviços, com a participação de José Casanova, proporcionou uma animada e rica troca de opiniões, bem como a abordagem de questões relacionadas com a realização do XVI Congresso e a importância de uma ampla participação dos militantes do Partido em todo o seu processo preparatório.

A campanha de promoção do «Avante!» mereceu grande atenção dos intervenientes e, a partir da ideia de «cada militante, um divulgador» do jornal, foi sublinhada a importância da venda militante, da criação de novas ADE's e da discussão regular do «Avante!» em todas as reuniões.

### Rio de Mouro

Medidas concretas para fazer chegar o «Avante!» ao maior número possível de trabalhadores nas empresas, constituiu a preocupação mais evidente dos camaradas que, no passado dia 11, reuniram no Centro de Trabalho de Rio de Mouro. Comemorar o aniversário do nosso jornal e discutir a sua remodelação e promoção eram os objectivos desta iniciativa, que incluiu também um jantar-convívio com a participação do director do «Avante!». Órgão central do PCP – partido da classe operária e de todos os trabalhadores –, é nas fábricas e nas empresas que se situa parte significativa dos destinatários do «Avante!», aqueles cujos problemas e lutas têm lugar certo no nosso jornal. Daí a importância do objectivo das medidas anunciadas.

Igualmente relevantes são as perspectivas discutidas, de estimular a sua leitura do «Avante!» com a divulgação de notícias e artigos em placards colocados em pontos centrais.

### Aldeia de Palheiros

Mais de trinta camaradas participaram num almoço-convívio comemorativo do aniversário do «Avante!» nesta povoação do Concelho de Ourique. Após uma intervenção do director do «Avante!», que relembrou a história do nosso jornal durante o regime fascista e no período posterior ao 25 de Abril – sempre na luta pela democracia, pela liberdade, pelos interesses dos trabalhadores, do povo e do país –, travou-se um participado debate no decorrer do qual, para além da abordagem de temas da situação nacional e internacional, se discutiu a importância da tomada de medidas para uma maior difusão do «Avante!».

### ▼ CAMARADAS FALECIDOS

#### Aida Oliveira Nunes

Com 83 anos de idade faleceu a camarada Aida Oliveira Nunes, membro do Partido desde Março de 1976, estava organizada na Comissão de Freguesia do Pragal.

#### Fernando Solano da Silva

Faleceu de morte súbita, no mês passado, o camarada Fernando Solano da Silva, de 84 anos, reformado da Função Pública. Militante do Partido desde muito novo, participou no Socorro Vermelho Internacional durante a Guerra Civil de Espanha, no MUD Juvenil e na campanha eleitoral de Humberto Delgado. Desde o 25 de Abril, foi membro da Comissão de Freguesia da Campolide, participou na Comissão Eleitoral que antecedeu a FEPU, foi candidato à Assembleia de Freguesia e mandatário do Partido à Comissão Recenseadora Eleitoral, função que desempenhou até 1998.

#### Lídia Charneira

Faleceu, no passado dia 31 de Janeiro, a camarada Lídia Charneira, com 76 anos de idade. Membro do Partido desde 1977, estava organizada na freguesia da Cova da Piedade.

#### Vitorino de Oliveira Jorge

Faleceu recentemente, com 76 anos de idade, o camarada Vitorino de Oliveira Jorge, natural de Seiça, Vila Nova de Ourém. Militante do Partido desde 1974, estava organizado na célula dos ferroviários, em Lisboa.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

O combate às doenças que atacam o castanheiro – a tinta e o cancro – foi a preocupação mais sentida no encontro de Terroso

## Proteger a «árvore da vida»

«Levantamento e análise dos problemas do castanheiro e da castanha» foi o tema do encontro que Direcção da Organização Regional de Trás-os-Montes do PCP realizou, no passado domingo, em Terroso.

Ao lado de inúmeros produtores, técnicos e outros interessados que fizeram questão de participar no encontro, podiam ver-se vários dirigentes regionais do PCP, os deputados à Assembleia da República Margarida Botelho e Agostinho Lopes e Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP.

A abrir o debate, acompanhado por muitos órgãos de comunicação social regional, a engenheira silvicultora Maria do Loreto, membro da Concelhia de Bragança do PCP e uma das mais reputadas cientistas na área das folhosas, fez uma referência histórica ao castanheiro, lembrando que este «já se chamou a árvore da

vida e do pão». De seguida, abordou o valor económico do castanheiro, tanto pela nobreza da sua madeira, como pela importância do fruto, a castanha, na alimentação das populações e engorda de animais, nomeadamente suínos, neste último caso factor preponderante para a alta qualidade do fumeiro da Terra Fria.

Depois desta intervenção inicial, apoiada pela projecção de slides, generalizou-se o debate com outras intervenções de técnicos, dirigentes associativos e produtores.

No conjunto das intervenções, é de sublinhar a de Armando Bento, Presidente da Associação de Produtores de

Castanha da Terra Fria, que colocou as principais preocupações que neste momento são sentidas pelos produtores, designadamente as doenças – tinta e cancro do castanheiro – que, a não serem atacadas com eficácia podem pôr em risco a produção, dado atingirem já 15 a 20 por cento dos souts e terem tendência a progredir.

Entre outras preocupações, Armando Bento referiu ainda a do sector da comercialização e consequentemente dos preços.

### Resolver o problema

Por sua vez, Carlos Fernandes, Presidente da Associação «Amigos do Baceiro», de Vilarinho, Cova da Lua, informou que

esta associação está a trabalhar no sentido de criar um Museu do Castanheiro e da Castanha, nas instalações da antiga Escola Primária desta terra. E, solicitando apoio para a instalação do Museu, convidou o PCP, na pessoa do seu secretário-geral, a visitá-lo, convite desde logo aceite por Carlos Carvalhas.

Muitas foram as sugestões e propostas apresentadas no encontro, desde a criação de um organismo pluridisciplinar (onde tenham assento associações de produtores, técnicos, instituições de ensino superior, autarquias e o Ministério da Agricultura), que acompanhe a todos os níveis a produção do castanheiro e da castanha; à reposição de novas plantações; à criação de um centro de documentação; ao reforço da informação aos produtores ou ao desenvolvimento de canais próprios de comercialização. Como questão prioritária surgiu, porém, o combate às doenças da tinta e cancro do castanheiro.

O secretário-geral do PCP encerrou os trabalhos, agradecendo a participação de técnicos e produtores e as significativas contribuições que trouxeram ao debate. Carlos Carvalhas assumiu, ainda, com os produtores da castanha o compromisso de o seu Partido reivindicar junto das instâncias nacionais e europeias a criação de uma medida específica de apoio a esta actividade, que deve ser potenciada nas zonas onde há desertificação humana, como é o caso de Bragança.

A nobreza da madeira e importância do fruto dão grande valor económico ao castanheiro



O PCP compromete-se a reivindicar medidas específicas para o apoio à produção do castanheiro

## Subfinanciamento do ensino superior Sucesso escolar posto em causa

Edgar Correia, da Comissão Política do PCP, alertou, na quinta-feira passada, para os constrangimentos que a proposta orçamental do Governo vai impor ao sector do ensino superior.

O subfinanciamento do sector é um dos problemas que preocupa o PCP, pois compromete a capacidade de as escolas promoverem a qualidade de ensino e consequentemente o sucesso escolar. Outro diz respeito ao incumprimento da fórmula de financiamento legalmente existente, que devendo assegurar no Orçamento uma transferência de 146 milhões de contos para o conjunto das universidades, apenas inscreve 124, ou seja, menos 22 milhões de contos (cerca de 15%).

O Governo está ainda a subtrair o valor das propinas pagas pelos alunos (9,5 milhões de contos) à transferência que cabe ao Estado fazer para as universidades, em vez de o aplicar como a lei estabelece – na elevação da qualidade do ensino.

Também os cortes feitos no PIDDAC de muitas escolas vai impedir o lançamento de novas

obras e a resolução dos graves problemas com que as escolas se debatem ao nível do equipamento.

### Lei-quadro «decepcionante»

Quanto ao anteprojecto da proposta do Governo de lei-quadro para o sector, ela é «decepcionante e tecnicamente inconsistente», suscitando um importante conjunto de reservas políticas, nomeadamente no que se refere à insatisfatória distinção que faz

entre o ensino universitário e o ensino politécnico e à possibilidade que abre de financiamento público do ensino privado.

Ao mesmo tempo, o conceito de «rede» formulado, em vez de enunciar formas de articulação e cooperação de base territorial entre os estabelecimentos públicos, traduz a «criação de uma entidade de comando burocrático e centralista», «com ilegítima interferência governamental nas áreas de competência e decisão própria das escolas».

A isto, acresce o facto de o anteprojecto da proposta do Governo remeter frequentemente para legislação a publicar ulteriormente, o que inviabiliza uma avaliação objectiva das alterações que o Governo pretende, razão por que o PCP defende a necessidade de sujeitar a proposta a um amplo debate.

Por seu lado, o PCP está a preparar um projecto de lei-quadro sobre o ensino superior que pretende debater em simultâneo com a iniciativa do Governo.

## PCP e a revisão da Concordata

A propósito da discussão em torno da liberdade religiosa e da laicidade do Estado, matéria que se considera de «relevante interesse político-social», a Comissão Política do PCP reitera, em nota à comunicação social, a sua posição de defesa clara da laicização do Estado e da separação entre o Estado e as Igrejas, assim como dos princípios «da liberdade religiosa e da igualdade

de tratamento pela lei de todas as confissões e associações religiosas».

Tratam-se de matérias que, no entendimento do PCP, devem ser «reexaminadas e redefinidas», dentre elas destacando a Concordata celebrada em 1940 pelo governo de Salazar e a Santa Sé. Há, no entanto, que realizar sobre as mesmas «um amplo e sereno debate» na sociedade portuguesa,

que «recuse o regresso a velhos proselitismos e afaste os fantasmas da divisão dos cidadãos» por motivo de religião.

Pela sua parte, o PCP vai prosseguir a reflexão em torno destas questões, indo realizar, no âmbito desta reflexão e a nível da Comissão Política, um conjunto de contactos e entrevistas com os responsáveis das principais confissões religiosas que actuam em Portugal.



## AVEIRO Sector do calçado discrimina

As Organizações Concelhias de Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Oliveira de Azeméis do PCP analisaram a situação na indústria do calçado, em Aveiro, concluindo que o aumento do volume de exportações e da acumulação de lucros pelo patronato se deve, sobretudo, à uma maior exploração de quem trabalha.

Na maioria das empresas, para além dos baixos salários pagos, é cada vez maior o fosso salarial entre homens e mulheres (70% da mão de obra do sector).

O PCP denuncia ainda a precariedade existente, o não cumprimento do horário das 40 horas e as perseguições e discriminações aos activistas sindicais do sector.

## CASTELO BRANCO Governo ignora realidades

A confirmar-se a notícia, não desmentida pelo Governo, sobre a fusão das Direcções Regionais da Agricultura da Beira Interior e da Beira Litoral, o Ministério da Agricultura está a passar «por cima de inequívocas realidades e identidades agro rurais» a que correspondem as actuais Direcções Regionais e a liquidar a Direcção Regional da Agricultura da Beira Interior.

Face à gravidade da notícia, a Direcção da Organização Regional de Castelo Branco do PCP alerta a opinião pública para o problema, considerando a intenção do Governo «altamente lesiva» dos interesses dos agricultores, da economia e do desenvolvimento do distrito.

## PONTE DE LIMA Queijo Limiano é património histórico

Conforme informação do secretário de Estado da Indústria, o Governo avalizou a decisão do Instituto Nacional da Propriedade Industrial que revoga a atribuição da titularidade da marca do queijo Limiano ao município de Ponte de Lima, retirando, assim, ao concelho um «irrecusável património histórico».

A afirmação é da Concelhia de Ponte de Lima do PCP que, em tomada de posição pública, denuncia a posição dos deputados do PS e do PSD eleitos por Viana do Castelo que, apesar dos discursos, acabaram por apoiar a decisão do Governo.

Por seu lado, o PCP vai manter-se intransigente e intervir em defesa da produção deste queijo no Vale do Lima.

## ODIVELAS Desperdício escandaloso

Através do Centro Regional da Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo, o Estado pagou nos últimos 25 meses mais de 10 mil contos pelo aluguer de instalações na Madada, que têm estado fechadas, enquanto os utentes utilizam em Odivelas instalações deficientes, que há muito deixaram de ter capacidade para responder às necessidades.

Trata-se de um «escândalo», diz a Direcção Concelhia de Odivelas do PCP, exigindo esclarecimentos sobre este desperdício de dinheiros públicos e a rápida criação de condições de trabalho e de atendimento.

## PORTALEGRE Saúde gera descontentamento

Em Portalegre, prossegue o encerramento das unidades de internamentos. Depois de Campo Maior, Arronches, Gavião, Monforte e Sousel, seguiu-se o da unidade de internamento do Centro de Saúde de Avis e, agora, o de Montargil, que mereceu forte repúdio da população.

Esta política está a conduzir à inoperância dos Centros de Saúde e à desorganização dos serviços hospitalares do distrito, diz a Direcção da Organização Regional de Portalegre do PCP, anunciando a sua intenção de, por vias legais, inquirir o Governo sobre a situação.

# A eficácia da mentira e do silenciamento

**S**ente-se o pulsar do descontentamento social. Ainda difuso, é certo, mas crescentemente a atingir diferentes grupos e camadas da população portuguesa.



**Jerónimo de Sousa**  
Membro da Comissão Política

Difuso ainda porque o Governo PS tem beneficiado de múltiplos factores de diversão e distração, contando sempre com a corte dos situacionistas que de caneta e de palavra em riste, perfeitamente articulados e previamente orientados, determinam os assuntos que se devem calar, os que se devem falar e o tempo que devem durar.

Vem isto a propósito de alguns factos.

dicatos da Administração Pública o que há para oferecer a essas centenas de milhar de trabalhadores é um «aumento salarial» de dois vírgula qualquer coisa, o que na prática significaria um autêntico congelamento dos salários, tendo em conta a inflação verificada a par da falta de respostas a todas as outras grandes reivindicações do sector.

NORPORTE, onde estão ameaçados milhares de postos de trabalho e importantes direitos em resultado da privatização, segmentação e desactivação das empresas.

## O engano não dura sempre

Quando o primeiro governo de Guterres tomou posse, há cerca de 4 anos, alcançou um acordo considerado histórico com a Frente Comum dos Sindicatos da Função Pública.

Deu o que deu.

Passado este tempo, assistimos logo no primeiro mês do ano 2000 a uma grande manifestação de protesto sindical deste sector face à proposta (e à falta de respostas) do Governo, estando marcada uma greve para amanhã, 18 de Fevereiro.

A decisão da CGTP-IN em realizar no próximo dia 23 de Março uma grande acção de massas pelo emprego com qualidade e de combate à precarização ensombrará, porventura, a encenação preparada pelo Governo na data da Cimeira.

São sinais claros de descontentamento e vontade de lutar.

## Um Partido com iniciativa

O PCP apresentou propostas de fundo que vão ao encontro de aspirações dos trabalhadores, dos reformados, das mulheres. Continua a ser a única força que dá ânimo à luta, procurando despertar os trabalhadores e outras camadas sociais para a força que têm quando são capazes de agir e de lutar.

Mas, é claro, quantos saberão do valor das propostas do PCP em áreas tão importantes como as da fiscalidade, das reformas e pensões, da valorização dos salários, do emprego com direitos, do ensino com qualidade, da saúde, das pescas, da agricultura, da igualdade, da toxicodependência?

A eficácia da mentira e do silenciamento resulta por um tempo mas não dura o tempo todo.

Por nós, continuaremos a denunciar e a informar com verdade!

**“A eficácia da mentira e do silenciamento resulta por um tempo mas não dura o tempo todo. Por nós, continuaremos a denunciar!”**

A proposta de Orçamento do Estado mostra que o Governo PS, na linha dos seus compromissos, opções e condicionamentos, está empenhado em prosseguir uma política económica e fiscal marcada pelas privatizações e pela manutenção das injustiças no plano dos impostos. Numa linha de continuidade, prevê arrecadar mais 500 milhões de contos com a venda do já delapidado património empresarial público.

Nas questões fiscais e particularmente em relação aos escalões do IRS, o que o Governo propõe para os trabalhadores é zero. Mas, em contrapartida, para o IRC prepara uma significativa baixa que traduzida no concreto significa um ganho de 50 milhões de contos para os detentores do capital. Nas propostas feitas à Frente Comum dos Sin-

dicatos de trabalhadores particularmente as mulheres e os jovens.

Hipocritamente, o Governo PS propõe como linha estratégica o combate à saída precoce do mercado de trabalho. Mas... quem abençoou no sector dos transportes, das comunicações, da energia, da indústria naval e da metalomecânica-pesada, entre outros, a saída forçada e antecipada de dezenas de milhar de trabalhadores válidos para a produção ainda por muitos anos? Quem tomou a iniciativa legislativa para facilitar essa saída à escala de massas?

Tendo em consideração o traço contínuo da política económica e social era inevitável o agravamento da situação em grandes empresas, designadamente na TAP-Air Portugal, na Portugal Telecom, na LISNAVE, na SIEMENS, e na





Carlos  
Carvalhas  
ao «Avante!»

# Um Partido de luta e de proposta

**A**ssinalando a passagem do 69.º aniversário, que há dois dias comemorou, o «Avante!» inclui no seu primeiro número remodelado uma entrevista com o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas. Entre as questões que coloca, destacam-se, naturalmente, as que se prendem com o XVI Congresso do PCP, a realizar em Dezembro e cuja preparação teve início na última reunião do Comité Central.

A última reunião do Comité Central lançou a preparação do XVI Congresso. Quais são as questões principais que vão estar em debate na primeira das três fases anunciadas?

O Comité Central sugeriu algumas questões que pensamos ser necessário aprofundar. A análise da situação internacional e nacional. Que futuro para o nosso país e para o aparelho produtivo nacional? A dependência e o domínio estrangeiro. A acentuação das desigualdades. A exploração, a concentração de riqueza. A alternativa, as alianças sociais e políticas. Como reforçamos a

influência do nosso Partido no plano nacional e nas diversas regiões? A transformação de influência social em mais influência política e eleitoral. O rejuvenescimento e a renovação. A questão fundamental de ligação aos trabalhadores e da ligação em geral à sociedade. A dimensão e o estímulo à iniciativa política a todos os níveis. A relação dialéctica entre luta de massas e a luta institucional. O Partido de luta e de proposta. As classes sociais, seu peso, condição e evolução...

**Ao longo dos seus congressos o PCP sempre procurou mobilizar os militantes para uma intervenção activa no debate. Que medidas estão previstas, no que respeita ao XVI Congresso, para prosseguir esse objectivo?**

O Partido vai continuar com a sua intervenção e com grande empenho e dinamismo. E no quadro da sua intervenção, por diversas formas, vai também debater de forma interligada as questões que o colectivo partidário entenda que deve ser submetido a Congresso. Por exemplo, ao debatermos o Orçamento do Estado podemos debater a natureza de classe das políticas aí contidas, a questão do Estado, o domínio do poder económico sobre o poder político... Por outro lado, as organizações do Partido vão convocar plenários específicos para dinamizar o debate pré-congressual. E, naturalmente, em tal ou tal organização poderá haver diversos temas que suscitem mais interesse. Caberá também a cada uma ver a melhor forma de mobilizar os militantes.

**No momento em que o CC anunciou o XVI Congresso está em curso o congresso de outro partido nacional - o PSD. Como vê a sua preparação?**

Nós não pretendemos dar lições a ninguém. Nem temos por norma imiscuirmo-nos nos assuntos internos dos outros partidos. Mas melhor do que qualquer apreciação nossa é a apreciação feita por cada um dos candidatos que não têm diferenças de fundo nas suas propostas. Um diz: «o País ri-se de nós»; outro afirma: «estamos a fazer o jeito ao PS...»; outro refere que as «inerências dominam o Congresso» e tudo isto misturado com insultos pessoais. Como disse um comentador, «a fertilidade dos combates em que se envolvem e a sensação que transmitem é de que estão na política não para servir os outros, mas para servirem vaidades ou ambições pessoais».

**E qual é o teu comentário às notícias que foram veiculadas, sobre a reunião do Comité Central do PCP, por um semanário?**

É uma grosseira invenção que tal ou tal membro do Comité Central tenha sido «derrotado», «arrasado» na última reunião.

*Pois a verdade é que as conclusões do Comité Central traduzidas em dois documentos incluindo as orientações para a preparação do XVI Congresso foram aprovadas por unanimidade.*

E na reunião não houve quaisquer outras votações... Mas o facto de, numa qualquer reunião do Comité Central, um dos seus membros não obter vencimento para um ponto de vista é (e teria sido se tivesse sido o caso) uma circunstância corrente e normal.

É bom esclarecer que, nesta reunião, os membros do Comité Central foram expressamente solicitados para contribuírem com a sua opinião e reflexão numa primeira abordagem das questões do Congresso, sem quaisquer limites exteriores à sua própria vontade, e assim o fizeram, exprimindo naturalmente opiniões, preocupações e ângulos de abordagem diferenciados.

Mas em relação a essas opiniões e reflexões individuais dos membros do Comité Central não se fez - nem se justificava fazer nesta primeira discussão - qualquer apuramento conclusivo, para além do que consta nos documentos aprovados.

**Mas não há pelo menos dissonâncias no discurso de diversos dirigentes do Partido?**

Sem dúvida que isso acontece de vez em quando. Não devemos porém confundir formas diferentes de abordar os problemas e de intervir (que fazendo parte da positiva individualidade de cada um, são naturalíssimas nas actuais condições da vida política nacional) e a defesa pública, em pontos importantes e por vezes com assinalável repercussão, de orientações e eixos de intervenção bastante diferenciados das aprovadas colectivamente.

O Partido tem um Programa e Estatutos que estão em vigor e a todos vinculam de igual modo. As análises, preocupações, tónicas principais, prioridades, orientações e linha política do Partido, no plano nacional, são as que decorrem do XV Congresso, das decisões do Comité Central e, nos intervalos das reuniões deste, dos seus organismos executivos e que o Secretário-geral do Partido procura veicular, no âmbito das suas responsabilidades próprias.

*Fora disto, ao lado disto, ou contra isto, haverá outras opiniões, todas legítimas, todas respeitáveis e todas passíveis de discussão no Partido, sendo por vezes também discutível a sua oportunidade. Mas isso não chega para fazer delas nem interpretações autênticas das orientações e decisões do Partido nem linha que vincule o conjunto do Partido.*

**“O Partido tem um Programa e Estatutos que estão em vigor e a todos vinculam de igual modo”**

**E em relação às presidenciais e à CDU?**  
É também uma falsidade que a CDU ou a questão das presidenciais tenham sido debatidas nesta reunião.

**Mas não podes negar que estas «notícias» causam perturbações...**

Pudera, são feitas para isso mesmo! Mas confiamos que os membros do Partido, que já viram muita coisa, conservem a serenidade bastante para não cair em armadilhas, nem vogarem ao sabor de operações de intoxicação. Pela nossa parte, estamos firmemente dispostos a não deixarmos que sejam outros, pelas suas operações ou por qualquer errada reacção de tal ou tal camarada, a decidir em que clima e em torno de que matérias é que deve decorrer o XVI Congresso.

**Em Bragança falou-se em operação de intriga e de divisão.**

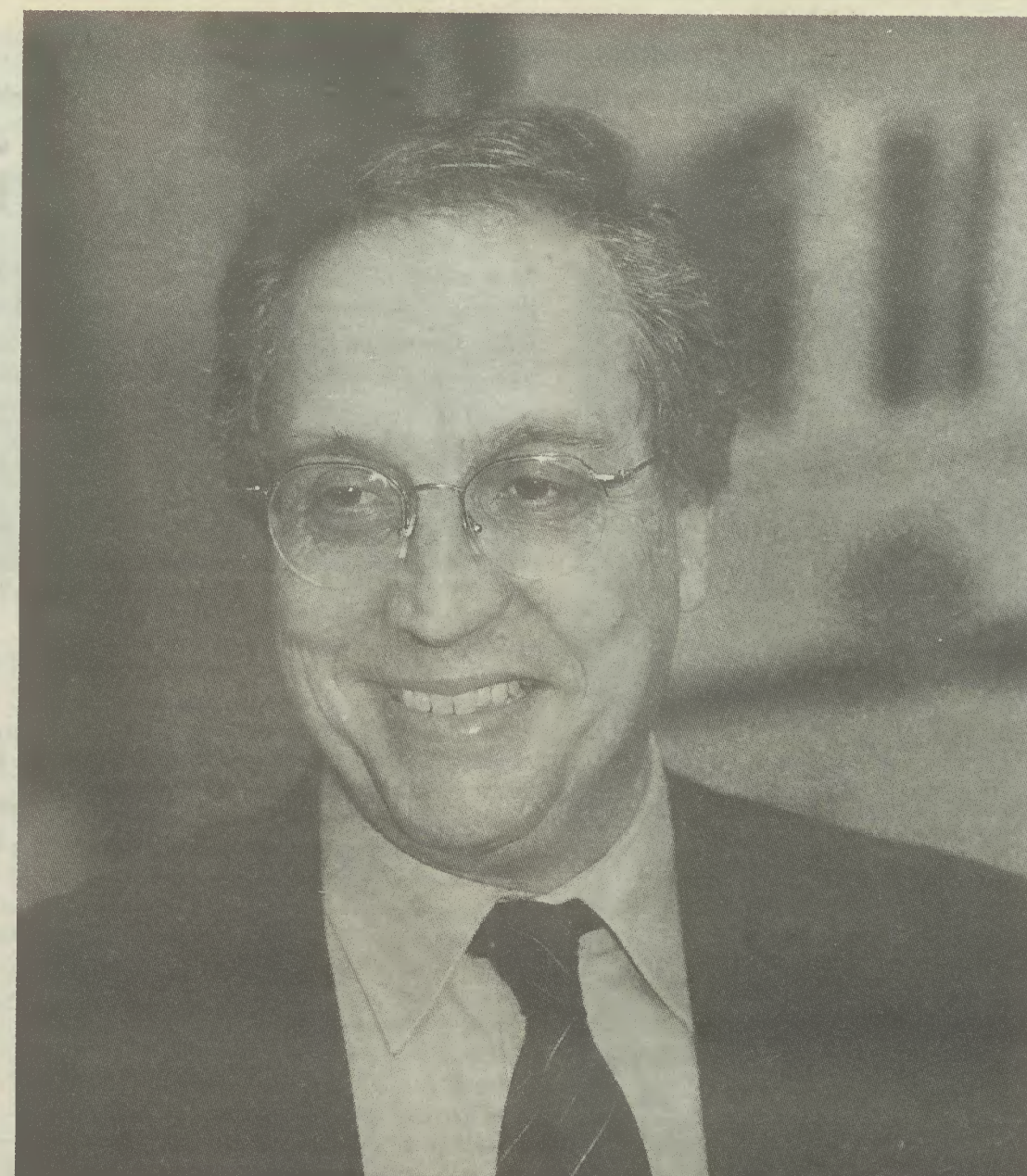
Sim e é bom que se saiba, repito, que estamos firmemente dispostos a rejeitar todas as manobras e atitudes que visem condicionar, limitar ou envenenar o debate democrático em que, com lealdade e respeito recíproco, sem crispções, com vontade de dar opinião e com capacidade de ouvir outras opiniões, os comunistas tem o direito e o dever de participar com vista ao próximo Congresso do Partido. E a meu ver, seria também um erro que, em vez de prepararmos um Congresso voltado para ajudar o nosso Partido a enfrentar com audácia, com novas energias a tarefa maior da sua crescente intervenção, afirmação e projecção - como uma grande força transformadora e portadora de um património, de uma identidade e de um projecto que são muitíssimos mais ricos e densos do que as curtas palavras que continuamos a usar para os referir - nos deixássemos aprisionar em contraposições esquemáticas, ou cristalizações de opinião.

Resumindo e concluindo: o PCP é um Partido adulto, experimentado e estamos convictos que não se deixará condicionar pelas intrigas, pelas rotulagens a tal ou tal dos seus membros; não “fechará para dentro. Na sua preparação vai procurar envolver o maior número de militantes e de organizações no debate, com dinamismo, mas serenamente, continuando com uma grande intervenção e determinação de luta nos mais diversos planos da vida nacional, dando respostas aos problemas do povo e do país e prosseguindo o rejuvenescimento e a renovação não ditada de fora, não ditada pelos outros, mas sim pelas análises e com os tempos definidos pelo colectivo partidário. É certo que, para um PCP mais forte e mais influente e, portanto, em condições de pesar mais para a defesa dos interesses populares e pesar mais para a alternativa de esquerda porque lutamos, não nos esperam avenidas de facilidades. Mas o Partido vive um período e uma conjuntura em que pode dar novos passos com êxito para criar uma maior base de apoio à sua luta e às suas propostas e reforçar a capacidade de atracção do seu projecto de democracia e socialismo para Portugal.

**E creio que este devia ser o eixo fundamental das nossas preocupações, da busca de respostas e soluções através da mobilização e da reflexão e acção criadoras de todo o colectivo partidário.**

**Como vê o papel do «Avante!» na dinamização do debate preparatório?**

O «Avante!» terá de dar grande visibilidade à preparação do Congresso desde esta fase de arranque até à sua realização. Pode ter também um papel de estímulo ao envolvimento dos militantes e à organização do debate e na terceira fase deverá ter uma «Tribuna» do Congresso, aberta à expressão dos militantes e ao aprofundamento da reflexão.



**“As conclusões do Comité Central, traduzidas em dois documentos incluindo as orientações para a preparação do XVI Congresso, foram aprovadas por unanimidade”**

## Há alternativas

**Vai iniciar-se o debate sobre a Proposta de Orçamento de Estado para 2000. Quais são as linhas dominantes deste OE?**  
É um Orçamento iníquo e injusto que vai continuar a acentuar as desigualdades e a não dar resposta a importantes problemas do país. Mantém os privilégios à banca. Os benefícios fiscais que em grande parte são concedidos às operações financeiras e especulativas sobem a mais de 400 milhões de contos. Não avança praticamente nada em relação ao combate de grande evasão fiscal. A política de direita do Governo do PS caracteriza-se, basicamente, pelo favorecimento dos grandes grupos económicos e pela penalização dos trabalhadores. Acha que a resposta do Partido e dos trabalhadores a essa situação está a corresponder às necessidades?

Na nossa avaliação, a resposta por diversas razões objectivas e subjectivas tem estado aquém das necessidades. Era necessário subir alguns degraus e passar-se a um patamar mais elevado. O Governo acaba de anunciar mais uma privatização, desta vez a da Agência LUSA, a única agência de notícias ainda sob o controlo do Estado. Como comenta esta decisão? É um «fartar vilanagem». Este governo «socialista» aponta como um trunfo da sua governação o ter privatizado mais e mais depressa do que o PSD e por isso mesmo, tem tido os encómios dos grandes grupos económicos. Neste Orçamento está prevista a privatização de empresas, de casas, de terrenos... Quanto à Agência LUSA, o que pode estar na forja é mais uma tentativa de desresponsabilização do Estado, com graves perigos para os direitos adquiridos e o futuro dos seus trabalhadores e para mais entorses e desvirtuamentos no pluralismo informativo.

**Na mesma data da Cimeira da União Europeia está prevista uma Cimeira Alternativa por uma Europa Social, pela construção de uma sociedade mais justa. Como avalia estas duas iniciativas?**

Nos dias 23 e 24 de Março há várias iniciativas de que destaco a manifestação da CGTP-IN, o «Fórum internacional» promovido pelo nosso Partido, uma animação de rua impulsionada pela JCP, e uma cimeira alternativa que está a ser lançada pelo

ATTAC (Associação para a Taxação das Transacções Financeiras para a ajuda ao cidadão) em que já manifestámos a nossa disponibilidade de participação. O grande objectivo destas iniciativas é mostrar que há alternativa às políticas seguidas e que é necessário um outro rumo para a construção europeia.

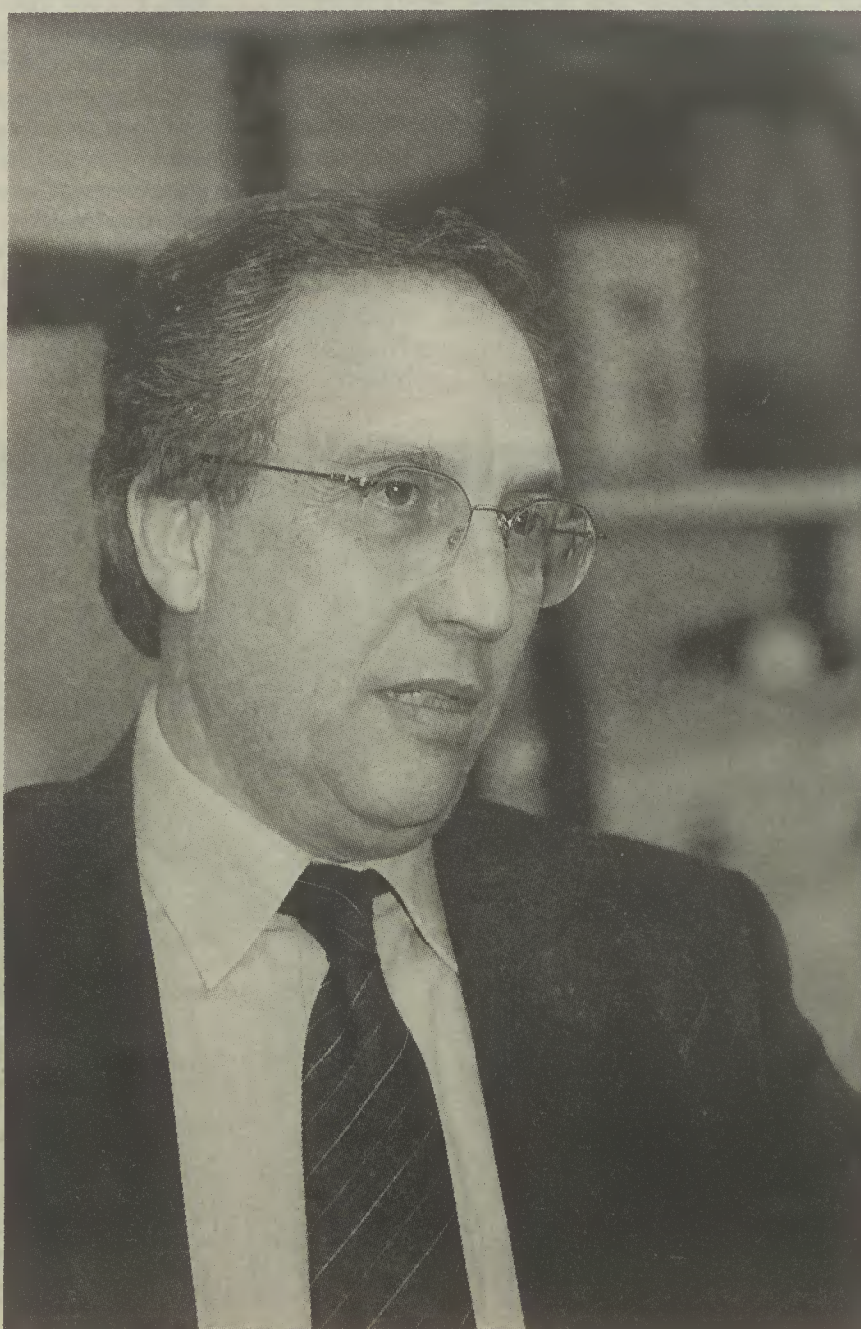
**À medida que avança o processo de integração na Europa os Estados perdem soberania e capacidade de decisão sobre cada vez mais matérias. Agora fala-se em acabar com a regra da unanimidade na tomada das decisões. Existe o risco de se criar um directório de países ricos?**  
Esse risco existe. E também por isso é cada vez mais importante a cooperação, a solidariedade, o encontro de plataformas, mesmo que pontuais, e a luta comum, convergente ou complementar entre as diversas forças comunistas e outras forças progressistas e de esquerda.

**A reacção da União Europeia à ascensão ao poder de um partido de extrema-direita na Áustria, para além de duplicidade, representa para todos os efeitos uma manifestação de ingerência e de tutela sobre um Estado-membro. Estaremos condenados a um modelo político único na Europa?**

Não só não estamos condenados, como continuaremos a lutar por uma Europa de países soberanos e iguais em direitos, por uma Europa de cooperação e solidariedade, que respeite e valorize as diferenças culturais e que concretize o princípio de «coesão económica e social». Quanto à questão austríaca, o principal combate deve dirigir-se às ideias populistas, racistas e xenófobas de Haider e do seu partido e à denúncia e combate às políticas que criam o seu caldo de cultura.

A desresponsabilização do Estado, com a privatização da saúde, do ensino, da segurança social; o desemprego maciço, as largas manchas de pobreza, a pulverização de riqueza e a acentuação das desigualdades e injustiças sociais; o fosso crescente dos níveis de desenvolvimento entre os países da União Europeia e entre estes e os chamados países do «terceiro mundo».

Não basta condenar as consequências. E é necessário prestar solidariedade às forças políticas e sociais que na Áustria resistem e lutam contra a ascensão da extrema-direita.





## Encontro Regional de Setúbal da JCP...

O I Encontro Regional de Setúbal da JCP realiza-se no próximo dia 26, sob o lema «Pelo comunismo – a audácia de lutar e vencer». A iniciativa tem como principais objectivos o reforço da organização em especial nas organizações de jovens trabalhadores e das escolas profissionais, o debate das estratégias de luta e intervenção e a eleição da Comissão Regional. O encontro discutirá ainda os problemas dos jovens trabalhadores e dos estudantes das escolas profissionais, do ensino secundário e superior. A situação social da região será também debatida.

## ... e do Algarve

No mesmo dia realiza-se o Encontro Regional da JCP do Algarve, na sede da JCP, em Faro. «Por uma juventude com futuro» é o lema da iniciativa. Os participantes elegerão a próxima direcção regional e votarão as propostas de resolução política e o plano de actividades.

## Universitários contra estudante elegível

A Associação Académica de Coimbra, a Federação Académica do Porto e as associações de estudantes do Instituto Superior Técnico e das universidades de Trás-os-Montes e Alto Douro, de Aveiro, do Algarve, da Beira Interior e do Minho reuniram-se na terça-feira para discutir formas de luta contra a lei de financiamento do ensino superior e a aplicação do estatuto de estudante elegível, prevista para o ano lectivo de 2000/2001. Com o estatuto de estudante elegível, o Ministério da Educação deixa de financiar a frequência dos alunos que reprovem três vezes consecutivas o mesmo ano do curso. Recentemente, o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas anunciou que, caso o estatuto fosse imediatamente aplicado, 10 por cento dos alunos do ensino superior teriam de abandonar os cursos.

Planeamento familiar baixa taxa de gravidez em adolescentes e número de abortos

# Jovens mais esclarecidos

**Se a sexualidade é parte integral da vida dos jovens, o planeamento familiar também tem de o ser. Conversámos com a APF e descobrimos o que os portugueses pensam (e fazem) sobre o assunto.**

Trinta e três anos depois da sua formação, a Associação para o Planeamento Familiar (APF) está mais activa do que nunca. E a sua história permite-lhe fazer balanços e comparações entre o passado e o presente. Por isso, Duarte Vilar e Maria José Alves - respectivamente, o director executivo e a presidente da organização - não hesitam em afirmar que os jovens estão mais informados sobre sexualidade e planeamento familiar.

Naturalmente, dúvidas não faltam. «Põem-nos questões que, quando recebem a informação, não tinham ninguém a quem colocar. Porque o fizeram com amigos, através de revistas ou em situações em que não estavam à vontade para fazer perguntas», diz Maria José Alves, lembrando as perguntas colocadas pelos muitos jovens que se dirigem à APF.

«Os jovens têm acesso a muito mais informação técnica do que antes, mas normalmente essas mensagens

são pouco esclarecedoras», considera.

Maria José Alves considera que «alguma informação é muito negativista». «Fala-se destes temas, mas pela negativa, sempre relacionando com os riscos: gravidez indesejada e doenças sexualmente transmissíveis.» As relações amorosas são deixadas, apesar de serem igualmente importantes.

### Mais do que contracepção

O planeamento familiar não tem a ver apenas com contracepção, mas também com decisões reprodutivas ou, por vezes, tradições reprodutivas muito arraigadas nas culturas de grupo. «É o que as pessoas recebem dos pais, dos pares ou fruto de aculturação. Por exemplo no caso dos cabo-verdianos, é muito diferente se as pessoas vivem em Cabo Verde ou em Portugal», explica a presidente da APF.

«Ter muitos filhos num determinado sítio pode não constituir problema nenhum, mas manter essa tradição noutra local pode ser muito grave porque os recursos e os apoios são diferentes. As questões relacionadas com o planeamento familiar estão muitas vezes relacionadas com a promoção ou despromoção social.»

«Estas questões têm de ser alteradas gradualmente, não se pode ir abruptamente contra isso», afirma Maria José Alves, «senão o que podemos conseguir é que aquela mulher seja marginalizada. Ou mesmo não conseguir qualquer contacto.»

«Podem-nos olhar com uma desconfiança enorme e dizer “isto não tem nada a ver connosco”. As pessoas precisam de algum tempo para mudar. Há coisas que podem levar cinco ou dez anos», acrescenta.

### Aconselhamento

Até ao 25 de Abril, a APF tinha consultas de planeamento familiar, procurando colmatar uma necessidade a que o Estado não respondia. Hoje tem programas de aconselhamento nas diversas delegações regionais, além das «Quartas-Feiras

Jovens» (na Delegação Regional de Lisboa), do «Aparece às 6.» (no Centro Comercial das Amoreiras), dos «Centros de Atendimento de Jovens do Porto» e da «Montra Jovem». É ainda responsável por duas linhas telefónicas: «Sexualidade em Linha» (800 22 2002) e «Sexualidade em Atendimento» (1414).

### A gravidez indesejada e os comportamentos de risco são os problemas mais comuns

Os problemas mais comuns são a gravidez indesejada e os comportamentos de risco devido à não utilização de contracepção segura e à sua má utilização.

As raparigas são quem mais se dirige ao aconselhamento da APF, algumas com amigas ou com os namorados. Há também adultos que ali vão, principalmente devido a problemas de filhos, sobrinhos e netos.

Normalmente quem visita a associação já iniciou a sua vida sexual, embora haja quem venha quando está a pensar começar. A gravidez é a maior preocupação. Só depois aparecem as doenças sexualmente transmissíveis, entre as quais a sida surge em grande plano.



Entre 1980 e 1997, a taxa de mães adolescentes passou para metade. «As pessoas têm mais acesso aos contraceptivos», diz Duarte Vilar

## Mais informação, menos mães adolescentes

Portugal apresenta uma das taxas mais altas de maternidade na adolescência da União Europeia. Os números têm vindo a descer, mas não o suficiente. Em 1980, as mães adolescentes representavam 14 por cento em relação ao total de partos. Em 1997, os valores passaram para 7 por cento.

«Isto quer dizer que as pessoas estão mais informadas, têm mais acesso aos contraceptivos e usam-nos», afirma Duarte Vilar, que defende que «é possível reduzir ainda mais o número

de gravidezes indesejadas e de abortos em Portugal através da contracepção segura e da contracepção de emergência».

Maria José Alves refere outras razões: «Tem também a ver com perspectivas de vida diferentes dos jovens de hoje. Antes, ser mãe era um projecto de vida aceitável por muito mais raparigas. Actualmente, elas têm outros projectos em termos escolares e profissionais.»

A gravidez na adolescência continua a ser vista de maneira diferente nas cida-

des e no campo. «Há um grande apoio da comunidade no meio rural, como a ajuda na lida da casa ou nos trabalhos mais pesados. Há uma melhor aceitação da gravidez, que acaba quase por ser um ritual iniciático de ascensão social, de passagem para a vida adulta», considera.

«Parece correr tudo muito bem, mas acabam por constituir formas de perpetuar culturas que não levam à promoção social das mulheres. Toda esta questão é muito mais lata do que a contracepção», explica.

## Riscos aumentam em zonas carenciadas

A APF desenvolve programas de planeamento familiar em oito bairros sociais em Lisboa e Porto, em cooperação com a Secretaria de Estado da Habitação: a Zona J de Chelas, o Alto da Loba em Oeiras, o Pica-Pau Amarelo em Almada, o Casal de Cambra em Sintra, o Alto do Argo no Porto, a Cruz de Pau em Matosinhos, o Bairro de Rio Tinto em Gondomar e o Lugar de Tebas na Maia.

Como explica Duarte Vilar, os meios desfavorecidos

sofrem as mesmas carências que os outros, mas sentem-nas mais intensamente: «Os problemas não são diferentes, são vividos com maior frequência.»

«Todos os problemas de saúde reprodutiva se agravam nas situações de pobreza: mais gravidezes em adolescentes, mais abortos, mais abortos de risco. Isto tem a ver também com a baixa escolaridade, até porque menos escolaridade envolve menos conhecimento do corpo», diz.

Nas zonas carenciadas verificam-se mais comportamentos de risco. E outro fenómeno salta à vista: 80 por cento das mulheres entrevistadas pela APF foram mães adolescentes.

Este é um problema que se estende às várias gerações: «Muitas vezes há um processo de reprodução: as mães adolescentes são frequentemente filhas de mães adolescentes», afirma Duarte Vilar. E, como considera Maria José Alves, «o problema é perpetuar o ciclo».



M. José Alves Duarte Vilar

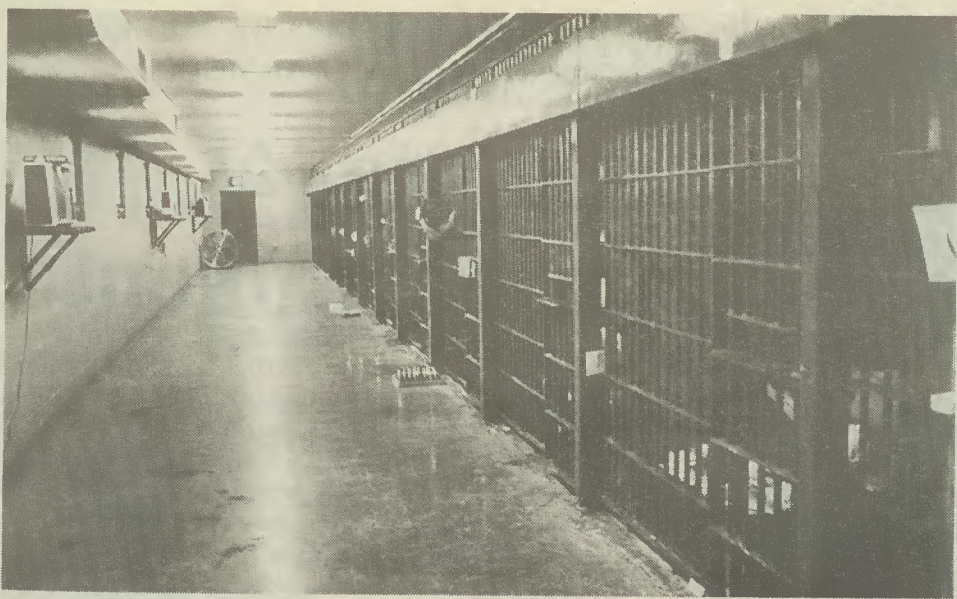
## O que é a APF

A APF foi fundada em 1967 com o objectivo de desenvolver o planeamento familiar, conceito então aplicado em países com altas taxas de mortalidade materna e infantil, como acontecia em Portugal na altura. A partir do 25 de Abril tornou-se muito mais fácil desenvolver as actividades da associação.

«Não só a APF ganhou espaço para discutir assuntos que antes só dificilmente conseguia, como passou a ser solicitada por escolas, associações de moradores ou comissões de trabalhadores», lembra Duarte Vilar.

Hoje, continua a receber pedidos de inúmeras organizações e organiza cursos de formação de áreas como o planeamento familiar, a educação sexual e os abusos sexuais.





Corredor da morte numa prisão nos EUA: 3565 pessoas aguardam a execução

JCP lança campanha

## Um novo milénio sem pena de morte

**A abolição da pena de morte no mundo foi o tema de um animado debate promovido no sábado pela JCP, em Lisboa. Da discussão, ressalta uma conclusão: a necessidade de a justiça re-socializar os criminosos.**

O Museu do Fado foi o palco do lançamento de uma campanha promovida pela JCP sob o lema «Um novo milénio sem pena de morte», cuja primeira iniciativa foi um debate que juntou os deputados comunistas António Filipe e Margarida Botelho, o representante da Amnistia Internacional Pedro Santos, e dezenas de jovens.

Uma semana depois do grupo parlamentar do PCP apresentar um projecto de resolução que afirma o empenhamento do Estado português na luta pela abolição universal da pena capital,

o debate mostrou que esta é uma questão ainda polémica e que é urgente esclarecer todos aqueles que são manipulados por argumentos populistas.

António Filipe defendeu que a popularidade da pena de morte resulta da tendência das pessoas se colocarem no lugar da vítima. É humano os familiares fiquem insatisfeitos com as penas, reconheceu o deputado, mas o

Estado não pode prever apenas a punição mas também a re-socialização do criminoso. «O que é melhor para a sociedade? Entrar na

espiral de violência ou diminuir os crimes?», questionou.

Margarida Botelho sublinhou que a lei não pode tomar o partido da vítima nem do criminoso. «Não se está a defender a criminalidade ou os criminosos, mas a justiça e o sistema penal», referiu.

Foram muitos os argumentos apresentados contra a pena capital. Afirmando que o próprio Estado mata para dizer que é errado matar, Pedro Santos lembrou que «se é unânime o combate à tortura não se pode legalizar uma forma de tortura como a pena de morte».

Os EUA foram naturalmente o país mais citado, devido à reintrodução desta pena em 1976 e ao elevado número de execuções praticadas. Só no mês passado foram executados três menores de idade à data do crime e um doente mental.

**Os EUA batem o recorde: em Janeiro foram executados três menores à data do crime e um doente mental**

Pedro Santos, da Amnistia Internacional

### «Execuções alimentam violência»

Em entrevista ao *Avante!*, Pedro Santos, especialista da Amnistia Internacional sobre pena de morte, defendeu que se verifica uma tendência no mundo para a abolição. Essa realidade é patente nos dados: de 1974 a 1999, o número de países abolicionistas passou de 10 para 105.

«As pessoas estão a tomar consciência que a pena de morte não resolve nada - antes alimenta uma espiral de violência - e que constitui a mais grave violação dos direitos humanos, ainda por cima perpetrada pelo Estado», afirmou.

Pedro Santos prevê que nos próximos 25 anos os restantes países sigam o exemplo: «Provavelmente, vamos ficar cingidos a meia dúzia de países a manter a pena de morte, sempre com os EUA no meio.»

A possível entrada na Turquia na União Europeia sem a abolição da pena de morte é uma das grandes preocupações da AI, que sublinha que a violação dos direitos humanos faz parte do presente deste país.

O esclarecimento da opinião pública é um meio fundamental, daí a importância

de campanhas como a da JCP. «É uma questão de informação.» Pedro Santos dá o exemplo de debates em escolas secundárias, em que no início é evidente que quase todos os alunos são favoráveis à pena capital, mas que no fim apenas um número muito pequeno mantém essa opinião.



A desinformação desempenha também um papel importante. «Veja-se a diferença do impacto que tem nos *media* americanos um crime que é cometido por um negro sobre um branco e um crime cometido por um branco sobre um negro. Se calhar é preciso esclarecer primeiro a opinião pública para depois levar os estadistas a mudar», explica.

«Há muita desinformação e vai-se pelo caminho mais fácil. Em vez de informar, muitos dos governadores norte-americanos decidem fazer o que é mais popular para terem mais votos. E ainda por cima, num sistema em que os juizes e os procuradores públicos são eleitos», diz o activista da AI.

## Argumentos para a discussão

• Margarida Botelho

**N**a última Direcção Nacional da JCP decidiu-se levar a cabo uma campanha para a abolição da pena de morte no mundo. Em boa hora: 91 países ainda condenam à pena capital. Em 1998, 2258 pessoas foram de facto executadas. O texto que se segue apresenta alguns dados e argumentos para a discussão. Há 25 anos, apenas 10 países tinham abolido a pena de morte para todos os crimes. Os últimos dados da Amnistia Internacional apontam para que em 1999 existissem 105 países abolicionistas - o mais recente dos quais é Timor Lorosaé. Que motivos existem para que um país abandone a pena de morte? Antes de mais, a negação do direito à vida; a sua incapacidade de pôr fim à violência e ao crime; a total inversão do sistema judicial, ao punir de forma irreversível em vez de procurar a reinserção do condenado.

O mais recente estudo que procurou relações entre a pena de morte e a baixa das taxas de criminalidade foi conduzido pelas Nações Unidas em 1996, e falhou no seu propósito. A conclusão a que o relatório chegava era clara: não existem provas de que a pena de morte tenha um efeito mais dissuasor que outras penas. Taxas de crimes de países que aboliram a pena de morte mostram exactamente isto.

### Desenvolvimentos dos últimos anos

Cerca de dois países por ano têm abolido a pena de morte para todos os crimes desde 1976. Na década de 90, foram 30 os países que deixaram de a aplicar, de todos os continentes.

O inverso também se passa: desde 1985, quatro países reintroduziram a pena de morte. Um deles - o Nepal - voltou entretanto a aboli-la. Na Gâmbia e na Papua Nova Guiné ainda não houve execuções. Apenas as Filipinas executam de facto os seus condenados.

Este movimento pró-abolicionista não está desligado de um esforço diplomático mundial. De facto, multiplicam-se os acordos internacionais, no âmbito da ONU e não só, pedindo a abolição da pena de morte, moratórias, etc.

### Condenados e executados

Durante 1998, segundo a Amnistia Internacional, pelo menos 2258 prisioneiros foram executados em

37 países, tendo sido condenados à morte 4845 prisioneiros em 78 países.

Tal como nos anos anteriores, um pequeno número de países são responsáveis por grande parte das execuções. A China, o Congo, os EUA e o Irão executaram 86 por cento destes condenados.

Vários tratados internacionais sobre direitos humanos proíbem a execução de condenados que fossem menores à data do crime. Mais de 100 países têm leis neste sentido. Seis países, no entanto, mantêm desde 1990 esta prática: o Irão, a Nigéria, o Paquistão, a Arábia Saudita, os EUA e o Yémen. Com dez executados nestas condições desde 1990, os EUA são o país «campeão» desta prática.

Enquanto a pena de morte se mantiver, o risco de execução de inocentes nunca poderá ser eliminado. Um estudo norte-americano de 1987 revelou que 350 pessoas acusadas de crimes capitais nos EUA entre 1900 e 1985 estavam de facto inocentes. Destes, 23 chegaram mesmo a ser executados. Entre 1972 e 1983, 48 condenados à morte foram libertados por se ter provado a sua inocência. A irreversibilidade da pena de morte é um dos mais fortes argumentos contra a sua aplicação.

### Portugal

Nas listas da Amnistia Internacional publicadas na *internet*, Portugal aparece como abolicionista apenas desde 1976. Não é verdade: a pena de morte foi abolida no nosso país, para crimes políticos, em 1852, para todos os crimes civis em 1867, e para todos os crimes, incluindo os militares, em 1911. O último executado foi-o em Abril de 1846.

A Constituição de 1976, conquista de Abril, reafirma Portugal como país abolicionista e proíbe a extradição por crimes que correspondam a pena de morte segundo o Direito do Estado requisitante. É bom lembrar que, na última revisão constitucional, uma das reivindicações da direita era exactamente retirar este artigo. Em Novembro de 1999, a Assembleia da República aprovou um voto em que «manifesta o seu empenhamento para que a pena de morte deixe de ser aplicada em países com os quais Portugal mantém relações diplomáticas». O grupo parlamentar do PCP entregou já este mês na Assembleia da República uma proposta de resolução que visa reafirmar o empenhamento do Estado português e de todos os seus representantes na abolição da pena de morte.



# Os caminhos da União Europeia

● Ilda Figueiredo

**N**a recente comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu sobre os objectivos estratégicos para o período 2000-2005, afirma-se que os cinco anos da Comissão Prodi serão um período de grande mudança. A Europa tornar-se-á mais integrada e, simultaneamente, a União prosseguirá o processo de alargamento para o que chamam a «(re-)unificação do nosso continente».

Por diversas vezes, o presidente Prodi demonstrou ter muita pressa no seu caminhar para a completa federalização de uma União Europeia mais vasta. Mas creio que nunca tinha ido tão longe na clarificação da sua posição. O desejo de deixar o seu nome ligado à presidência de uma Comissão que consiga transformar-se no governo de toda a Europa, talvez seja o afloramento do velho sonho napoleónico a atormentar o pensamento deste senhor italiano que quer ser obreiro dos últimos passos que faltam para uma União federal, com, pelo menos, 30 países submetidos ao governo da «sua» Comissão.

A convergência de políticas e práticas entre PSE e PPE continua. Depois do mercado único e da moeda única, do Pacto de Estabilidade e dos critérios de convergência nominal, com as suas consequências desastrosas no agravamento do desemprego, da precariedade do emprego e da exclusão social, surgem novas perspectivas de entendimento. E, quase sorrateiramente, uma política federal vai sendo construída em áreas fundamentais da soberania dos povos dos Estados membros da União Europeia. Sob o pretexto de que é necessário uma política de defesa comum, a via armamentista triunfa e vai transformando a UE no braço europeu da NATO, dando, afinal, seguimento às teses mais federalistas e aos interesses da indústria das armas e da guerra. Claro que a construção de uma Europa federal exige também novas reformas institucionais. Assim, a propósito do alargamento, apontam a necessidade de reformar as instituições europeias para manter a eficácia. A abertura, esta semana, da Conferência Intergovernamental (CIG) surge como a possibilidade de haver novos aprofundamentos no caminho que Prodi sonha. Só que, pelo caminho, poderão ser postos em causa quer os direitos dos pequenos e médios países como Portugal, quer o equilíbrio de forças nas instituições europeias. A unidade das duas principais forças políticas europeias (PSE e PPE) também funciona sempre

que é preciso dar passos para limitar direitos dos cidadãos imigrantes de países terceiros, de que são exemplo o acordo de Schengen e o programa Eurodac. Em nome da segurança, vão construindo uma Europa fortaleza, esquecendo que uma parte dos países da UE foram colonizadores dos povos cuja circulação agora querem limitar, embora, simultaneamente, não possam passar sem eles, já que são a mão-de-obra barata que permitiu a retoma económica de que a Comissão tanto se vangloria. Mas são imigrantes. Logo, cidadãos de segunda, mesmo que o Tratado da CE se proponha, no seu artigo 13.º, combater as discriminações em função do sexo, raça ou origem étnica religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual.

Discriminações e desigualdades sociais que são a marca dominante da UE, e que se mantêm nas mais diversas áreas, negando, na prática, a cidadania europeia de progresso e bem-estar que as populações tanto ouviram prometer nas campanhas eleitorais. Mas em que também parecem acreditar cada vez menos, como revelou a enorme abstenção nas eleições europeias. Aí estão os números de que os governos da União Europeia deviam ter vergonha, e para os quais a Comissão não apresenta propostas credíveis: 50 milhões de pobres, cerca de 16 milhões de desempregados, empregos precários e mal pagos de milhões de mulheres e de jovens. O que cria o caldo de cultura favorável ao crescimento de posições xenófobas e racistas cada vez mais frequentes por toda a Europa, incluindo a Espanha, França, Alemanha, Itália, Bélgica ou Suíça, nesta última com tentativas de usar contra os imigrantes práticas genéticas que lembram o nazismo. A situação da Áustria não é senão um dos afloramentos, embora muito perigoso, do crescimento das forças da extrema-direita.

É neste quadro que se exige, cada vez com maior urgência, um novo rumo nas políticas da União Europeia, no avanço para a coesão económica e social, na defesa da soberania dos Estados membros, na construção de uma via de progresso e de paz. O que também exige novas políticas macro-económicas de desenvolvimento económico sustentado, com o objectivo de atingir o pleno emprego e acabar com a exclusão social, criando empregos de qualidade e com direitos e melhorando a protecção social. O que, naturalmente, pressupõe o fim do Pacto de Estabilidade e das políticas do capitalismo neoliberal.

A reforma das instituições europeias irá aumentar o número de decisões tomadas por maioria

## Quinze preparam alargamento

**A União Europeia abriu anteontem, terça-feira, as negociações com seis novos países candidatos à adesão, elevando para 12 o número de nações que pretendem integrar plenamente a UE.**

Os novos países são a Bulgária, Eslováquia, Letónia, Lituânia, Malta e Roménia que tiveram já as suas primeiras sessões formais de negociação com os ministros dos Negócios Estrangeiros dos Quinze reunidos desde segunda-feira, em Bruxelas, no Conselho de Assuntos Gerais, presidido pelo chefe da diplomacia portuguesa, Jaime Gama. Os candidatos da chamada segunda vaga juntam-se assim aos outros seis do pelotão da frente: Chipre, Eslovénia, Estónia, Hungria, Polónia e República Checa — que apresentaram a sua adesão em Março de 1998. Ao contrário dos critérios

utilizados em anteriores adesões, todos os países estarão em pé de igualdade e a sua adesão será feita de acordo com os progressos alcançados no cumprimento dos «critérios de Copenhaga» estabelecidos pela UE (respeito pela democracia, lei, direitos humanos e minorias).

### Novas regras

Para permitir o alargamento, os Quinze iniciaram também em paralelo as negociações que vão levar a uma profunda reforma das instituições comunitárias. Na Conferência Intergovernamental aberta na segunda-feira, em Bruxelas, pelo ministro português dos Estrangeiros, Jaime Gama, participaram para além dos chefes da diplomacia, os presidentes do Parlamento Europeu, Nicole Fontaine e da Comissão Europeia, Romano Prodi.

As instituições comunitárias e o processo de decisão foram concebidos nos anos cinquenta para funcionar com seis estados membros e encontram-se, alegadamente, no limite da sua capacidade funcional.

As alterações visam a extensão da votação por maioria a mais matérias, reduzindo-se assim o leque das decisões em que era exigida a unanimidade. Estão ainda em debate a dimensão e composição da Comissão Europeia e a reavaliação do peso relativo do voto de cada país no seio da Conselho de Ministros.



A Bulgária é um dos 12 países candidatos à integração na UE

## Comércio mundial Reabilitar crianças

Joaquim Miranda participou na conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento realizada esta semana, na cidade tailandesa de Bangucoque. Esta reunião, em cujos trabalhos o deputado europeu do PCP participou na qualidade de presidente da Comissão para o Desenvolvimento, destinou-se a discutir a problemática da organização mundial do comércio e foi a primeira realizada a nível mundial, depois do fracasso da conferência ministerial de Seattle, nos Estados Unidos que ficou marcada por fortes manifestações de movimentos contra a liberalização do comércio.

Ilda Figueiredo foi recebida na passada semana pela direcção da Federação Nacional das Cooperativas de Educação e Reabilitação de Crianças inadaptadas. No encontro, que se seguiu a uma visita às instalações, foram referidos os problemas mais prementes que afectam as CERCIS e as crianças deficientes em Portugal, sublinhado-se em particular as questões financeiras, as parcerias, as tabelas, carreiras e o destacamento de técnicos, direitos de autor, formação e saídas profissionais. A deputada comprometeu-se a levar e defender no parlamento europeu as questões expostas pela FENACERCI.

## Faltam 20 milhões de empregos

A Europa precisa de criar 20 milhões de novos empregos para que a taxa respectiva iguale a dos Estados Unidos, afirmou a ministra finlandesa do Trabalho durante a sessão de abertura do seminário «A Estratégia Europeia para o Emprego» que decorreu até terça-feira, em Évora.

Segundo a ministra Sinikka

Monkare, a criação dos novos empregos traduzir-se-ia num aumento de um a dois pontos percentuais na taxa de crescimento média da União Europeia. Este desafio não é porém o único que se coloca aos países europeus. Segundo Monkare, o envelhecimento da mão-de-obra é preocupante, prevendo-se que durante

os próximos dez anos se registre uma redução de 12 milhões de trabalhadores entre os 20 e os 40 anos. Ao mesmo tempo haverá mais 13 milhões de pessoas com idade superior a 40 anos. Para fazer face a este problema a ministra defendeu um modelo de aprendizagem contínua ao longo da vida.



Franco-atiradores albanos-kosovares  
atacam KFOR em Mitrovica

## Violência no Kosovo

Um franco-atirador albanês morto, dois soldados franceses e vários sérvios e albaneses feridos, 40 pessoas detidas (39 albaneses e um sérvio) é o balanço da explosão de violência que assolou a localidade kosovar de Mitrovica no passado domingo.

As notícias chegaram de forma tão contraditória que os menos atentos terão tido dificuldade em perceber quem é quem nesta história, ou seja, quem são os atiradores furtivos, quem são as vítimas, está quem empenhado na limpeza étnica do

**Mafias albanesas são as verdadeiras donas de parte significativa da vida pública**

Kosovo que a NATO dizia pretender evitar. Dir-se-ia que uma espécie de má consciência impede hoje os que aplaudiram a agressão contra a Jugoslávia e a ocupação de uma parte do seu território - o Kosovo - de reconhecer que os confrontos étnicos não só não se resolveram como se agravaram, e que o que efectivamente continua a estar em causa é um projecto separatista da minoria albanos-kosovar assente de facto numa limpeza étnica.

O caso de Mitrovica é paradigmático. A cidade está dividida desde Junho de

1999 em duas zonas separadas pelo rio Ibar: o norte, habitado por 12 000 sérvios e 2000

albaneses, e o sul, habitado por 49 000 albaneses. Esta é uma situação que os albaneses consideram intolerável; preferiam não ter quaisquer sérvios nas

proximidades. Segundo o jornal espanhol ABC, um dos franco-atiradores albaneses detidos pela NATO afirmou que os antigos oficiais do Exército de Libertação do Kosovo (UCK) recrutam albaneses para os enviar para a zona norte de Mitrovica, para a «defender» dos sérvios.

O conceito de «defesa» do UCK é muito particular. Nos incidentes de domingo os ataques partiram de franco-atiradores albaneses e não pouparam sequer a força multinacional para o Kosovo (KFOR), cuja presença na região só é entendida



No Kosovo, a paz prometida pela NATO é uma miragem

enquanto favorável aos interesses dos independentistas albanos-kosovares.

### Mafias albanesas controlam o Kosovo

O tenente-coronel Henning Philipp, porta-voz da KFOR, reconheceu que as suas forças nunca tinham sido «objecto de ataques de tamanha amplitude», confirmou que os ataques partiram dos albanos-kosovares e informou que no rescaldo dos acontecimentos, para além das prisões, foram apreendidas diversas armas ilegais, granadas e

munições nas casas de albanos-kosovares entretanto revistadas.

De salientar que o franco-atirador morto, Avni Hajradine, era um ex-combatente do UCK. Segundo uma fonte policial da ONU na região, foi igualmente outro ex-oficial do UCK, Raman Rama, agora responsável em Mitrovica pelo Corpo de Protecção do Kosovo, que no domingo ajudou a negociar a rendição de 15 franco-atiradores albanos-kosovares.

Mitrovica é apenas um exemplo. Longe das câmaras de televisão a violência continua a fazer-se sentir, e as

vítimas são agora sérvios e ciganos. A própria NATO reconhece que a administração do Kosovo se debate com enormes dificuldades e que são agora as mafias albanesas as verdadeiras donas de parte significativa da vida pública e das armas que continuam na posse de particulares.

Na sequência destes acontecimentos, o governo jugoslavo pediu uma reunião de emergência do Conselho de Segurança da ONU. Belgrado considera que a alegada desmilitarização do UCK não passou do papel e exige medidas para pôr termo aos ataques armados dos terroristas.

## Golpe na Ucrânia

O grupo parlamentar do partido Rukh (Movimento do Povo da Ucrânia) pediu a semana passada a «ilegalização do Partido Comunista da Ucrânia» em nome da «segurança nacional e social». O Rukh é um movimento ultranacionalista que já teve grande força no ocidente do país, mas que hoje é minoritário. Por seu lado, o PCU é o partido mais votado da Ucrânia, onde detém 113 dos 450 lugares. A tentativa de ilegalização do PCU insere-se numa campanha em curso desde há algumas semanas visando, através de um «golpe palaciano», destituir o presidente e vice-presidente do Parlamento e substituí-los por outros representantes dos partidos minoritários. No cerne das disputas estão as reformas económicas que visam transformar o país numa economia de mercado.

## Empresários com Putin...

Quarenta e três por cento dos empresários russos pensam votar em Vladimir Putin nas eleições presidenciais de 26 de Março, o que representa um aumento de sete pontos em duas semanas, indica uma sondagem divulgada segunda-feira e citada pela agência Lusa.

De acordo com esta sondagem, o aumento das intenções de voto a favor do presidente interino russo é resultado das suas declarações a favor da privatização da terra e da tomada da capital tchetchena, Grozni, pelas tropas federais. A popularidade de Putin baixara em meados de Janeiro, de 49 para 36 por cento. Entretanto cinco por cento dos empresários preferiam Primakov, que anunciou não se candidatar, e um número idêntico Grigori Iavlinski, do partido reformador Iabloko. O dirigente do partido comunista, Guennadi Ziuganov, beneficia de quatro por cento das intenções de voto expressas nesta sondagem.

## ... e Estados Unidos também

Os Estados Unidos «podem trabalhar» com Vladimir Putin, declarou por sua vez o presidente norte-americano Bill Clinton, numa entrevista à CNN. Clinton manifestou a esperança de que Washington e Moscovo possam «progredir mais» em matéria de

## Divergências entre Londres e Dublin

A suspensão do governo do Ulster voltou a agravar as desconfianças entre unionistas e o governo britânico, por um lado, e nacionalistas, republicanos e o executivo da Irlanda, por outro. As negociações directas entre Londres e Dublin, iniciadas na segunda-feira para evitar o descarrilamento total do processo de paz, não escondem que as divergências entre os governos dos dois países são as mais sérias dos últimos três anos.

Em causa está o facto de o governo autónomo de Belfast ter sido suspenso pouco antes da divulgação do segundo relatório da Comissão de Desarmamento em que se dá conta dos avanços positivos registados nesta matéria por parte do IRA. Sabendo-se que o pretexto para a suspensão foi justamente o alegado impasse quanto ao desarmamento, torna-se difícil não admitir que o objectivo visado é outro.

Invocando a «crise», Londres e os unionistas falam

agora abertamente na «necessidade» de rever o Acordo de Sexta-feira Santa de 1998 (que foi revisto há menos de seis meses), e um acordo «prático» sobre o desarmamento. A enveredarse por este caminho, as conversações directas entre o IRA e a Comissão de Desarmamento seriam postas em causa. Como questionou o dirigente do Sinn Féin, Gerry Adams, «como pode alguém trabalhar com uma comissão que quando faz um relatório que não agrada ao governo britânico e aos unionistas é atirado para o caixote do lixo?».

### Impasse

Na verdade não se percebe, a não ser à luz de uma inadmissível cedência aos unionistas, a pouca importância dada por Londres ao relatório da Comissão de Desarmamento quando esta considera ter «pela primeira vez um compromisso do próprio IRA de que o desarmamento será levado a cabo», como afirmou o primeiro-

ministro irlandês, Bertie Ahern, para quem tal compromisso é «um avanço enorme».

Num artigo publicado no Irish Times, Ahern sublinha que «a suspensão não faz parte dos termos» do Acordo de 1998, e defende que a sua manutenção só poderá agravar a situação no Ulster. «A comissão de De Chastelain é o instrumento para o desarmamento e a chave para o tornar realidade», defende o político irlandês.

Londres garante não subestimar o significado do relatório, nas palavras do ministro para a Irlanda do Norte, Peter Mandelson, que afirmou mesmo que «se (o relatório) significa o que parece significar, pode ser o primeiro sinal de que o IRA se prepara para deixar as armas de uma vez por todos». No entanto o governo britânico, em sintonia com os unionistas, não se dá por satisfeito e exige «maior clareza» para reverter a decisão de suspender o governo autónomo do Ulster.

## O Relatório Chastelain

Principais excertos do relatório de John de Chastelain, presidente da Comissão de Desarmamento, divulgado pouco depois da suspensão do governo do Ulster.

\*A partir de Dezembro de 1999, o IRA comprometeu-se a colaborar francamente com a Comissão e tomámos nota da sua intenção de o continuar a fazer.

\* Também tomámos nota da afirmação do IRA de que a questão das forças britânicas e dos paramilitares lealistas da Irlanda do Norte deve ser abordada. Enquanto que o futuro das tropas britânicas está fora do nosso âmbito, a eliminação da ameaça que representam as armas dos paramilitares lealistas está claramente dentro do âmbito da Comissão. Os representantes lealistas comunicaram-nos o seu compromisso de abordarem a questão das suas armas no contexto das acções similares que o IRA venha a tomar. (...)

\* Saudamos a convicção do IRA de que «o estado de crise permanente» pode ser evitado e de que a questão das armas pode ser resolvida. Consideramos particularmente significativo e vemos como um progresso valioso a afirmação que foi feita pelo representante do IRA de que o IRA considerará como depor as armas e os explosivos, no contexto da implementação total do Acordo de Sexta-feira Santa, e no contexto do fim das causas do conflito.

\* A Comissão saúda o reconhecimento do IRA de que a questão das armas necessita de ser tratada de uma forma aceitável e de que isso é um objectivo necessário para um genuíno processo de paz e a sua declaração de que por essas razões estão comprometidos connosco. A Comissão saúda também o compromisso do IRA de apoiar e intensificar a sua contribuição para uma paz duradoura e a sua declaração de que apoiaram e continuarão a apoiar os esforços para assegurar a resolução do problema das armas.

\* O representante indicou-nos hoje o contexto em que o IRA iniciará o processo de deposição das armas, de uma forma que nos assegure a máxima confiança pública.



desarmamento depois das eleições presidenciais na Rússia, e afirmou que Putin é «com toda a evidência, muito inteligente, muito motivado e os seus pontos de vista são sustentados». Clinton considerou ainda o novo homem forte do Kremlin «capaz de ser um dirigente muito forte, eficaz e determinado».

## Violência na Argélia

Catorze pessoas foram assassinadas segunda-feira à noite em uma emboscada organizada por um grupo armado contra viajantes na estrada que passa perto das cidades de Jemis e Miliana, na região de Ain Defla (a 150 km de Argel), segundo informou a imprensa argelina. De acordo com os jornais, entre 12 e 30 viajantes foram feridos na emboscada, ocorrida ontem às 20h locais.

## Referendo no Zimbawe

O «não» ganhou no Zimbabwe em 93 das 120 circunscrições, no referendo sobre um projecto de nova Constituição, que teria dado maior poder ao presidente Robert Mugabe e permitido a desapropriação sem indemnização de latifúndios brancos, informou terça-feira a Comissão Eleitoral. Votaram contra o projecto 545.083 pessoas e a favor 426.377, segundo um cálculo da AFP baseado em dados fornecidos durante uma entrevista à imprensa.

## Cianeto no Danúbio

Um derrame de cianeto no norte da Roménia, proveniente de uma barragem de uma mina de ouro, junto a afluentes do rio Danúbio, afectou zonas da Hungria e da Jugoslávia e ameaça provocar uma catástrofe ecológica de consequências ainda incalculáveis. A poluição, que está às portas da Bulgária e pode atingir a Ucrânia e até chegar ao mar Negro, destruiu já o sistema ecológico de um rio, matou milhares de peixes e espalhará nos próximos dias e meses os seus efeitos nefastos pelos microrganismos e pela flora fluvial que serve de alimento à fauna da rede hidrográfica da região. A Jugoslávia proclamou o estado de catástrofe ecológica e exige indemnizações devido à contaminação dos rios Tisza e Danúbio. Idêntica posição foi assumida pela Hungria.

Cerca de 20 mil técnicos dispostos a lutar «o tempo que for preciso» num dos maiores protestos do género nos EUA

# Greve na Boeing

**No brains, no planes (Sem cérebros não há aviões) é o slogan adoptado pelos milhares de funcionários qualificados da Boeing, em Washington, que quinta-feira passada entraram em greve por tempo indefinido em luta por aumentos salariais e defesa dos direitos adquiridos.**

As causas do conflito radicam no desacordo sobre a convenção de trabalho, cujas negociações se encontram paralisadas desde finais de 1999. Os trabalhadores exigem aumentos salariais de quatro por cento para o ano

em curso e de três por cento para os dois próximos anos, e um prémio de 10 por cento; a empresa propõe aumentos inferiores, pretende reduzir os seguros de vida e tenciona proceder a cortes no âmbito da assistência médica. Este último aspecto reveste-se da máxima importância, uma vez que nos Estados Unidos não existe um serviço nacional de saúde.

De acordo com o sindicato do sector, Sociedade de Empregados de Engenharia Aeroespacial (SPEEA), que conta com 22 500 associados na Boeing, o primeiro dia de greve contou com uma adesão em massa: 19 500 grevistas. Os números reconhecidos pela empresa são ligeiramente menores, mas não deixam de comprovar o sucesso da luta: entre 17 e 18 mil grevistas.

O dirigente da SPEEA, Charles Bofferding, em declarações citadas pelo diário espanhol «El País», afirma que os trabalhadores estão «preparados para uma

longa campanha», e sublinha que «esta é uma luta de todos os que dedicaram a sua carreira e a sua vida à Boeing».

Uma dedicação pela qual os cerca de nove mil técnicos associados no SPEEA recebem em média 45 000 dólares anuais, enquanto os cerca de 13 000 engenheiros auferem por ano, em média, 63 000 dólares.

Apesar da amplitude do movimento grevista a paralisação não afectou de imediato

**Boeing quer condicionar aumentos salariais, pretender reduzir os seguros de vida e tenciona proceder a cortes no âmbito da assistência médica**

as linhas de montagem da companhia aérea. Os trabalhadores deste sector pertencem a outro sindicato e, muito oportunamente, estão proibidos contratualmente de fazer greve. É a liberdade à

americana. Mas nem aqui restam dúvidas do que sentem os trabalhadores: a linha de montagem parou os minutos necessários para aplaudir a luta em curso na companhia.

Neste contexto, segundo a SPEEA, só uma greve de longa duração poderá fazer sentir os seus efeitos. «Haverá um momento em que os aviões pararão», dizem os grevistas, sublinhando que duas semanas de greve acabarão por afectar o processo de inspecção e entrega de aparelhos.

À boa maneira do patronato que não reconhece outros interesses e direitos que não os seus, a companhia, surpreendida pela unidade de trabalhadores sem tradições de luta, aposta na desmobilização a curto prazo. Se tal não se verificar, admite substituir os grevistas nalguns postos-chave. É a democracia à americana.



Segundo o sindicato do sector, ao primeiro dia de greve aderiram 19 500 trabalhadores

## Desemprego na Alemanha

Onze por cento da população activa alemã estava no desemprego em Janeiro último, o que representa um aumento de 0,7 por cento em relação à taxa registada em Dezembro do ano passado (10,3 por cento), anunciou a semana passada o departamento Federal do Trabalho.

De acordo com os dados oficiais, os desempregados ascendiam no total a 4 293 500, mais 246 300 do que no último mês de 1999.

As autoridades germânicas não se mostram preocupadas com estes resultados e afirmam mesmo que a reanimação conjuntural da economia do país continuará a ter efeitos positivos no mercado de trabalho. Rotulando de «puramente sazonais» o aumento do desemprego registado em Janeiro, sublinham o facto de que, entrando em linha de conta com os ajustes das flutuações sazonais

(estabelecidas em função da influência das condições climatéricas em certos sectores produtivos, como é o caso da construção civil), os dados apontariam para uma redução do desemprego de 33 000 pessoas.

Com ou sem ajustes, os dados evidenciam a persistência de profundas diferenças entre a parte ocidental e o Leste (ex-RDA): no primeiro caso, o desem-

prego passou de 8,6 por cento em Dezembro para nove por cento em Janeiro, sendo o total de desempregados de 2 826 900; no segundo caso, o aumento foi de 17,7 por cento para 19,1 por cento no mesmo período, atingindo um total de 1 466 600 pessoas.

O Governo alemão continua a prever para este ano um decréscimo do desemprego de 200 000 pessoas.

## Globalização e pobreza faces da mesma moeda

A Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), a decorrer em Bangkok, defende a globalização como forma de alcançar uma melhor distribuição das riquezas. Uma opinião contestada por centenas de manifestantes que no sábado e no domingo se exprimiram ruidosamente contra a globalização. O director-geral do Fundo Monetário Internacional, Michel Camdessus, que segunda-feira cessou as suas funções, foi «brindado» por um dos manifestantes que lhe atirou um bolo à cara.

Na sua intervenção na Conferência, Camdessus re-

futou a acusação de que as políticas do FMI fizeram aumentar as diferenças entre os países pobres e os países ricos, advogando que está a surgir um novo conceito de globalização.

«Sabemos agora que não é suficiente o tamanho do bolo», disse o ainda então responsável do FMI, como se tivesse descoberto a pólvora. «A forma como é repartido tem muito a ver com o desenvolvimento: se se deixa os pobres sem esperança, a pobreza minará a estrutura das nossas sociedades através da confrontação, da violência e da desordem civil», concluiu. Ou seja, o que preocupa

Camdessus não é a justa distribuição da riqueza, não é a necessidade de acabar com a pobreza, mas tão-só manter a «esperança» dos pobres, para que se não revoltam e ponham em causa a sociedade que lhes dá origem.

### Exemplo dramático

O caso da América Latina, onde a liberalização económica é hoje uma realidade, pode servir de exemplo para ilustrar as contraditórias teses defendidas em Bangkok. O número de pobres no subcontinente americano tem vindo a

aumentar ao ritmo do agravamento das desigualdades e actualmente 20 por cento da população não ascende a mais do que 4,5 por cento da riqueza. Os próprios dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Centro de Estudos para a América Latina (CEPAL) revelam que entre 150 a 200 milhões dos 446 milhões de habitantes da região são pobres, e que 16 por cento vivem abaixo do nível de pobreza.

O que preocupa o FMI é que estes números da vergonha se transformem nos números da revolta.

Também o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, e os

3000 delegados dos 190 países membros da UNCTAD se dizem preocupados e apelam a «uma nova ordem» que reduza as diferenças entre países ricos e pobres. Os delegados à Conferência insistiram mesmo que o crescimento económico deve passar pelo respeito dos direitos humanos, a aceitação das normas laborais internacionais e a protecção do meio ambiente.

O que não se percebe é como é que a globalização e a liberalização da economia podem converter-se num meio de eliminar a pobreza quando são justamente as causas que estão na génese do seu agravamento.



Fosso entre ricos e pobres  
agravado na última década

# O império das desigualdades

Os EUA registaram na década de noventa uma notável expansão económica, mas os benefícios do crescimento não beneficiaram de igual modo o povo americano. Dois estudos recentemente publicados revelam que os ricos são hoje cada vez mais ricos e que os pobres estão agora mais pobres do que há dez anos.

De acordo com o estudo divulgado pelo Instituto de Política Económica e o Centro para as Prioridades Orçamentais, que cita dados oficiais, 20 por cento das famílias com situação mais desafogada disputam, em finais de 1999, de um rendimento anual rondando em média os 137 000 dólares, valor dez vezes superior ao rendimento de 20 por cento das famílias mais desfavorecidas, que não ia além dos 13 000 dólares por ano (montante, em ambos os casos, antes do pagamento dos impostos).

Esta diferença é tanto mais significativa quanto se agravou em relação à situação que se verificava no final da década de oitenta, ou seja, antes de ter início o que já é considerado o maior e mais forte ciclo de crescimento económico da história dos EUA.

Os dados mostram que, descontada a inflação, os rendimentos reais da população norte-americana mais rica aumentaram 15 por cento entre 1988 e 1998, enquanto os dos mais pobres subiu apenas um por cento.

O estudo, que divide as famílias em cinco grupos de igual tamanho, revela que, em termos reais, o mais rico

conta agora com mais 17 480 dólares por ano, enquanto o mais pobre conta apenas com mais 110 dólares anuais.

As causas para esta situação apontadas no estudo contrariam abertamente o discurso oficial. A desregulamentação e a liberalização, afirma o documento, traduziram-se num «enfraquecimento das redes de

**O rendimento de um por cento dos americanos passou de 235 mil dólares em 1977 para 516 mil dólares em 1999, ou seja, um aumento de 120 por cento**

protecção social» e na «dificuldade de fazer aplicar as leis laborais que regulam o direito à negociação colectiva». Para além disso, prossegue o estudo, «as mudanças nas estruturas de impostos locais, estaduais e federais aceleraram a tendência para a desigualdade crescente que emerge no mercado de trabalho».

## Euforia bolsista e sopa dos pobres

Em Nova Iorque, capital da especulação bolsista, os operadores da Wall Street não têm motivos para se queixar. Os seus rendimentos ascenderam em 1999 a 12 000 milhões de dólares, o dobro dos rendimentos de há cinco anos. De registar que, embora representando apenas 2,2 por cento da população activa

do estado de Nova Iorque, a Wall Street gera 58 por cento do seu Produto Interno Bruto.

Em termos globais, o grupo dos 20 por cento mais ricos ganha 153 350 dólares por ano, o que representa um aumento de 19 680 dólares desde o início do ciclo de crescimento económico.

Bem diferente é a situação do grupo dos 20 por cento de famílias mais pobres, cujo rendimento é agora de 10 770 dólares anuais, ou seja, 1 970 dólares a menos, em termos reais, do que há uma década.

Algumas organizações norte-americanas têm procurado desdramatizar estes dados, como é o caso da Heritage Foundation, bem conhecida do público português através de séries de ficção em que é apresentada como defensora dos mais elevados valores da paz, da democracia e da justiça. Segundo Robert Rector, economista da Fundação, as diferenças entre ricos e pobres não são assim tão gritantes se se tiver em conta os «benefícios sociais» de que estes últimos dispõem, designadamente «as senhas de refeição», vulgo sopa dos pobres. Sem comentários.

Um outro estudo entretanto divulgado pelo Centro sobre Fome e Pobreza da Tufts University, considerado o mais abrangente desde 1996, revela que 30 milhões de americanos passam fome. No país mais rico do mundo, que se diz campeão da democracia, da liberdade e da igualdade, uma em cada seis crianças vive numa família que nem sequer tem assegurada a sua alimentação.



**Famílias endividadas** O banco central norte-americano (Reserva Federal) confirma que o rendimento das famílias mais pobres, com menos de 50 000 dólares anuais, se degradou. Uma das consequências desta realidade é o crescente endividamento: uma em cada oito famílias gastou em 1998 mais de 40 por cento dos seus rendimentos no pagamento de empréstimos e respectivos juros.

# Kohl e os patrocinadores

• Rui Paz

«Democracia. Vende-se ou aluga-se. Perfeitamente integrada na União Europeia e na Nato. Muito lucrativa. Ótimo investimento. Resposta a Helmut Kohl - CDU/CSU - Bona.»

Depois da catastrófica entrevista de Kohl à ZDF, este pequeno anúncio constitui uma verdadeira síntese daquilo que foi o programa político do antigo chanceler da Alemanha. Após ter confessado o seu apoio ao financiamento de determinadas forças políticas de Lisboa a Danzig, Kohl revelou ainda perante as câmaras da TV não se poder recordar da origem dos dinheiros recebidos pela CDU a partir de 1989, uma vez que nunca tinha entrado tanto dinheiro para os cofres do partido como naquele período eufórico de «Maastricht e da Unificação». No dia seguinte, o popular apresentador de sátira política Dieter Hildebrand defendeu no programa «limpabrisas» (ARD) que a democracia-cristã, além da «reposição dos milhões» ilegalmente depositados no estrangeiro, também deveria «devolver a RDA».

Para refrescar a memória do antigo chanceler, o «Neues Deutschland» acaba de publicar a lista dos cem mais potentes patrocinadores da União Democrata-Cristã (CDU/CSU) referente aos últimos dez anos. O total das ofertas monetárias legais, entre 1989 e 1998, foi de 66,23 milhões de contos. O primeiro lugar na lista é ocupado pelo maior accionista da economia alemã, o Deutsch Bank, com 558 520 contos. Esta quantia abrange apenas os donativos da central em Frankfurt e não inclui as dádivas das filiais nem as grandes empresas controladas por aquele potentado financeiro. Entre os cem mais generosos financiadores da União Cristã encontram-se muitos outros nomes bem conhecidos da banca e dos seguros como o Dresdner Bank, Commerzbank, Deutsch-Südamerikanische Bank, Allianz..., assim como da indústria e das comunicações (Bosch, Mannesmann, Henkel, Haniel, Bertelsmann...). A Daimler-Crysler AG de Stuttgart (Mercedes), da qual o Deutsch Bank através da compra das acções ao grupo Flick (outro grande patrocinador de Kohl) se tornou o principal accionista, contribuiu com 501 000 contos enquanto a BMW achou que a CDU/CSU só era merecedora de 196 690 contos. Para compensar um pouco aquela diferença, os multimilionários Quandt de Bad Homburg, proprietários da BMW, acrescentaram a título pessoal mais 85 000 contos. Mas o papel da democracia-cristã como instrumento de controlo do poder político pelo grande

capital aparece com mais clareza ainda no milhão e setecentos mil contos oferecidos provenientes só das seis mais generosas federações patronais. Muitos destes patrocinadores aparecem nas listas de financiamento do SPD e dos Liberais embora com contribuições substancialmente mais reduzidas. Enquanto a CDU/CSU em 1998 recebeu 60 900 contos do Deutsch Bank, o SPD teve de contentar-se com 21 000. Mesmo assim não se pode dizer que o capital seja ingrato se tivermos em conta o esforço da social-democracia junto do movimento sindical reformista na aceitação de conceitos como flexibilidade, diminuição dos custos do trabalho, privatizações, etc.

Os Verdes não puderam contar até agora com um único marco dos cofres do capital, provavelmente porque a sua conversão ao novo militarismo e à NATO ainda é demasiado recente para produzir dividendos. Finalmente o PDS também foi excluído dos patrocínios políticos do capital. Para os proprietários da democracia, um partido que mantém como objectivo programático a democracia socialista é um inimigo a abater e não um aliado a apoiar. Estes dinheiros oferecidos pelo capital aos partidos da sua preferência são perfeitamente legais segundo a legislação actualmente em vigor na Alemanha. A presença do casal multimilionário Ehrling na lista dos financiadores da CDU com 334 900 contos depois de lhe ter sido dada a preferência na compra de 31 000 habitações dos correios privatizadas pelo governo-Kohl, constitui uma excepção. A norma nestes casos é a lavagem de dinheiro em contas secretas no estrangeiro com a ajuda dos serviços secretos, como aconteceu com o negócio dos tanques da Thissen à Arábia Saudita ou com a Siemens. É indiscutível que as contribuições oficiais do capital alemão a determinados partidos são proporcionais ao zelo que estas organizações mostram na defesa do sistema. Não se trata unicamente de recompensar influências ou decisões do poder político na realização de determinado negócio concreto. Como salienta o Neues Deutschland, está-se em presença de uma espécie de «contribuição regular à máfia» pelo papel que certas organizações políticas desempenham «na defesa de um sistema cuja função consiste prioritariamente em proteger a riqueza e os privilégios dos seus patrocinadores».



● Manoel  
de Lencastre

# A grande surpresa de Aninhas

A manifestação antifascista em Londres reuniu portugueses e ingleses contra M. Caetano

A visita de Marcelo Caetano a Londres, em 1973, fazia adivinhar a corrida final para o precipício da ditadura que vinha de 1926. Como sempre, os regimes autoritários portugueses voltam-se para Whitehall e para a City se pressentem que a vida lhes foge ou desejam sacrificar ainda mais o País. A realidade era esta: o regime do 28 de Maio e do Estado Novo sentia-se perdido – a guerra colonial em três frentes devorava-lhe os recursos e não produzia vitórias ou a paz impossível. A luta de massas dirigida pelo PCP, nas condições difíceis que se conhecem, ganhava a alma do País; a repulsa pelos métodos do regime e a mobilização pela defesa dos presos e apoio às suas famílias eram já de carácter nacional; a crise económico-financeira estabelecia-se; a emigração crescia; surgiam focos de desobediência no seio das Forças Armadas. Marcelo Caetano, portanto, foi a Londres.

O que poderia fazer o governo conservador de Edward Heath? A crise do regime de Lisboa era tão visível e profunda que nenhum dos seus tradicionais aliados estava em condições de ajudá-lo. Principalmente, o atoleiro das novas guerras africanas para onde a fúria dos fascistas ultramontanos tinha empurrado o nosso Portugal repugnava e afastava esses aliados. Era o PCP, a nível da confrontação sociopolítica e económica internacional, a URSS, quem demonstrava ao mundo a injustiça dessas guerras e a corajosa luta do povo português. Foi nesta conjuntura que se desenrolou a história que vamos descrever e dedicamos aos leitores do «Avante!» neste momento de renovação do melhor jornal portugueses.



## «Stop fascism in Portugal»

Os comunistas portugueses emigrados em Londres receberam instruções do organismo superior de que dependiam para tirarem partido da visita de Caetano com dois objectivos: o primeiro consistia na mobilização do máximo de recursos humanos para a organização de uma forte manifestação antifascista dirigida à Embaixada de Portugal; o segundo era a propaganda anti-salazarista-caetanista junto dos mais vastos sectores da população britânica para que se conhecesse melhor a realidade portuguesa e a luta que os patriotas desenvolviam.

Os recursos dos comunistas portugueses eram limitados. Porém, não lhes faltava coragem e capacidade. Na véspera da chegada de Caetano à capital britânica, surgiram nas paredes de muitos edifícios no coração da cidade, em muros e à saída do antigo terminal da British Airways em Earl's Court inscrições como esta: «STOP FASCISM IN PORTUGAL». A Pide estava em Londres. Os serviços secretos ingleses (MI5) davam-lhe toda a colaboração. Notava-se o aperto da vigilância aos portugueses.

A organização da manifestação à Embaixada, onde Caetano se encontrava, envolveu, também, o Partido Comunista da Grã-Bretanha, nosso fraternal aliado. Os camaradas puseram-nos à disposição o edifício da King Street. Utilizámos duplicadores, máquinas de escrever, papel, cartolinas, tudo o que fazia falta. A agitação

junto dos meios sindicais e da classe operária britânica era intensa. O glorioso jornal diário dos comunistas, «Morning Star», incitava os trabalhadores a juntarem-se-nos. Do nosso lado, tínhamos comissões sindicais e de unidade em diversos locais de trabalho. Sentíamos que engrossava o caudal de vontades entre os portugueses. A manifestação anti-Caetano tinha-lhes ferido a imaginação. Outras organizações portuguesas e partidárias em Londres, como a que publicava o «Portuguese & Colonial Bulletin», a Associação dos Portugueses em Inglaterra e o jornal «O Português na Inglaterra» trabalhavam febrilmente.

Nesta vasta mobilização também se distinguiram outros sectores patrióticos mas distantes do PCP, a Liga do Ensino da Língua e da Cultura Portuguesas e o recém-fundado Partido Socialista. Contavam com ajudas valiosas – a dos trabalhadores e de alguns sindicatos anticomunistas. Os socialistas faziam tudo para se afastarem de nós. Recebiam ordens terminantes de um senhor que se dizia viver na Suíça – chamava-se António Barreto. Começamos a tomar conhecimento de

que Mário Soares chegaria a Londres para tomar parte na manifestação. Não era a manifestação propriamente dita que lhe interessava. Pretendia aparecer na frente, ser visto. Queria ser o chefe.

A bandeira portuguesa, a única que apareceu na grandiosa manifestação foi-nos entregue por uma



como costuma dizer-se, «a arrastar multidões». Só víamos gente inglesa juntar-se-nos. A nossa causa era justa. Pensávamos no nosso velho país arruinado, na juventude que se atascava em África e morria. Pensávamos nos camaradas que lutavam, clandestinamente, e nos que sofriam nas mãos dos torturados e nas prisões. Pensávamos naqueles que faziam o «Avante!». Naqueles que tinham morrido em luta pelos ideais do PCP e pelos melhores valores da Humanidade. Os nossos corações batiam pela Pátria escravizada, pelo belo país a que, orgulhosamente, pertencemos. Um país entristecido que fazia figura de potência colonial mas não passava de espaço colonizado pelo imperialismo.

Na zona de Tottenham Court Road, ligando com a Oxford Street, a nossa manifestação ligar-se-ia à dos comunistas britânicos. Estes, levavam um ocea-

poder disfarçar um certo embaraço. Usava chapéu. Um belo cordão de ouro ao pescoço. Pulseiras. Anéis nos dedos. O sorriso de Aninhas desarmava-nos. Perguntámos-lhe: «Então, a menina deseja, de verdade, acompanhar-nos?». resposta: «Sim, senhor Camarada, terei todo o prazer.» O problema estava em que nada já tínhamos que a Aninhas levasse. A manifestação começava a organizar-se na rua. De repente, vimos uma bela fotografia de Álvaro Cunhal, quando ainda jovem, que nos tinha sido oferecida e que desejaríamos poupar. Começara a chover.

Sem alternativas, dissemos: «Aninhas, estás a ver esta fotografia? Queremos que a ergas bem alto em todo o percurso para que toda a gente a veja.» Ela não hesitou: «Sim, senhor Camarada. Assim farei.» E voltou a esboçar aquele bonito mas estranho sorriso, ingénuo, desarmante... Assim aconteceu. Enquanto nos enrouquecíamos gritando as adequadas palavras de ordem e erguíamos a bandeira republicana portuguesa que tanto amamos, olhámos, a espaços, para o sítio onde supunhamos que Aninhas, perdida na multidão, marchava. Sem desfalecimentos, os braços sempre no ar, elevava o retrato ao máximo das suas possibilidades. A chuva, persistente, inutilizaria a foto. Mas pensámos que, no fim de contas, a Aninhas levava consigo um indubitável símbolo da nossa luta.

Logo que tudo terminou com o êxito que se tornou conhecido, regressámos ao «Astor College». Apesar de encharcados, tínhamos de organizar a recolha e a arrumação dos materiais utilizados durante a manifestação naquela tarde histórica. Foi quando a Aninhas, acercando-se, perguntou: «Quem é aquele senhor tão bonito cujo retrato me confiou?»

Já tinha abandonado o chapéu, aliás encharcadíssimo, em qualquer parte. Surgia, agora, passadas algumas horas, apenas, uma rapariga diferente. Obviamente, a experiência vivida tinha-a profundamente impressionado, talvez transformado. Esclarecêmo-la: «É Álvaro Cunhal, Aninhas, o Secretário-Geral do Partido Comunista Português.» A fulminante surpresa de Aninhas estampou-se-lhe na cara. Primeiro, sorriu. Depois, pôs-se muito séria e foi sentar-se num cadeirão que estava perto, a pensar, a pensar, a pensar... Já não era a mesma que chegara de Portugal nessa manhã. Acabara de conhecer aquilo que nunca pudera compreender – a realidade portuguesa.

## Acentua-se o isolamento internacional do fascismo

### O FRACASSO DE M. CAETANO

A visita à Grã-Bretanha de M. Caetano saldou-se num dos maiores fracassos de sempre da política externa do fascismo. As repercussões desse malogro puseram em foco a condenação do regime e da sua política colonial.

No entanto, a camarilha caetanista tinha preparado todos os condimentos para um sucesso. Antecipara as comemorações para que as visitas se realizassem numa altura em que o fascismo perde terreno na arena internacional. Garantira a cumplicidade do governo conservador inglês. Levava na bagagem de Patrício um dossier recheado de cor...

ou grosseiros desmentidos dos fascistas nenhum crédito alcançaram.

#### As confissões

Ficámos a saber pela boca de M. Caetano, na sua conversa em família de 26-7-73, que «é muito difícil evitar que haja, aqui ou além alguns excessos na reacção dos que são agredidos». Sabemos bem o que significa «alguns excessos» em linguagem colonialista. Também pela boca do ultra Kaulza ficámos a saber «que se registaram casos em que civis foram mortos ou feridos quando o exército se viu obrigado a bombardear acampamentos de terroristas em aid...»

Viagem à Lisboa paga e mais 150\$00 para o tacho! Estas eram as condições em algumas cidades do Norte. Na margem sul e Ribatejo, os zelosos camarários multiplicavam tolerâncias de ponto, subsídios, chegando mesmo a fiscalizar na partida aqueles que estavam faltosos, orquestrando os aplausos durante a «espontânea». Mas o entusiasmo escasseou notoriamente.

M. Caetano, cujo despudor está atingindo o inacreditável, confessou-se «muito surpreendido» com o acolhimento. E o seu discurso f...

O «Avante!» fala de fracasso e mostra como se acentuava já o isolamento internacional do fascismo

dedicada comunista que trabalhava na TAP. O numeroso contingente de comunistas portugueses e simpatizantes concentrou-se no «Astor College», a escola Médica do Middlesex Hospital onde muitas trabalhadoras e amigas leais tinha aderido ao PCP. Tudo estava preparado. Tínhamos bandeiras, dísticos, panos com inscrições. O grande dia aproximava-se.

#### Almas vitoriosas

Era um domingo. A manifestação ia sair, finalmente. A nossa militância, a nossa incessante actividade estava,

no de povo. Muitos internacionalistas que haviam, há muito, adoptado a causa do antifascismo. Um contingente de antigos membros das Brigadas Internacionais que tinham combatido na Guerra Civil espanhola. Almas vitoriosas surgiam em toda a parte onde os comunistas portugueses agitavam pela sua Pátria.

Mas, alguns minutos antes da saída do «Astor College» uma querida camarada, a Teresa, cujo destino desconhecemos, disse: «Camarada! Está aqui a Aninhas que acaba de chegar de Portugal. Também deseja acompanhar-nos.» Olhámos a Aninhas. Era uma bonita e muito jovem portuguesa que sorria sem



# Equador um grande susto para o império

• Miguel  
Urbano  
Rodrigues

**O**s acontecimentos do Equador arrancaram a máscara a mais uma das democracias de fachada da América Latina. Inesperadamente, o presidente daquele país anunciou a dolarização absoluta da economia, afirmando que era a única solução para os problemas nacionais. A decisão agravou uma crise que vinha de longe.

As comunidades indígenas dos Andes equatorianos exigiram a renúncia do presidente. Este recusou e ameaçou-as com medidas repressivas. O Exército permaneceu quieto. Os índios, então, sublevaram-se. Dezenas de milhares avançaram sobre a capital numa marcha torrencial, ocuparam o Congresso e destituíram o presidente.

Parecia o começo de uma revolução. Mas o desfecho da crise foi diferente. No dia 9 de Janeiro p.p., quando o presidente Jamil Mahuad tornou pública em Quito a sua decisão de dolarizar a economia, eliminando totalmente a moeda nacional, o sucre, o

anos, nuns casos, e dez noutros. De um dia para o outro as poupanças do povo eram confiscadas e o sucre desaparecia, substituído pelo dólar.

Não é difícil imaginar a indignação que o decreto presidencial provocou, sobretudo entre os reformados, as viúvas e os trabalhadores.

Mas foi dos camponeses quechuas da alta montanha, descendentes do Incário, que veio a reacção mais explosiva. Agrupados na Confederação das Nacionalidades Indígenas (CONAI) responderam a Mahuad com um ultimato, exigindo a sua imediata demissão. Mahuad aparecia-lhes como o símbolo da corrupção.

## Riqueza e miséria

O Equador (270 000 km<sup>2</sup>, 11,4 milhões de habitantes e um PIB de 14,5 mil milhões de dólares) é um país riquíssimo em recursos naturais. Primeiro produtor mundial de banana, é um grande exportador de petróleo, camarões e madeiras de qualidade. A queda dos preços desses produtos nos anos 90, a repercussão das crises asiática, russa e brasileira, e os efeitos devastadores do El Niño agravaram nos dois últimos anos as tensões num cenário político caracterizado por choques permanentes entre partidos tradicionais e movimentos sociais que se levantam contra a corrupção e opressão e a discriminação racial. O desemprego atingia 17% da população activa no início do ano 99. O aumento das taxas de juro, dos gastos sumptuários e dos créditos malparados provocaram no final do ano passado uma ruptura do sistema bancário que levou o Governo a intervir em 19 bancos, encerrando alguns deles.

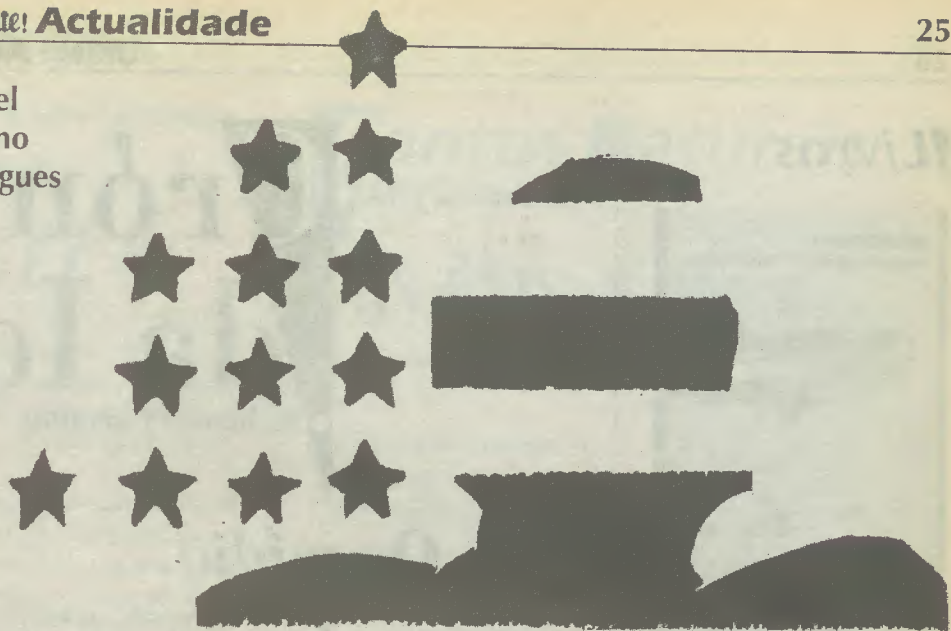
Mahuad optou por uma rígida política monetarista, aceitando todas as exigências do FMI. A dureza do ajuste permitiu que em 99 a balança comercial apresentasse um saldo positivo de 885 milhões de dólares. Isso foi possível devido a uma queda de 50% das importações, inseparável de uma redução drástica do poder aquisitivo da população. A situação financeira, entretanto, continuou a agravar-se. O défice da balança de transações correntes foi de 3200 milhões de dólares. Os investimentos caíram, a fuga de capitais intensificou-se e o pagamento do serviço da dívida criou problemas em cadeia.

A crise equatoriana era mostruário do modelo neoliberal para o Terceiro Mundo: o povo de um país em crise era forçado a consumir cada vez menos, exportar mais, e receber menos benefícios sociais para garantir a safra de recursos financeiros destinados aos países mais ricos.

## O sonho

Eganaram-se aqueles que subestimaram o levantamento das comunidades indígenas.

Mahuad não levou a sério os protestos do CONAI. Na opinião do presidente, «umas bastonadas» seriam suficientes para «meter os índios na ordem». Mas os índios que entraram em Quito, desarmados, em massas compactas, não estavam sós. E o seu líder, António Vargas, não é um indígena qualquer. Tem uma licenciatura em Harvard, nos EUA, e uma cultura política muito superior à de Mahuad.



mundo tomou conhecimento de que naquele remoto país a democracia era uma ficção, contrariamente ao que afirmava Washington.

Que exigia do povo o presidente? Que os equatorianos aceitassem trocar cada 25 000 sueres por um dólar. Invocando a necessidade de estabilizar a economia, congelava os depósitos. Até 4000 dólares os depósitos à ordem poderiam ser levantados transcorrido um ano; acima dessa quantia, os titulares das contas receberiam bónus do Estado convertíveis em dinheiro após sete

**Eganaram-se aqueles que subestimaram o levantamento das comunidades indígenas.**

O Exército não interveio quando o Congresso e o Supremo Tribunal, acusado de corrupção, foram ocupados. Quando o comando da marcha anunciou a constituição de uma Junta de Salvação Nacional e lançou uma proclamação de conteúdo revolucionário, soou o alarme na Casa Branca. Bradou-se que a democracia fora apunhalada e era necessário defendê-la. Logo se juntaram ao coro as vozes de governos de países como o Brasil onde o neoliberalismo ortodoxo aprofunda os abismos sociais.

Ao lado de Vargas e da sua gente entraram no Congresso dois coronéis e um punhado de capitães e tenentes. O Comando Conjunto das Forças Armadas pediu a Mahuad que renunciasse. Ele perdeu então o pio e fugiu.

O golpe tinha uma componente militar. Os coronéis Lúcio Gutierrez e Fausto Cobo integraram a Junta ao lado de António Vargas e do juiz Carlos Solorzano. O arcebispo de Cuenca, mons. Alberto Luna, trouxe o apoio do sector progressista da Igreja. «Sabíamos que o Exército ficaria ao lado do povo», declarou Vargas dirigindo-se à multidão que festejava a queda de um governo títere e corrupto. O coronel Gutierrez confirmou. Foi uma euforia prematura. Em poucas horas o quadro mudou.

O contragolpe, arquitetado em Washington, desenvolveu-se de maneira fulminante. O Comando Conjunto das Forças Armadas cedeu à pressão do embaixador dos EUA, ou seja, às ordens vindas de Washington.

Não houve repressão. Os generais, após negociações pouco claras com o CONAI,

conseguiram o que os EUA pretendiam. A renúncia e a fuga de Mahuad produziram um efeito desmobilizador. Persuadidos de que tinham alcançado o seu objectivo principal, os índios começaram a deixar Quito, regressando às suas comunidades. A Junta foi dissolvida, Gutierrez e Cobo detidos e o vice-presidente Gustavo Noboa assumiu, de acordo com a Constituição, a chefia do Estado. O Legislativo foi reaberto. A Casa Branca e a maioria dos governos da América Latina manifestaram satisfação pelo «restabelecimento da democracia».

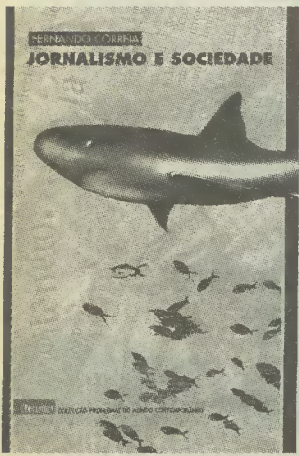
Encorajado pelo apoio recebido, o novo presidente, Gustavo Noboa, um político conservador, comprometeu-se, num discurso demagógico, a erradicar do país a corrupção. Fez as promessas da praxe visando sobretudo conquistar a confiança dos índios. A principal exigência de Washington, essa, entretanto, foi atendida. Noboa vai levar adiante a dolarização. E o coronel Gutierrez permanece preso.

Conclusão: a crise persiste e tende a agravar-se. Os sindicatos, os estudantes, os intelectuais, os pequenos comerciantes e amplos sectores do campesinato, agrupados na Frente Patriótica, já informaram que rejeitam o projecto de dolarização da economia e recorrerão a diferentes formas de luta para impedir a sua concretização.

Em Washington, no momento, respira-se de alívio. Os acontecimentos de Quito provocaram um grande susto. Mas a alegria da Casa Branca pode ser de breve duração. As causas profundas da crise não desapareceram.



## Livros



## Jornalismo e Sociedade

Em boa hora é publicado este livro pelas edições Avante!. A hora seria sempre boa para trazer a público este trabalho de **Fernando Correia**, cujas reflexões sobre comunicação social trazem não apenas o saber do estudo especializado mas o saber de experiência feito. Mas saudamos aqui também a feliz coincidência da publicação deste livro com a remodelação do nosso jornal, em que durante muitos anos o autor trabalhou, integrando o colectivo do «Avante!» como sub-chefe da Redacção, continuando hoje a colaborar com alguma regularidade nas nossas páginas, para além da colaboração que presta em outras publicações do Partido.

Foi, aliás, com base na série de artigos vindos a lume na revista «O Militante», sob o título genérico «Media e Sociedade» que este **Jornalismo e Sociedade** se constrói. Não se trata, como esclarece o autor, de «mera junção» desses textos, mas do aproveitamento desse trabalho, com a redacção de novas contribuições. Do que resulta uma abordagem ampliada e coerente da temática do jornalismo nos dias de hoje.

Para os que fazem jornais e sobre o fenómeno meditam, trata-se aqui de um livro que não pode deixar de ser lido. Mas o seu objectivo de ir mais longe e de proporcionar ao público em geral «um conjunto de materiais que ajudem a compreender melhor os media e o jornalismo que temos, a sociedade em que vivemos e as suas mútuas relações», sendo, como consideramos, perfeitamente conseguido, alarga em muito o âmbito do seu interesse e da sua leitura.

Integrando a actividade jornalística e o seu resultado na «panorâmica» social - e não tratando-o como fenómeno à parte ou apenas influenciador e não influenciável pelas pressões e poderes que a sociedade e o seu desenvolvimento geram - Fernando Correia analisa as relações entre o jornalismo e a sociedade e adverte:

«Com o Muro de Berlim vieram abaixo muitas coisas mas, e ao contrário do que alguns, aproveitando a boleia, pretendem fazer crer, entre essas coisas não estão as classes e as contradições de classe: continuam a existir, exprimindo-se por vezes de novas formas, alargando-se a novos espaços - e a comunicação e a informação constituem precisamente um seu território privilegiado.»

# Crónicas da Idade Média

Ruben de Carvalho

## Os média...

A primeira questão vai ser por causa do «i»... Já se percebeu, há aqui uma piscadela de olho, «Idade Média», «Idade Média», as crónicas do Fernão

Lopes e essas crónicas que hoje reflectem e fazem o nosso quotidiano.

Voltaremos à questão, mas este aparentemente simples problema ortográfico merece umas linhas.

Não foram os grandes jornais ou sequer as rádios e televisões que, em inglês, inventaram o termo «media». Pelo contrário, foram buscar a situações e realidades já conhecidas uma designação existente.

Não será talvez relevante se «media» provem do latino «medium», mas já parece importante saber que esse conceito romano correspondesse ao instrumento, ao meio que realiza a **mediação** (para nos mantermos no latim, *mediatio*), ou seja, o acto mediante o qual se estabelece uma ligação entre, recorrendo a uma feliz definição, «conceitos, possibilidades ou essências que parecem excluir-se ou opor-se». Ligação que é sobretudo um conhecimento do qual é possível partir para novas sínteses e realidades.

Compreende-se assim facilmente como a imprensa, rádio e televisão dos séculos XIX e XX adoptaram para si uma designação que percorreram caminhos desde Aristóteles a Hegel e Marx: o grande objectivo desses

suportes de transmissão de informação é serem o elemento **intermediário**, o meio, o media através dos quais ideias, informações, revelações, novidades «que parecem excluir-se ou opor-se» chegam ao conhecimento dos homens e assim podem continuar a viver e a criar «conceitos, possibilidades ou essências».

Os ingleses chamaram-lhes

«media», que lêem «mídia». Os brasileiros, mais ágeis que nós nestas coisas, adoptaram simplesmente o «mídia»; nós andamos indecisos... Escrevemos «media» e lemos «mídia», mas também lemos «media»...

Em qualquer dos casos, esta realidade de novo nome vai buscar laços a essas **crónicas** de factos que começaram a construir a História.

Aqui se propõe fazer a crónica destas novas crónicas que a idade dos media criou.

## ...os meios...

Os «media» destas crónicas dispõem de meios de comunicação. Rotativas, antenas, câmaras, altifalantes, transistores, cablagens ópticas, emissores. Mas, por suas vez, estes meios de comunicação recorrem a elementos de comunicação, a linguagens que aprendemos e constituem os meios mediante os quais nos entendemos. Palavras, imagens, alfabetos, cores.

Esta crónica que agora está a ser lida, tentando ser um meio para comunicar, foi escrita, passada a letra de jornal, impressa e conta agora com o facto de quem a lê - saber ler.



O catálogo de tipos de Giambattista Bodoni: 45 anos de trabalho, 291 alfabetos latinos, 34 gregos, inúmeros enfeites e elementos tipográficos.

Um apaixonante trabalho familiar e colectivo que levaria a que fosse sua mulher, Margarita Dall'Aglio, a completar a obra cinco anos após o desaparecimento do grande tipógrafo de Parma

Mas as palavras, as mesmas palavras, que compõem esta crónica não chegam a quem a lê de uma qualquer forma. Ou antes, poderiam chegar desta forma - ou de outra.

O «a» ou o «g» que está a ler seriam sempre um «a» ou um «g», mas poderiam ter este desenho ou outro. E não é tudo a mesma coisa.

De imediato, poderiam ser letras pequenas ou grandes e assim serem mais ou menos legíveis. Mas, além do tamanho, o desenho também é importante: em letra impressa há «letras redondas que se lêem muito bem» e «letras que até parecem de médico»...

Esta letra, o desenho desta letra, que aqui se lê tem um nome: Bodoni. E há uma pequena crónica da idade **mídia** a fazer sobre isso.

Giambattista Bodoni nasceu em Itália em 1740 e ali faleceu, em Parma, em 1813. Foi talvez o mais famoso dos pioneiros impressores - e porquê? Os tipos criados por Bodoni continuam a ser considerado como uma das referências para o surgimento dos alfabetos tipográficos **modernos**. Perguntar-se-á, como ainda «modernos» 250 anos depois?!

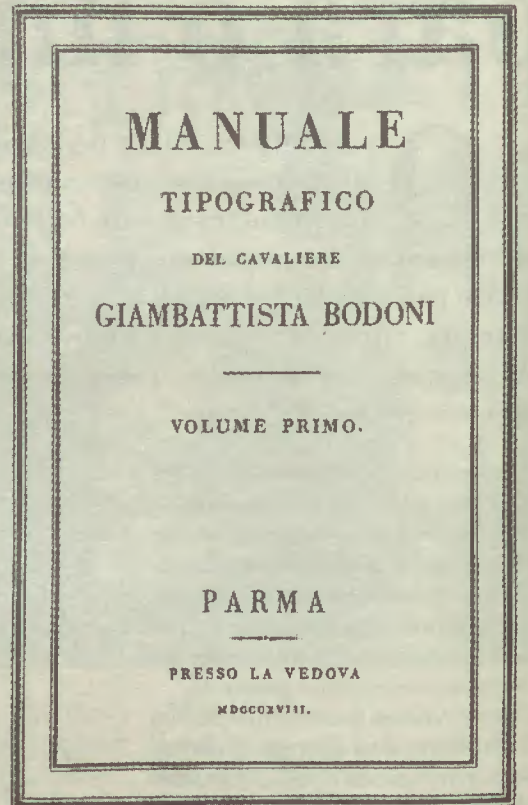
A grande diferença das letras desenhadas por Bodoni relativamente ao que até aí sucedia é que, reflectindo uma outra postura cultural e a evolução da arte gráfica, **não pretendiam imitar a letra escrita, mas sim usar as novas possibilidades de legibilidade criadas pela tipografia.**

A modernidade de Bodoni resulta de conhecer e usar o que a técnica lhe propõe, mas essencialmente da sua honestidade intelectual ao buscar dessas possibilidades e conhecimento uma maior clareza para comunicar.

Mais ainda, Bodoni é moderno porque procura ser universal: desenha tipos, mas, pela primeira vez na história da tipografia, publica um catálogo. Sistematiza, divulga, ensina.

As possibilidades dos computadores permitiram corrigir aspectos onde as opções estéticas de Giambattista criaram tropeços à facilidade de leitura, mantendo contudo opções geniais: as linhas simples (no calão gráfico, as serifas) rematando as letras de forma simultaneamente efectiva e ligeira, a elegância do traçado, o equilíbrio entre grossos e finos.

Nicolau de Cusa, Hegel ou Marx concordariam que os alfabetos de Giambattista Bodoni foram contributos preciosos para o acto criador de conhecer e transformar.



## ...expressamente...

E a propósito, um dos livros mais interessantes sobre a relação entre o poder político e a comunicação social (as *crónicas da idade mídia*...) foi escrito por Theodore Sorensen, conselheiro de imprensa de John Kennedy durante os 1000 dias de governo da referência mítica dos EUA. *Decision Making in the White House: The Olive Branch or the Arrows*, publicado em 1963, é uma obra de memórias e de reflexão que o futuro viria a revelar de peculiar agudeza de espírito.

Escreve Sorensen que «a selecção e descrição de factos e acontecimentos [pelos media] - muito mais do que os seus editoriais - ajudavam a criar ou promoviam temas de interesse nacional, a condicionar as opiniões do Congresso e do público, e a influenciar a agenda e o calendário do presidente».

Na edição da passada semana, o editoralismo do EXPRESSO é irrelevante; mas os «factos e acontecimentos» sobre o PCP colocados em título de 1ª página constituem o «acontecimento» do jornal. Seriam seguramente para Theodore Sorensen um exemplo do condicionamento e da influência.

A questão é que um editorial é uma opinião com a qual se está ou não de acordo, mas a notícia é aceite como uma realidade. É? Como saber? Mas essa notícia, que não se pretende opinião, é uma construtora de opiniões. De quem a lê ou de quem, dia seguinte, sobre ela teoriza e redige editorial opinativo e gera opiniões.

Os «factos» dos textos do EXPRESSO estarão amanhã esquecidos, mas a «opinião» que quiseram sugerir segue o seu caminho. É construída pela incapacidade de distinguir a medíocre zaragata pelo poder no PSD ou no PS de uma antiga constante da vida dos comunistas portugueses: serem tão autónomos e livres no pensar, como determina o serem comunistas, quanto fraternos, unidos e eficazes como requer o serem partido.

O fascinante na descrição de Sorensen é que, afinal, se se deixa as coisas correrem conforme a lógica do sistema, uma má notícia falseada pode ter a força de uma boa opinião ignorada.

É por isso que, há 70 anos, as páginas deste jornal são essenciais. Pelos factos, pela opinião. E é bom contar com o Bodoni. Por causa da honestidade, da confiança, da mesma vontade de futuro.



• José Saramago

# «Partes de África»

As palavras do título, tal como estão aí dispostas, não são ideia minha, mas sim de Helder Macedo, poeta e ensaísta de primeira água, que as usou para título de um seu magnífico romance que de África precisamente trata e também, como seria inevitável, de Portugal. *Partes*, toda a gente o sabe, significa *parcelas*, mas significa igualmente *lugares* e *relatos*. Delas e deles se tratará pois neste brevíssimo escrito, assim como da língua portuguesa, essa flor do Lácio, do Luís de Camões lhe chamou, e que é, depois do inglês e do espanhol, a terceira língua europeia mais falada no mundo. Só em África andam a comunicar-se em português, a par, obviamente, da caleidoscópica variedade dos idiomas e dialectos indígenas (enprego esta palavra no seu preciso sentido etimológico, isto é, aquilo que é natural de um lugar), os povos de cinco países: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Em anos passados, as minhas andanças já me haviam levado a Cabo Verde e a Moçambique, neste que acabou foi a vez de Angola e de um regresso ao segundo destes países. E já despontam no horizonte as viagens que me farão ir a Guiné-Bissau e a São Tomé e Príncipe... Quem disse que escrever é um trabalho sedentário?

A Luanda foi a convite de duas associações culturais privadas, a Maputo, integrado numa organização do Instituto Camões, acompanhando um grupo de escritores e professores universitários de algumas das muitas partes onde a língua portuguesa se fala, escreve e lê. Este Instituto Camões é o nosso Instituto Cervantes, a nossa Aliança Française, o nosso Instituto Goethe, infelizmente com menos dinheiro para

gastar que os seus confrades, mas com projectos bastantes para trabalhar com persistência e eficácia, um pouco por todo o mundo, a favor da importância e da dignificação da língua portuguesa e das literaturas que nela se vêm imaginando e escrevendo. «Pontes Lusófonas», que assim se denominou a reunião que nos levou a Moçambique, é um desses projectos, ainda que, manda a verdade que se diga, manifestamente insuficiente no seu desenho actual. Uma contraditória falta de ligação às realidades sociais e culturais dos lugares onde até agora se realizou (Lisboa e Maputo) tornou as «Pontes Lusófonas» em uma espécie de roda dentada que a sua lógica própria faz girar, mas que, por não saber reconhecer as outras em que deveria engrenar, não consegue pôr a funcionar o mecanismo. Redefinidos os objectivos, disciplinados os meios, corrigidos os erros, moderados os excessos de grandiloquência, acredito que amanhã se poderá transitar com proveito por essas pontes.

Sem pausa nem descanso, primeiro contra o colonizador, depois entre naturais, Angola está em guerra há quase 40 anos. É uma guerra de que se falou e já não se fala, uma guerra ignorada pela opinião pública, uma guerra pantanosa, sem sorte, aonde os jornais e as televisões já não perdem tempo a enviar os seus enviados especiais. A cidade de Luanda, construída para 400 ou 500 mil habitantes, calcula-se que tenha hoje três milhões e meio. Ao redor do núcleo urbano, numa vasta área, estendem-se os *musseques*, enormes aglomerações de pequenas construções de adobe, de bar-

racas, de tugúrios improvisados. São três milhões de sobreviventes, fugidos da guerra, homens e mulheres sem trabalho nem esperança de o terem, crianças sem futuro, uma esperança média de vida que não vai além dos 44 anos...

Não é possível, aqui, dar notícia completa de quanto vi e ouvi em Luanda. Contentar-me-ei com dois episódios que à primeira vista não pareciam destinados a tornar-se cada um deles, em complementar do outro, e, juntos, em lição recomendável. Antes da conferência que fui dar à União dos Escritores, quatro jovens, três rapazes e uma rapariga de um grupo de teatro local, interpretaram para a assistência um texto dramático de um autor angolano cujo nome infelizmente não retive e em que a palavra *pátria* foi dita repetidas vezes. Enquanto ia escutando pus-me a recordar a visita que tinha feito no dia anterior ao Museu das Forças Armadas Angolanas, na fortaleza quinhentista de S. Miguel, uns decrepitos barracões atulhados de velhas armas enferrujadas, restos da guerra de independência, onde ainda se vêem, por exemplo, casacos e calças feitos de cascas de árvore, que os guerrilheiros usavam. E também fotografias. Em uma delas, um grupo de sorridentes soldados portugueses decapita um inimigo. O cadáver (prefiro pensar que aquele corpo já estaria morto), levantado



pelos braços, está de bruços, um soldado levanta o machete. O resultado da operação, isto é, a cabeça cortada, aparece numa outra fotografia, ao lado. Os actores iam dizendo e repetindo com entusiasmo, com devoção, com amor, a palavra *pátria* e eu pensava que afinal as pátrias verdadeiramente não existem, o que existe em nós é só um *desejo de pátria*, uma espécie de anseio que experimentámos alguma vez e que as realidades não tardaram a conspurcar e ofender. Embora igualmente portugueses pelo nascimento, aqueles soldados e eu não pertencíamos à mesma pátria. A minha verdadeira pátria, aquela que teria sido a realização do desejo, não era a que me ensinaram na escola nem a que ao longo da vida os interessados naquela tentaram incutir-me. Quando a representação terminou, esquecido já do tema que tencionara desenvolver, falei daquelas imagens terríveis, das pátrias de uns e outros, do horror de ser isto que somos, do horror ainda pior de continuar a sê-lo.

(Três dias depois, em Maputo, uma professora da Universidade de Joanesburgo contar-me-ia que uma rapariguinha angolana, de dez anos, exilada na África do Sul, tinha escrito o seguinte numa redacção escolar: «Posso morrer em inglês, posso morrer em alemão, posso morrer em italiano, posso morrer em espanhol, mas só em português poderei ressuscitar.» Tornei a pensar nas pátrias e cheguei à conclusão de que estas coisas são mais complicadas do que parecem. Mas numa certeza me mantenho firme: não é o mesmo o Portugal daqueles soldados e o meu. Isso me basta para não perder de todo a esperança.

## Pontos Naturais

• Mário Castrim

### Os dias, a alma Actual

As portas bateram.  
Disseram os vizinhos:  
deixa, são fantasmas.

Tilintaram os vidros nas janelas  
e cresceram as chamas na lareira.  
As telhas voaram  
a chaminé tombou.  
Finalmente ruíram as paredes

Ponto 1 – A minha ideia  
é só pedir que leiam bem, mas bem,  
os três primeiros versos  
deste poema.

Ponto 2 – Se acordar o juízo  
ler os restantes já não é preciso.

### Memória

Estendo o meu braço esquerdo  
para o largo lugar vazio  
onde, no tempo do medo,  
deitava o meu braço frio.

Hoje, no espaço vazio  
está a sombra do meu braço esquerdo  
recordação desse frio  
que gela o espaço de medo.

### Salmo 71

Deu-me forças a tua cidadela.  
Se não por ti  
tive palavras  
canto  
esperança  
contigo enchi meu dia.

Na minha juventude foi assim.

Velho e sem forças  
hoje  
(e tantos os desastres  
aflições  
abismos...)  
ser digno do que fui apenas quero.

Para guardar o tempo.

### Pessoal

Rapaz! Por hoje, de política chega.  
O «Avante!» já o tem suficiente.  
Vá, manda aviar uns versos para a gente  
ficar um bocadinho na sossega.

Então aí vai. Está um dia de asas mansas.  
Através dele vê-se tudo fino  
rosto de menino  
sob as secas tranças.

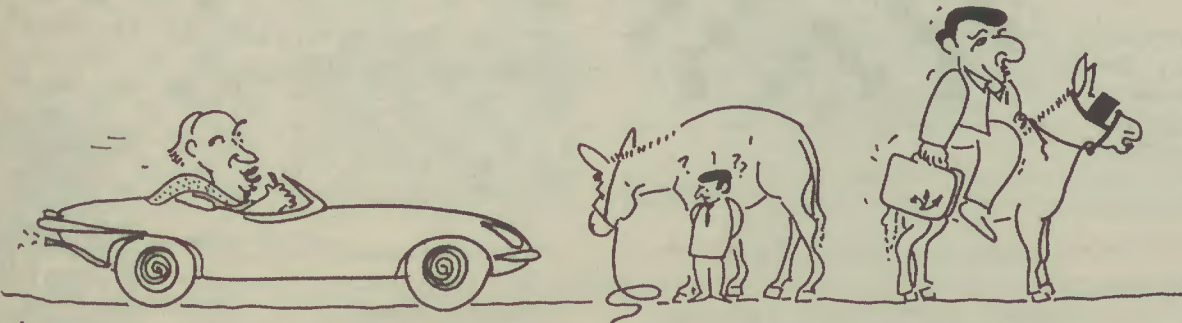
Há uma visita da felicidade.  
Há um cristal na mão.  
Feliz cidade.  
Gratidão.

Nisto, uma raiva rasa o riso raso.  
A multidão na rua.  
«Queremos os salários em atraso!»  
Negro, um pano flutua.  
Merda para este dia de asas mansas!

Desculpem se falhei.  
São testemunhas de que tentei  
até falei de crianças  
e alegria.  
Mas o poema, como bem se repara,  
é um tipo com vergonha na cara  
que não se vende por dez réis de poesia.

## Cartoon

A CAMINHO DE VISEU...



• Monginho





# Teatro em português

• Maria Helena Serôdio

Não é difícil reconhecer no teatro o «laboratório da língua» de que falava Vitez, mesmo admitindo que o teatro não se esgota na palavra e que várias podem ser as modalidades de representação que a omitem em cena, sem sequer ter que optar pelo teatro do mimo ou pela mais recente forma do teatro-dança. Lembro-me, por exemplo, do belo espectáculo da Cornucópia sobre texto de Kroetz (*Música para si*) que «descrevia» a rotina de uma trabalhadora ao serão, de regresso a casa sozinha, depois de mais um dia de fadiga. Mas, apesar destas ressalvas, a palavra é ainda importante no teatro: na história que se conta, no diálogo que se

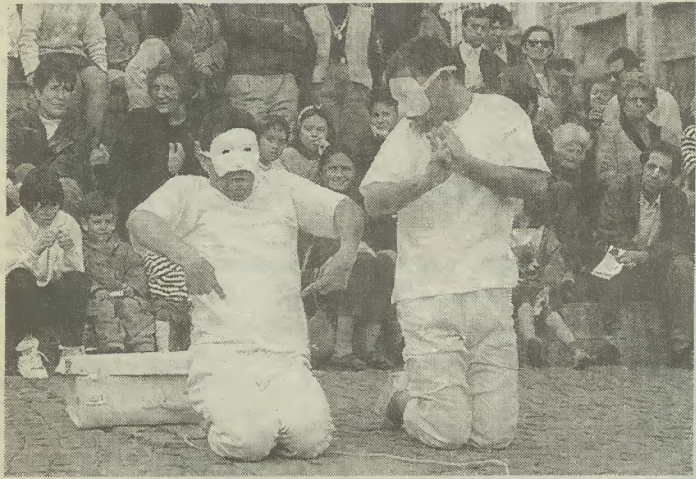
espécie de oficina de escrita e experimentação cénica. Há no Porto uma estrutura vocacionada para trabalhar sobre dramaturgias contemporâneas, e começa também a haver encomendas interessantes para refazer textos que não dramáticos para a cena, como foi a reescrita de crónicas de Lobo Antunes, do romance *A Paixão*, de Almeida Faria (que o próprio autor refez), ou das *Viagens na minha terra*, de Garrett, feita pelo Carlos Porto. E há ainda a iniciativa exemplar da SPA e do Novo Grupo de patrocinarem um prémio que já permitiu a publicação e a encenação (notável, de João Lourenço) de uma peça de grande valor: *Às vezes neva em Abril*, de João Santos Lopes, sobre a violência racista em *gangs* da periferia.

Mas outras temáticas igualmente importantes têm vindo a ser trabalhadas por autores portugueses, como as que mais directamente interpelam o nosso quotidiano. É o caso de Mário de Carvalho, que dramatizou a desagregação de valores e do convívio familiar em *A rapariga de Varsóvia*, ou falou, num estilo de comédia brilhante, de um perigoso tigre (leia-se: um estado fascista) que ronda um bloco de apartamentos (*Se perguntarem por mim, não estou*). Jorge Silva Melo escreveu sobre alguns dos condicionalismos trágicos da vida dos jovens, como é a droga (*O fim, ou tende misericórdia de nós*), Luísa Costa Gomes reportou-se ao quotidiano de mulheres

em *Nunca nada de ninguém*, e Isabel Medina criou para a Escola de Mulheres uma comédia engraçadíssima sobre (des)amores de mulheres em *Os novos confessionários*. Mais recentemente, Maria Velho da Costa publicou uma peça excelente, *Madame*, e vários são os mais jovens escritores que têm visto (com relativa celeridade) as suas peças publicadas, encenadas e até premiadas.

Não é ainda, se calhar, o momento de se dizer que há já um consistente repertório de teatro contemporâneo português, mas a verdade é que já são muitos os textos que vale a pena ler e encenar. Mas há ainda um longo caminho a percorrer: como é possível um Teatro Nacional fazer tão pouco nesta matéria? Onde estão os espaços e os apoios continuados à leitura de novas peças? Como organizar de forma produtiva a discussão entre escritores? E como dinamizar o encontro de escritores com públicos variados? Onde estão colecções de pequenos *dossiers* sobre os dramaturgos contemporâneos? Onde está a divulgação sistemática de textos em edições traduzidas? Que política de difusão se faz junto de companhias estrangeiras ou de departamentos universitários de outros países?

Mas estas e outras insuficiências não podem, porém, negar o óbvio: é que já não é possível persistir no preconceito de que os portugueses não têm «tête dramatique», nem falar de novas escritas de portugueses sem aí incluir um capítulo de textos para teatro.



encena, na interpelação que se pode dirigir ao público, na «conversa», enfim, que suporta a nossa relação social e artística.

Vem isto a propósito de uma questão que, a meu ver, continua a ter a sua pertinência: a de defender e estimular um repertório português de teatro. É verdade que, há muitos anos, ouvi um actor de créditos bem firmados - o Mário Jacques - lembrar que houve tempos em que era vital para os actores portugueses poderem conhecer e interpretar os grandes textos do repertório mundial - clássicos e contemporâneos - para poderem fugir à mediania de um repertório limitado e menor que grassava entre nós. Mas eram tempos que obedeciam a constrangimentos de censura e que, entre nós, não era fácil nem atractivo escrever peças, até porque muitas das que fossem escritas, não poderiam ser encenadas. Vejam-se, entre outros, o caso de *Felizmente há luar*, de Stau Monteiro, ou o d' *A Pécora*, de Natália Correia, que só conheceram o palco bem depois do 25 de Abril.

Ultimamente, porém, ao fazer o balanço anual das peças portuguesas publicadas e encenadas, torna-se claro que tem havido um acréscimo muito significativo de títulos novos nos últimos anos, e que há editoras que têm vindo a dar à estampa textos de teatro de autores vivos. Por outro lado, há cada vez mais companhias que incluem no seu repertório peças portuguesas recentes e há outras que mantêm em permanência dramaturgos e dramaturgistas, criando uma

## Pontos Cardeais

### Clandestinos

Segundo o *Público*, os operários de países de Leste a trabalhar clandestinamente em Portugal já ultrapassam os 50 mil, na generalidade vítimas de engajadores sem escrúpulos que, nos seus países de origem, cobram centenas de contos para os colocar no nosso país via Comunidade Europeia, prometendo-lhes bons ordenados e legalização garantida. Chegados a Portugal, aguarda-os empreiteiros portugueses igualmente sem escrúpulos que, após os explorarem durante meses a fio, não só não lhes pagam como, muitas vezes, os denunciam aos serviços de emigração, que os repatriam. E estamos a falar de gente profissionalmente qualificada onde é vulgar encontrar médicos, engenheiros, arqueólogos, professores universitários, etc., que para aqui vêm trabalhar nas obras como serventes ou simples carregadores. Um médico russo, ex-clandestino, afirma à reportagem que o Governo português podia «organizar tudo legalmente, como faz a Suíça», mas ele próprio dá resposta: «Se assim fosse, os empreiteiros teriam de nos pagar melhor e pagar impostos. Eles não querem isso e o Governo fecha os olhos.» Pois fecha... Aliás, este Governo só tem olhos abertos para servir os poderosos, os exploradores e os fugitivos ao fisco, como mais uma vez se viu nesta proposta de orçamento de Estado.

### O «polvo» alemão

Cada dia que passa traz novos desenvolvimentos sobre os escândalos financeiros envolvendo a CDU de Helmut Kohl, traçando um mapa vergonhoso de corrupção ao mais alto nível na política alemã recente. O lamaçal já bateu à porta

do próprio Kohl, a quem o antigo tesoureiro da CDU denuncia não apenas como directamente conhecedor das contas secretas no estrangeiro, mas também como seu principal movimentador, dado que nenhum dinheiro era mexido sem a sua autorização ou conhecimento. Estão também a vir ao de cima «negócios de consultoria» geridos por Kohl a partir de uma residência pessoal, o que coloca o «construtor da Europa» cada vez mais como um banal e vergonhoso «construtor dos seus próprios interesses». Isto apesar da sua rábula em se afirmar um homem «sério», que não denuncia os amigos.

Quanto à governação da Alemanha pela CDU de Kohl, parece cada vez mais um polvo pouco democrático e nada cristão...

### Doenças

Afinal, o agudo «ataque de leucemia», que teria acometido o ditador Pinochet na sua residência luxuosamente fixa de Londres, não passava de um aumento de glicémia, no quadro de uma pequena crise diabética. Todavia, os seus apoiantes trombetaram a mentira com quanta força tinham, na cobarde expectativa de atrair a piedade das autoridades inglesas. Quanto ao ditador - sempre tão brutalmente arrogante nas suas «poses de Estado» quando detinha o poder absoluto no Chile - não hesita em actuar como um poltrão, representado o papel de velho tremelicas e inválido.

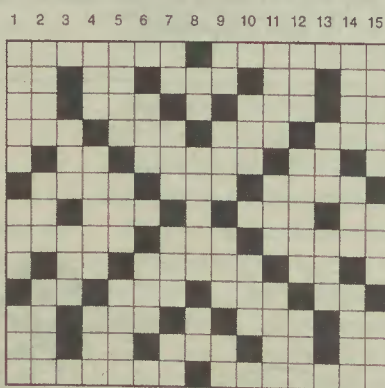
Entretanto, se se afirmam tão certos de que Pinochet não carrega qualquer peso na consciência, por que fogem todos tão cobardemente ao julgamento?!

## Palavras Cruzadas

**HORIZONTAIS:** 1 - Lugar destinado à criação de rãs; planta poligálcea de sabor amargo. 2 - Alumínio (s.q.); articulação das falanges dos dedos; na companhia de; observei; atmosfera. 3 - Cálcio (s.q.); empunhei; título nobiliárquico inglês; Cobalto (s.q.). 4 - Larva que se cria nas feridas dos animais; prep. que indica limite; regressar; o tio americano. 5 - Prefixo que traduz a ideia de dois, duas vezes; combinam; parte mais larga da enxada. 6 - Espiolha; apelido de poeta português; cantiga. 7 - Pron. pess. reflexo; eternidade; ajustei (ant.); aspecto. 8 - Azedo; igualdade (pref.); aguça. 9 - Rádio (s.q.); exército; sim, no dialecto provençal. 10 - Basta; braço de rio; ice; Ósmio (s.q.). 11 - Cânhamo de Manila; ressoa; larva; aqueles. 12 - Irídio (s.q.); acusada; bebida usada na Índia; caminhais; mediada itinerária chinesa. 13 - Limpam com água; apoquentados (fig.).

**VERTICAIS:** 1 - Guisado de carne (bras.) (pl.); perverso; muitos (fig.). 2 - Formar em alas; dez vezes dez; desarranjo mental (fig.). 3 - Parte suplementar de certos móveis; pedra de altar. 4 - Moeda de prata da antiga Índia inglesa; repete; senhora (abrev.). 5 - Flor da roseira; insignificância (fig.); triturar com os dentes. 6 - Rochedo (bras.); imã do pai ou da mãe. 7 - Língua falada outrora a sul de Loire (França); pron. pess. feminino; cólera. Antemeridiano (abrev.). 8 - Conj. que indica alternativa ou incerteza; tempestuoso; mil e cem romanos. 9 - Americio (s.q.); caminha para lá; espécie de capa sem mangas usada por irmandades e confrarias; brisa. 10 - Afirmativa; fileira. 11 - Fazer concordar; nome de mulher; que é de bronze. 12 - Gracejar; primeiro; arco de cabaz. 13 - Passa para fora; vazão. 14 - Charão; produto tintorial da Índia; chão. 15 - Fragância; pano da arrás; nota musical (pl.).

**SOLUÇÃO:** HORIZONTAIS: 1 - Rã; 2 - Alú; 3 - Cál; 4 - Larva; 5 - Di; 6 - Esp; 7 - Ref; 8 - Az; 9 - Rád; 10 - Bast; 11 - Cân; 12 - Irí; 13 - Lim; 14 - Char; 15 - Frag. VERTICAIS: 1 - Guis; 2 - Alas; 3 - Ped; 4 - Moed; 5 - Flor; 6 - Roch; 7 - Líng; 8 - Ant; 9 - Am; 10 - Afir; 11 - Faz; 12 - Gra; 13 - Pass; 14 - Char; 15 - Frag.

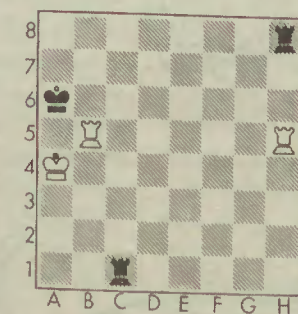


## Xadrez

DCCXL - 17 DE FEVEREIRO DE 2000  
PROPOSIÇÃO N.º 2000X06

Por: Henri Rinck  
«National Zeitung», 1921

Pr.: [3]: Ts ç1, h8-Ra6  
Br.: [3]: Ts, b5, h5-Ra4



Branças jogam e ganham

**SOLUÇÃO DO N.º 2000X06 [L. F.]**  
1. Ta5+, Rb6; 2. Th8, Ta1+; 3. Rb4, Tb1+; 4. Rc3, Ra5; 5. Ta8+, R-; 6. Tb8+ e.g.

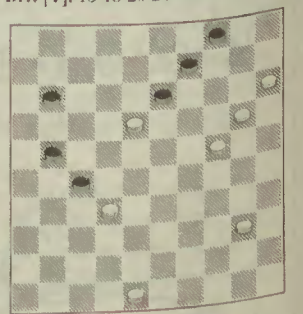
A. de M. M.

## Damas

DCCXL - 17 DE FEVEREIRO DE 2000  
PROPOSIÇÃO N.º 2000D06

Por: Louis Dalman  
«Combat dans l'Arène» (n.º 126)  
Nîmes (Fr.) - 1976

Pr.: [6]: 4-9-11-13-21-27  
Br.: [7]: 15-18-20-24-32-40-48



Branças jogam e ganham

**SOLUÇÃO DO N.º 2000D06 [L. D.]**  
1. 18-12, (27x30); 2. 15-10, (4x15); 3. 48-43, (38x49); 4. 12-B, (49x19); 5. B-3-D, (15x24); 6. 3x7+

A. de M. M.



# 4ª Assembleia da Organização de Beja do PCP

**Domingo, 20, a partir das 10h, no Instituto Politécnico de Beja, com a participação de Carlos Carvalhas que intervirá na sessão pública de encerramento, às 17h**

## Quinta-feira, 17

**AMADORA - Sector de Empresas** - Plenário de militantes do sector sobre a situação política e social e preparatório da Assembleia da Amadora: às 18h30, no CT da Amadora, com a participação de **Arménio Carlos**. **Debate** sob o tema «Pelo Serviço Público - não à privatização da água na Amadora», com a participação de **Jorge Cordeiro**: nos Recreios da Amadora, às 21h

## Sexta-feira, 18

**LISBOA - Beato** - Debate sobre Saúde: na Escola Luís António Verney, às 18h30.

**OVAR - Assembleia da Célula da Efacec/Ovar** - Para discussão da situação na empresa e eleição do Secretariado da Célula, com a participação de **Sérgio Teixeira**: às 21h30.

**SANTA MARIA DA FEIRA - Plenário concelhio de militantes**: no CT do PCP, às 21h30, com **António Salavessa**.

**SINTRA - Plenário da freguesia**: no CT de Sintra, às 21h30.

**TORRES NOVAS - Debate sobre a actualidade internacional**: às 21h, no CT do PCP, com **Domingos Lopes**.

## Sábado, 19

**ALMEIDA - 1ª Assembleia da Organização Concelhia**: no Antigo Centro de Saúde, a partir das 15h, com a participação de **Aurélio Santos**.

**AMADORA - Brandoa** - Assembleia da organização da freguesia: às 15h, no CT da Brandoa.

**AVIS - 4ª Assembleia da Organização da Freguesia de Benavila**: às 16h, no CT de Benavila, com **Raimundo Cabral**.

**BARREIRO - Alto do Seixalinho** - Plenário da organização da freguesia, com a participação de **Blanqui Teixeira**: às 15h30, no CT Concelhio.

**CALDAS DA RAINHA - CDU** - Reunião de eleitos e activistas para balanço do trabalho realizado e perspectivas de trabalho em 2000/2001: no CT do PCP, às 18h.

**CASCAIS - Almoço-convívio e debate** sobre a acção do Partido na freguesia: às 13h, CT de Cascais. (Inscrições para o almoço até quinta-feira, 17, pelo tel. 214866991).

**FARO - Encontro Regional da CDU** sobre as propostas da CDU sobre várias matérias de âmbito e interesse nacional e regional, sobre a actividade dos eleitos e a preparação das próximas eleições autárquicas: às 15h, no CT do PCP, com a participação de **Carlos Luís Figueira**.

**LISBOA - Carnide** - Plenário electivo da freguesia: às 15h, na Junta de Freguesia. **S. Paulo** - Plenário de militantes da freguesia sobre questões da Organização e plano de trabalho para 2000: no CT de Santos. **Graça** - Visita ao Pátio dos Peixinhos e Pátio do Quintalão, com a participação de **Rita Magrinho**, vereadora do PCP na CML: às 14h30, com concentração junto ao CT do PCP da Graça. **S. Jorge de Arroios** - Plenário de militantes da freguesia, com **Martinho Batista**: às 15h, CT Vitória. **Alcântara/Belém** - Plenário de militantes, preparatório da Assembleia da Zona Oriental: às 15h no CT de Alcântara. **Almoço-debate** sobre a **Marcha Mundial das Mulheres** contra a violência e a pobreza: no Centro de Trabalho da Ajuda, com a participação de **Rosa Xisto**.

**LOURES - Jornadas autárquicas no concelho de Loures**: visita ao Mercado de Loures, às 10h30, aos bairros de Milharado, Fanqueiro e Infanteado, às 14h30; debate sobre «Perspectivas de Desenvolvimento da Freguesia de Loures», às 17h, no Ginásio do Pavilhão Paz e Amizade.

**MEALHADA - CDU** - Reunião concelhia de eleitos e activistas: às 21h, no CT de Pampilhosa, com **António Salavessa**.

**ODIVELAS - Jornadas autárquicas da CDU na Pontinha**: a partir das 10h, com a participação de **Francisco Pereira**.

**OEIRAS - Porto Salvo** - Plenário de militantes da freguesia, com a participação de **Alexandre Teixeira**: às 15h30, no CT de Porto Salvo.

**PALMELA - Curso de formação política**, com a participação do camarada **Jaime Serra**: no CT de Palmela, a partir das 10h.

**PORTO - Encontro de Quadros do PCP sobre «A intervenção autárquica e as eleições de 2001»**: às 15h, no CT da Boavista.

**SETÚBAL - Encontro Regional de Bancários** sobre a situação laboral neste sector: às 10h, no CT do Seixal.

**SINTRA - Montelavar** - Plenário de militantes da freguesia: no CT de Montelavar, às 21h30. **CDU** - Visita de trabalho ao concelho: partida às 10h do CT do Cacém.

## Domingo, 20

**ALCOCHETE - Visita CDU ao concelho**, com a participação de eleitos e activistas da CDU: a partir das 9h, com concentração junto ao CT do PCP.

**LOURINHÃ - Ventosa** - Agricultura em debate: com a participação de um deputado do PCP, na Associação Cultural, Desportiva e Recreativa da Ventosa, às 15h.

**VILA FRANCA DE XIRA - Assembleia da Organização da Freguesia** - a partir das 14h30, no União Desportivo Vilafranquense, com a participação de **Francisco Lopes**.

## Segunda-feira, 21

**BARREIRO - Encontro do Grupo Parlamentar do PCP com membros das ORT's** e activistas do sector químico do Barreiro: às 17h, no CT concelhio.

**PORTO - Debate público sobre «O OE para 2000 - Por uma maior justiça fiscal»**, com a participação de **Octávio Teixeira**: às 21h30, na Junta de Freguesia de Stº Ildefonso,

## Terça-feira, 22

**ODIVELAS - CDU / Reunião sobre o movimento associativo** - às 21h, no CT do PCP.

## Quinta-feira, 24

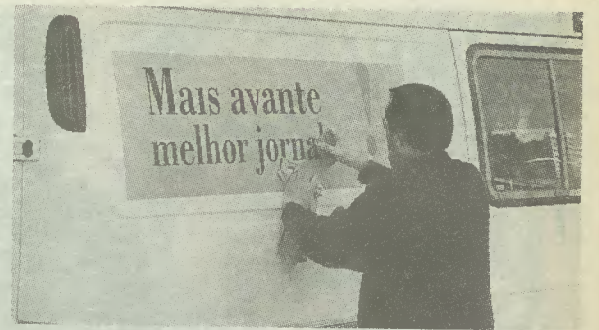
**LISBOA - Debate sobre o sistema fiscal e as propostas do PCP** - às 18h30, no CT Vitória, com **Octávio Teixeira**.

## Sexta-feira, 25

**LISBOA - Jantares comemorativos do 79º aniversário do PCP**: no CT Vitória, com **Álvaro Cunhal**; no Clube Operário, com **António Andrez**.

## Sábado, 26

**LISBOA - 5ª Assembleia da Organização da Zona Ocidental de Lisboa** (O projecto de documento pode ser levantado nos CTs da Zona).



## Campanha Nacional de Promoção e Difusão do Avante!

### ● Alhos Vedros

Sábado, 19 - CT do PCP - 15h  
Debate com a participação de **Dias Lourenço**

### ● Almada

Sábado, 19  
**Bancas nas freguesias - Venda extraordinária** pela célula dos trabalhadores da Autarquia  
Terça-feira, 22 - CT Concelhio  
Debate com a participação de **José Casanova**

### ● Aveiro

Quinta-feira, dia 17 - CT do PCP - 21h  
**Reunião extraordinária da DORAV aberta a outros quadros**  
com a participação do camarada **José Casanova**

### ● Évora

Quinta-feira, dia 24 - Monte Alentejano - 18h30  
**Convívio «à volta da mesa»** com **José Casanova**

### ● Lisboa

Quarta-feira, dia 23 - CT Vitória - 21h  
**Encontro-debate sobre o «Avante!»** promovido pela Org. Cidade de Lisboa, com a participação de **José Casanova**

### ● Moita

Sábado, 19 - Biblioteca da Moita - 21h30  
**Espectáculo** com **Zé Pinho** e **Manuel Teixeira**, Duo Gerações, Alfonso, Jorge Silva, Julián del Vale e debate com o camarada **Dias Lourenço**

### ● Montijo

Quinta-feira, dia 17 - a partir das 9h  
**Brigadas de venda do «Avante!»**  
No Mercado Municipal e no mercado da «Reforma Agrária»

### ● Ovar

Sábado, dia 19  
**Banca de divulgação do «Avante!»** e de outros materiais do PCP no Mercado de Ovar

### ● Palmela

Quinta-feira, dia 17  
**Banca de divulgação do «Avante!»**  
Na CM e nas freguesias do concelho

### ● Seixal

Quinta-feira, 17 e Sexta-feira, 18  
**Bancas de divulgação do «Avante!»** em vários locais do concelho  
Sábado, dia 19 - Pavilhão do Alto do Moinho - 15h  
**Sessão sobre o aniversário do «Avante!»** com a participação de **José Casanova**

### ● Setúbal

Quinta-feira, dia 17  
**Bancas de rua para venda do «Avante!»**  
Sexta-feira, dia 18 - Edifício Arrábida  
**«A imprensa em Portugal e o papel do «Avante!»**  
- debate com a participação de **José Casanova**

## GRÂNDOLA

**1.º Encontro Regional do Litoral Alentejano**  
S.M.O.G. - Sábado, 19 - 15h  
**Jantar-convívio** no CT do PCP  
Com a participação de **Luísa Araújo**

## ALMADA

**Debate-convívio sobre a situação internacional** com a participação de **Ángelo Alves** e **Alexandrino Martins**  
CT do Pragal - Sábado, 19 - 21h30

## LISBOA

**Reunião nacional de militantes da JCP que estudam no Politécnico**  
Sede nacional da JCP - Domingo, 20 - 11h

## ÉVORA

**Debate sobre toxicod dependência** com a participação de **Bernardino Soares**, **Ana Pedro**, **Dr. João Almeida**, **Dra. Otilia Roque**  
Palácio D. Manuel - Terça, 22 - 21h

## SETÚBAL

Sábado, 19 às 13h30  
**Associação de Amizade Portugal-Cuba**  
Núcleo de Setúbal  
**Almoço-convívio** na Coop. do Faralhão  
«Benvinda a Liberdade»  
com a participação de **Gen. Vasco Gonçalves**, **Alm. Rosa Coutinho**, **Miguel Urbano Rodrigues**, **José Casanova** e da **Embaixatriz de Cuba**, **Merdedes Aguiar Pena**





ATVer

Alexandre  
Pinto  
e  
Ana  
Moreira



## O Caso da Mulher Infiel

(Quinta, 01.10, TVI)

Constituindo, à primeira vista, uma seqüela do argumento de *Chinatown*, realizado anos antes por Roman Polanski, *O Caso da Mulher Infiel* vai recuperar a mesma personagem daquele filme e coloca-a numa idêntica situação de crime e mistério. Uma evocação do grande filme negro, na qual Jack Nicholson, desempenhando o papel de um detetive irónico e arrogante, tem excelente desempenho atrás das câmaras, como realizador (em alguns momentos brilhante) e ainda na direcção de actores, entre os quais se destaca Harvey Keitel.

## Os Mutantes

(Quinta, 01.35, RTP 2)

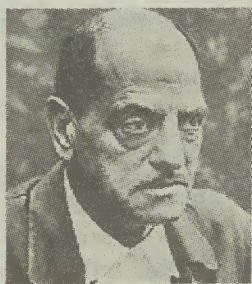
Naquele que é um dos mais duros e amargos filmes da sua curta e já assinalável carreira, a cineasta portuguesa Teresa Villaverde debruça-se, mais uma vez, sobre o mundo incómodo e comovente da marginalidade, abordando com grande realismo o percurso de três jovens, dois rapazes e uma rapariga, que se encontram nas suas vidas errantes pelas ruas, procurando ultrapassar as agruras de uma vida familiar marcada pela degradação social na grande urbe. As contradições da sociedade capitalista, à beira

do século XXI, simbolicamente escarpadas num filme admirável. Com Ana Moreira, Alexandre Pinto e Nelson Varela, nos principais papéis.

## A Idade do Ouro e Susana

(Segunda, 22.50, RTP 2)

Saída de uma colaboração entre Salvador Dalí e Luis Buñuel (em homenagem do qual a RTP 2 hoje começa um ciclo especial), *A Idade do Ouro* é uma curta obra-prima do cinema surrealista e uma das mais ferozes obras cinematográficas antiburguesas e anticlericais de toda a História do Cinema. Por isso, à data da estreia em Paris (1930), ela boicotada pela extrema-direita e logo proibida, só em 1981 voltando a ser projectada.



Homenagem a Buñuel na RTP 2

A completar esta primeira noite dedicada a Buñuel, é projectado

*Susana*, um dos filmes menos conhecidos do grande realizador espanhol, no qual uma jovem libertada de uma casa de reeducação se acolhe a um rancho de um grande proprietário e provoca os maiores problemas entre os vários membros da família. Um filme sensual, brilhante de início mas com um final cuja moral sempre desagradou ao realizador.



Jack Nicholson e Harvey Keitel, em «O Caso da Mulher Infiel»

## E ainda...

*Predadores*, de Walter Hill (Terça, 23.30, SIC)

*O Bruto*, de Luis Buñuel (Quarta, 22.15, RTP 2)

*Finalmente Teu*, de Paul Mazursky (Quarta, 03.40, RTP 1)

## Cabo e Satélite

### Tesouros roubados

Na sua noite temática de hoje, o canal franco-alemão Arte vai dedicar toda a sua emissão ao tema do roubo de obras de arte pelos nazis durante a II Guerra Mundial. Com o título genérico «Em Busca dos Tesouros de Guerra», a noite começa pelas 19.45 com o documentário «Quadros de Uma Pilhagem» (1998, dos suíços Bettina Hoffman e Daniel Monnat) e que acompanha a busca de cem mil obras roubadas durante a ocupação da França; em «Os Desaparecidos», outro documentário, (Gr.Br./1998, de Christopher Spencer) uma família holandesa, os Gutman, tentam recuperar a sua colecção roubada em 1943; finalmente, «La Chambre d'Ambre» (Alem./1991, de Roland Graf) é um filme policial no qual três descobridores de tesouros seguem a pista de uma obra de arte roubada depois da guerra. (Arte, quinta-feira, entre as 19.45 e as 23.15)

## Edgar Allan Poe

No seu habitual espaço *Biografia*, o canal História vai apresentar amanhã um documentário sobre a tão extraordinária quanto curta vida de Edgar Allan Poe (1809-1849), o célebre escritor norte-americano, especialmente famoso pela sua poesia e ensaios críticos mas, sobretudo, pela maestria com que dominava a forma literária do conto, em particular das histórias que lidavam com o mistério e o macabro. (História, sexta-feira, das 21 às 22 horas)



## Quinta, 17

### ▼ RTP 1

07.00 Hora Viva  
10.00 Praça da Alegria/  
Culinária  
12.20 Concurso «Quem Quer Ser Milionário?»  
13.00 Jornal da Tarde  
14.00 A Usurpadora  
14.50 Boa Tarde  
16.30 Infantaria  
18.00 Hugo  
18.50 Caderno Diário  
19.00 Regiões  
20.00 Telejornal  
20.50 Remate  
21.05 Contra-Infomção  
21.15 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»  
21.45 A Lenda da Garça  
22.35 Parque Maior  
00.05 Senadores  
01.15 Aqui Europa (Estreia)  
01.25 24 Horas  
01.45 RTP / Economia  
01.55 1.ª Página  
02.30 «Em Nome do Amor» (Filme de Michael Lindsay-Hogg, EUA/1994, com Stephen Collins, Sana Vraa. *Melodrama.*)

### ▼ RTP 2

07.30 Euronews  
14.45 Jazz num Dia de Verão  
15.00 Informação Gestual  
16.00 Caminho das Estrelas  
16.55 Memórias de Hotéis de Luxo  
18.00 Informação Religiosa  
18.30 A Bíblia e a Arqueologia  
19.00 Desporto: Campeonato Mundial de Futebol de Praia  
19.55 Caderno Diário  
20.05 Aventuras de RinTinTin  
20.20 Recordar  
20.35 Sobrevivência  
21.30 Jornal 2  
22.15 RTP / Economia



Alexandra Lencastre em «Não És Homem, Não És Nada»

22.30 Acontece  
22.50 «Sexta-Feira 13 - Parte VI» (Filme de Tom McLoughlin, EUA/1986, com Thom Matthews, Jennifer Cooke. *Terror.*)  
00.25 Remate  
00.40 Mistérios de Ruth Rendell  
01.35 «Os Mutantes» (Filme de Teresa Villaverde, Port./Fr./Alem./1998, com Ana Moreira, Alexandre Pinto, Teresa Roby, Isabel Ruth. *Ver Destaque.*)

### ▼ SIC

08.00 Buéréré  
10.00 SIC 10 Horas  
12.00 Os Malucos do Riso  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 O Juiz Decide  
15.00 Ponto de Encontro  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 A Loja do Camilo  
21.30 Terra Nostra  
22.30 Esta Semana  
23.45 «Operação Força Delta» (Filme de Sam Firstenberg, EUA/1996, com Ernie Hudson, Frank Zagarino, Joe Lara. *Ação.*)  
03.15 Último Jornal

### ▼ TVI

09.00 Animação  
12.30 Estrela de Fogo  
13.30 TVI Jornal  
14.30 Louca Paixão  
16.00 Animação  
18.30 Filho do Dragão  
19.30 Directo XXI  
20.00 Combate Mortal  
21.00 Ri-te Ri-te  
22.30 Reis da Música Nacional  
01.30 «Coragem de Uma Mulher» (Filme de Hary Winer, EUA/1992, com Eileen Brennan, Steven Lang, Shelley Hack. *Drama.*)  
03.35 Competente e Descarada  
04.05 Adultos à Força  
05.05 A Balada de Hill Street  
06.10 Fascinação

## Sexta, 18

### ▼ RTP 1

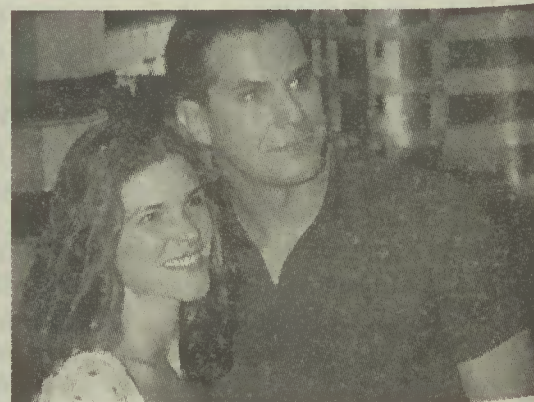
07.00 Hora Viva  
10.00 Praça da Alegria/  
Culinária  
12.20 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»  
13.00 Jornal da Tarde  
14.00 A Usurpadora  
15.00 Boa Tarde  
16.30 Infantaria  
18.00 Hugo  
18.50 Caderno Diário  
19.00 Regiões  
20.00 Telejornal  
20.50 Remate  
21.05 Contra-Infomção  
21.15 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»  
21.45 A Lenda da Garça  
22.35 A Raia dos Medos  
23.30 «Predadores de Nova Iorque» (Filme de Guillermo del Toro, EUA/1997, com Mira Sorvino, Jeremy Northam. *Thriller Fantástico.*)  
01.15 24 Horas  
01.30 RTP / Economia  
01.40 1.ª Página  
02.10 Futebol: Resumo Belenenses-Braga  
02.25 NBA

### ▼ RTP 2

07.00 Euronews  
14.45 Jazz num Dia de Verão  
15.00 Informação Gestual  
16.05 Caminho das Estrelas  
16.55 Memórias de Hotéis de Luxo  
18.00 Informação Religiosa  
18.30 A Bíblia e a Arqueologia  
19.00 Juvenil  
19.50 Caderno Diário  
20.00 Disney Doug  
20.20 Recordar  
20.35 Animal Informers  
21.30 Jornal 2  
22.15 RTP / Economia  
22.30 Acontece  
22.50 Andamentos  
23.20 «Sexta-Feira 13 - Parte VII» (Filme de John Carl Buechler, EUA/1988, com Jennifer Banko, John Ofrin. *Terror.*)  
00.55 Aqui Europa  
01.05 Remate  
01.20 Crime Violento  
02.05 Ponto de Mutação - China Hoje

### ▼ SIC

08.00 Buéréré  
10.00 SIC 10 Horas  
12.00 Jornalistas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 O Juiz Decide  
15.00 Ponto de Encontro  
16.00 Fátima Lopes  
18.00 Vila Madalena  
19.00 A Força de um Desejo  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Chuva de Estrelas



«Vila Madalena» é uma nova telenovela da SIC, ao fim da tarde

22.10 Terra Nostra  
23.35 Jogo Limp  
02.00 Último Jornal

### ▼ TVI

09.00 Animação  
12.30 Estrela de Fogo  
13.30 TVI Jornal  
14.30 Louca Paixão  
16.00 Animação  
18.30 Filho do Dragão  
19.30 Directo XXI  
20.00 Combate Mortal  
21.00 Ri-te Ri-te  
22.30 Reis da Música Nacional  
01.30 «Coragem de Uma Mulher» (Filme de Hary Winer, EUA/1992, com Eileen Brennan, Steven Lang, Shelley Hack. *Drama.*)  
03.35 Competente e Descarada  
04.05 Adultos à Força  
05.05 A Balada de Hill Street  
06.10 Fascinação

## Sábado, 19

### ▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil  
10.55 Campeonato Mundial de Futebol de Praia  
13.00 Jornal da Tarde  
14.00 Top +  
15.15 Academia de Polícia  
16.10 «O Gendarme em Férias» (Filme de Jean Girault, Fr./1970, com Louis de Funés, Michel Galabru, Christian Marin. *Comédia.*)  
18.05 Jet 7  
18.55 Futebol: Campoiorense-Porto  
21.00 Telejornal  
21.50 Contra-Infomção  
22.05 Santa Casa  
23.50 Con(s)ertos na Cave  
00.20 Serviço de Urgência  
01.20 Loja do Cidadão  
02.20 Máquinas  
03.20 24 Horas  
03.50 Futebol: Resumo Sporting-Gil Vicente  
04.20 Longa Metragem

### ▼ RTP 2

07.00 Euronews  
09.00 Universidade Aberta  
12.00 Baptizado de S.A.R. D. Dinis de Santa Maria  
13.30 Quem Sai aos Seus  
14.00 Parlamento  
15.00 Desporto 2  
19.30 Magazine 2001  
20.00 Jornal 2  
20.45 A Outra Face da Lua  
22.15 Dinheiro Vivo  
22.45 O Lugar da História  
23.45 Allô, Allô  
00.15 Híppies  
00.45 French and Saunders  
01.15 «Tiro de Escape» (Filme de Sam Peckinpah, EUA/1972, com Steve MacQueen, Ali MacGraw, Sally Struthers. *Policial.*)

### ▼ SIC

07.00 Zip Zap  
12.00 O Nosso Mundo  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 «Por Favor Matem a Minha Mulher» (Filme de Jim Abrahams, David Zucker, Jerry Zucker, EUA/1986, com Danny DeVito, Bette Midler, Judge Reinhold. *Comédia.*)  
16.15 Big Show Sic  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Mundo VIP  
22.10 Negócio Fechado  
23.40 «Fantasia e Sedução» (Filme de Mike Sedán, EUA/1997, com Kathy Sommers, Tim Agee. *Erótico.*)  
02.00 Último Jornal  
02.35 «Os Homens do Silício» (Filme de Lawrence O'Neil, EUA/1997, com David Schwimmer, Chris Cooper. *Docudrama.*)

### ▼ TVI

09.00 Animação  
12.00 Top Rock  
13.30 Desporto: Contra-Ataque  
14.30 «Ordem Para Matar» (Filme de Jim Goddard, EUA/1994, com Timothy Dalton, Omar Sharif, Marg Hengelberger. *Drama.*)  
17.30 Filme a designar  
19.30 «Marabunta» (Filme de Jim Charleston, EUA/1997, com Eric Lutes, Julia Campbell, Mitch Pileggi. *Terror.*)  
21.30 Todo o Tempo do Mundo  
22.40 «O Amante da Minha Mulher» (Filme de Ted Kotcheff, EUA/1995, com Tyrone Benskin, Robin Dunne, Karin Dwyer. *Drama.*)  
00.40 Directo XXI  
01.20 «A Sanguie Frio» (Filme de M. Wallace Wolod Arsky, EUA/1994, com Michael J. Fox, Jason Priestley, Peter Riegert. *Comédia Negra.*)  
03.20 Histórias Fantásticas  
04.20 Balada de Hill Street  
05.55 Fascinação





As aventuras de Jules Verne na RTP 1

Domingo, 20

**▼ RTP 1**

- 07.00 Infantil/Juvenil
- 10.55 Campeonato Mundial de Futebol de Praia
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 Made in Portugal
- 15.15 Academia de Polícia
- 16.15 «A Volta ao Mundo em 80 Dias» (Filme de Michael Anderson, EUA/1956, com David Niven, Cantinflas, Shirley MacLaine, John Gielgud. *Aventuras.*)
- 16.50 Colisão Fatal
- 19.25 Major Alvega
- 20.00 Telejornal
- 20.50 Contra-Infomação
- 21.05 Agora é que São Elas
- 22.20 Domingo Desportivo
- 23.50 Nada É Sagrado
- 00.50 Prazeres
- 01.45 24 Horas
- 02.10 «Um Agente na Sombra» (Filme de Cyril Frankel, Gr.Br./1975, com Dirk Bogarde, Ava Gardner, Timothy Dalton. *Espionagem.*)

**▼ RTP 2**

- 07.00 Euronews
- 09.00 Programa Religioso
- 10.30 Missa
- 11.20 O Nome da Nossa Gente
- 11.55 Novas Aventuras de Robin Hood
- 12.40 Caminho das Estrelas
- 13.30 Quem Sai aos Seus
- 14.00 A Minha Vida com os Animais
- 14.30 Onda Curta: Curtas Metragens
- 15.00 Desporto 2 (Inclui Rugby: Portugal-Espanha)
- 19.00 Rotações
- 19.30 Jornal de África
- 20.00 Artes e Letras: Documentário sobre a coreógrafa Trisha Brown
- 21.00 Bombordo
- 21.30 Jornal 2
- 22.15 Horizontes da Memória
- 22.45 Ecos na Sombra (Estreia)
- 23.40 Travessa do Cotovelo
- 00.40 Artes de Palco: «Journey» (Bailado com coreografia de Patti Capletti)

**▼ SIC**

- 07.30 Zip Zap
- 12.00 BBC Vida Selvagem
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 «Uma Tremenda Confusão» (Filme de Blake Edwards, EUA/1986, com Ted Danson, Howie Mandel, Richard Mulligan. *Comédia.* (de Ben Stiller, EUA/1996, com Jim Carrey, Matthew Broderick, Leslie Mann. *Comédia.*)
- 16.00 VIP
- 17.00 Rex, O Cão Polícia
- 18.00 Inimigo Público n.º 1: «O Pai» (Filme de James Roodi, EUA/1993, com Patrick Swayze, Halle Berry, Sabrina Lloyd. *Comédia / Acção.*)
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Residencial Tejo
- 22.15 Herman Sic
- 00.15 Futebol: Benfica-Farense
- 02.30 Último Jornal
- 03.05 O Guarda-Costas

**▼ TVI**

- 09.00 Animação
- 11.00 Programas Religiosos (Inclui Missa)
- 13.30 Portugal Português
- 14.30 «Tornado Negro» (Filme)
- 16.30 «Querida, Ampliei os Miúdos» (Filme)
- 18.30 Directo XXI
- 19.00 «Selvagem» (Filme)
- 22.10 Parabéns TVI (Programa comemorativo do 7.º aniversário da TVI)
- 00.10 «Airspeed - Viagem Alucinante» (Filme)
- 02.10 Futebol: Everton-Aston Villa
- 04.10 A Balada de Hill Street
- 05.25 Fascinação

Segunda, 21

**▼ RTP 1**

- 07.00 Hora Viva
- 10.00 Praça da Alegria/Culinária
- 12.30 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 A Usurpadora
- 15.00 Boa Tarde
- 16.30 Os Gnomos
- 16.55 Infância
- 18.00 Hugo
- 18.50 Caderno Diário
- 19.00 Regiões
- 20.00 Telejornal
- 20.50 Remate
- 21.05 Contra-Infomação
- 21.15 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
- 21.45 A Senhora Ministra
- 22.15 A Lenda da Garça
- 23.00 Jogo Falado
- 00.50 24 Horas
- 01.10 RTP / Economia
- 01.20 1.ª Página
- 01.40 «Festa de Julho» (Filme de Christopher Menaul, Gr.Br./EUA/1995, com Embeth Davidtz, Tom Bell. *Drama.*)

**▼ RTP 2**

- 07.30 Euronews
- 14.45 Jazz num Dia de Verão
- 15.00 Informação Gestual
- 16.00 Caminho das Estrelas
- 16.55 Memórias de Hotéis de Luxo



«A Raia dos Medos» foi um êxito na RTP 1

- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Universidade Aberta
- 19.00 Juvenil
- 19.50 Caderno Diário
- 20.00 Aventuras de RinTinTin
- 20.20 Recordar
- 20.35 Animais & Cia (Estreia)
- 21.30 Jornal 2
- 22.15 RTP / Economia
- 22.30 Acontece
- 22.50 «A Idade do Ouro» (Filme de Luis Buñuel, Fr./1930, com Lya Lys, Gaston Modot, Max Ernst); «Susana» (Filme de Luis Buñuel, Méx./1950, com Rosita Quitana, Fernando Soler. *Ver Destaques.*)
- 01.25 Remate
- 01.40 Perigo Iminente
- 02.30 Ponto de Mutação: China Hoje

**▼ SIC**

- 08.00 Buérré
- 10.00 SIC 10 Horas
- 12.00 Médico de Família
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 O Juiz Decide
- 15.00 Ponto de Encontro
- 16.00 Fátima Lopes
- 18.00 Vila Madalena
- 19.00 A Força de um Desejo
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Clube dos Campeões
- 21.30 Terra Nostra
- 22.30 Roda de Milhões
- 00.40 «Só se Ama Duas Vezes» (Filme de Timothy Bond, EUA/1992, com Michael Ontkean, Karen Allen, Gemma Berry. *Drama.*)
- 02.40 Último Jornal

**▼ TVI**

- 09.00 Animação
- 12.40 Estrela de Fogo
- 13.30 TVI Jornal
- 14.30 Louca Paixão
- 16.00 Animação
- 19.00 Olh'ó Vídeo
- 19.30 Directo XXI
- 20.00 Combate Mortal
- 21.00 Quero Justiça
- 22.40 «Verdade Oculta» (Filme de Bobby Roth, EUA/1994, com Rosanna Arquette, Scott Bakula, Jerry Wasserman. *Drama.*)
- 00.45 «Geração Mortífera» (Filme de Seth Pinsker, EUA, com Raphael Sbarge, Kate Hodge. *Ficção Científica.*)
- 02.45 Competente e Descarada
- 03.15 Adultos à Força
- 04.15 A Balada de Hill Street
- 05.30 Fascinação

Terça, 22

**▼ RTP 1**

- 07.00 Hora Viva
- 10.00 Praça da Alegria/Culinária
- 12.30 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 A Usurpadora
- 14.50 Boa Tarde
- 16.30 Os Gnomos
- 16.55 Infância
- 18.00 Hugo
- 18.50 Caderno Diário
- 19.00 Regiões
- 20.00 Telejornal
- 20.50 Remate
- 21.05 Contra-Infomação
- 21.15 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
- 21.45 Não És Homem, Não És Nada
- 22.15 A Lenda da Garça
- 23.00 Grande Entrevista (Judite de Sousa)
- 00.30 24 Horas
- 00.50 RTP / Economia
- 01.00 1.ª Página
- 01.20 Os Hughleys
- 01.50 «Reunião de Família» (Filme de Ken Olin, EUA/1991, com James B. Sicking, Bibi Besch, William McNamara. *Telefilme / Melodrama.*)

**▼ RTP 2**

- 07.30 Euronews
- 14.45 Jazz num Dia de Verão
- 15.00 Informação Gestual
- 16.05 Caminho das Estrelas
- 16.55 Memórias de Hotéis de Luxo
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 A Bíblia e a Arqueologia
- 19.00 Juvenil
- 19.50 Caderno Diário
- 20.00 Aventuras de RinTinTin
- 20.20 Recordar
- 20.35 Animais & Cia
- 21.30 Jornal 2
- 22.15 RTP / Economia
- 22.30 Acontece
- 22.50 «Uma Mulher Sem Amor» (Filme de Luis Buñuel, Méx./1951, com Rosario Granados, Julio Villareal, Joaquin Cordero. *Melodrama.*)
- 00.25 Remate
- 00.40 A Queda das Monarquias Europeias
- 01.40 Hitler's Henchenmen (Estreia)

**▼ SIC**

- 08.00 Buérré
- 10.00 SIC 10 Horas
- 12.00 Residencial Tejo
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 O Juiz Decide
- 15.00 Ponto de Encontro
- 16.00 Fátima Lopes
- 18.00 Vila Madalena
- 19.00 A Força de um Desejo
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Terra Nostra
- 22.00 Monsanto
- 23.30 «Predadores» (Filme de Walter Hill, EUA/1992, com Bill Paxton, Ice T, Ice Cube. *Acção.*)
- 01.30 Último Jornal
- 02.05 Noites Longas da SIC: Pornografia: A História da Civilização; A Antiguidade; A Imprensa; A Fotografia.

**▼ TVI**

- 09.00 Animação
- 12.40 Estrela de Fogo
- 13.30 TVI Jornal
- 14.30 Louca Paixão
- 16.00 Animação
- 19.00 Olh'ó Vídeo
- 19.30 Directo XXI
- 20.00 Combate Mortal
- 21.00 Futebol: Portugal-Suíça (Particular)
- 23.30 «Corrupção em Phoenix» (Filme de Danny Canon, EUA/1997, com Ray Liotta, Angelica Houston, Daniel Baldwin. *Acção.*)
- 01.05 «O Noivo da Morte» (Filme de Doug Campbell, EUA/1996, com Ashley Laurence, Joseph Kell, Mary Crosby. *Policial.*)
- 03.05 Competente e Descarada
- 03.35 Adultos à Força
- 04.35 4.º a Fundo
- 05.15 A Balada de Hill Street
- 06.30 Fascinação



«Parlamento», um dos espaços televisivos de debate político, saiu da RTP 1 e foi escondido (de novo) na RTP 2

Quarta, 23

**▼ RTP 1**

- 07.00 Hora Viva
- 10.00 Praça da Alegria/Culinária
- 12.30 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 A Usurpadora
- 15.00 Boa Tarde
- 16.30 Os Gnomos
- 16.55 Infância
- 18.00 Hugo
- 18.50 Caderno Diário
- 19.00 Regiões
- 19.35 Futebol: Bélgica-Portugal (Particular)
- 21.45 Telejornal
- 22.35 Remate
- 22.50 O Bar da Liga
- 23.00 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
- 23.30 As Lições do Tonecas
- 24.00 A Lenda da Garça
- 00.45 Esquadra de Polícia
- 01.50 24 Horas
- 02.10 RTP / Economia
- 02.20 1.ª Página
- 02.40 Diário de Maria
- 03.40 «Fielmente Ten» (Filme de Paul Mazursky, EUA/1996, com Cher, Chazz Palminteri, Ryan O'Neill. *Comédia Negra.*)

**▼ RTP 2**

- 07.30 Hora Viva
- 10.00 Euronews
- 14.45 Jazz num Dia de Verão
- 15.00 Informação Gestual
- 16.00 Caminho das Estrelas
- 16.55 Pour L'Amour de L'Inde
- 17.30 Informação Religiosa
- 18.00 Desporto: Basquetebol (Portugal-Bélgica)
- 19.30 Caderno Diário
- 20.00 Jornal 2
- 20.45 RTP / Economia
- 21.00 Acontece
- 21.15 Animais & Cia
- 22.15 «O Bruto» (Filme de Luis Buñuel, Méx./1952, com Pedro Armendariz, Katy Jurado, Rosita Arenas, Andres Soler. *Drama.*)
- 23.50 Remate
- 00.05 Sinais do Tempo
- 01.05 Hitler's Henchenmen

**▼ SIC**

- 08.00 Buérré
- 10.00 SIC 10 Horas
- 12.00 Mundo VIP
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 O Juiz Decide
- 15.00 Ponto de Encontro
- 16.00 Fátima Lopes
- 18.00 Vila Madalena
- 19.00 A Força de um Desejo
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Terra Nostra
- 22.00 Monsanto
- 23.30 «Predadores» (Filme de Walter Hill, EUA/1992, com Bill Paxton, Ice T, Ice Cube. *Acção.*)
- 01.30 Último Jornal
- 02.05 Noites Longas da SIC: Pornografia: A História da Civilização; Filme; Vídeo; O Futuro Digital.

**▼ TVI**

- 09.00 Animação
- 12.30 Estrela de Fogo
- 13.30 TVI Jornal
- 14.30 Louca Paixão
- 16.00 Animação
- 18.30 Olh'ó Vídeo
- 19.00 Directo XXI
- 19.30 Filme a designar
- 20.00 Combate Mortal
- 21.40 Ri-te Ri-te
- 23.10 «Viciados no Amor» (Filme de Griffin Dunne, EUA, com Meg Ryan, Matthew Broderick, Kelly Preston. *Comédia.*)
- 01.15 Competente e Descarada
- 01.45 PSI Factor
- 02.45 Adultos à Força
- 03.45 Os Julgamentos de Rosie O'Neill
- 05.00 Fascinação

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.



**TVisto**  
Correia da Fonseca  
**Eles**

«E u gostava muito de falar?...» Não sei se, entre tantos momentos pungentes, este foi o mais significativo da reportagem que Ana Margarida Matos fez para o «Esta Semana» acerca do quotidiano de uma meia dúzia de velhos que esperam, ali para Alfama. Velhos que vivem sós, ou porque já não têm família ou porque, tendo-a, é como se não a tivessem. Velhos que não têm com quem falar, por muito que em anos distantes gostassem de o fazer; que se movem com dificuldade; que mal vêem. Que esperam, nada mais, e sabem-no. E, contudo, não são dos mais trágicos velhos de entre os muitos milhares de velhos do nosso país. Tanto quantos nos apercebemos olhando a reportagem, estes não têm nenhuma doença grave e dolorosa, habitam casas guarneçadas do essencial, pelo menos alguns recebem a visita diária de um serviço de apoio domiciliário à velhice. Dir-se-ia que são privilegiados, e em certa medida é verdade. Ainda assim, porém, o melhor que podem esperar é a sorte de morrerem sem sofrimento. É pouco. Ainda que talvez não o pareçam, há pouco tempo ainda eram gente como nós. É pouco o que podem esperar, é pouco o que têm. Enquanto não nos tornamos em gente como eles, temos estrita obrigação de fazer com que tenham e esperem mais. Mesmo aqueles velhos, na verdade privilegiados mas de um privilégio que acontece como que num reino de horror manso.

A reportagem de Ana Margarida Matos bem podia mostrar-nos velhices muito piores, assim o tivesse querido. Bem sabemos que, por esse País fora, não faltam o mínimo apoio, a comida, as quatro paredes limpas, os objectos que são os sinais da vida percorrida. Velhos de quem o Estado não quer saber, de quem não se lembra excepto para tacitamente lamentar que ainda não tenham morrido e por isso pesem desagradavelmente nas estatísticas, dificultem a gestão

da segurança social, onerem o orçamento público mesmo só com pensões de miséria e serviços de saúde inoperantes. Os velhos da reportagem pareciam disfrutar daquilo a que um optimismo burocrático pode chamar mínima qualidade de vida. Só que é duvidoso que aquilo seja vida. Mesmo mínima.

**A frase de Luís Filipe**

Há muitos anos já, creio que há mais de vinte e cinco, vendo televisão, ouvi uma frase de Luís Filipe Costa que nunca mais esqueci, que regressa muitas vezes e voltou também enquanto acompanhava esta reportagem: «Não é triste ser velho; é triste ser velho em Portugal.» Sei bem que não é tanto assim, que é triste ser velho em muitos outros países, aliás cada vez mais numerosos porque o devir das sociedades ditas avançadas tem multiplicado o desprezo e a desatenção pelos velhos, porque foram empurradas para o desmoronamento tentativas de sociedades em que ser velho deveria não ser tão triste. E, contudo, eles, os velhos, são credores e de vários modos. Alguns até no plano financeiro, porque lhes é regateada a retribuição pelos dinheiros descontados durante décadas. Noutros planos também, naturalmente. Até quando são despachados para depósitos a pretexto de que os mais novos «têm a sua vida»; eles, que tinham «a sua vida» e contudo a limitaram para acolher e tratar os mais novos que eram então crianças. Destes e de outros aspectos não cuidou a reportagem de Ana Margarida Matos, que contudo indirectamente, no-los recordou, o que é mérito já não irrelevante. Porque a questão é que é preciso fazer com que a vida mereça ser vivida até ao fim, que deixe de ser uma estória que acaba tão mal. Porque os espectaculares progressos tecnológicos e outros que nos deixam embevecidos são bem pouca coisa se forem apenas o cenário preambular de um crepúsculo atroz. Ou, num outro registo, porque eles, os velhos, somos nós próprios. Se não já, daqui a pouco.



## A talhe de foice

• Henrique Custódio

### Ser ou não ser

As célebres «fontes não identificadas» do *Expresso* voltaram a atacar e, mais uma vez, não deixaram pedra sobre pedra: com elas, e em dois hectares de páginas, o semanário de Pinto Balsemão conseguiu «derrotar Álvaro Cunhal» em pleno Comité Central, meter o «marxismo-leninismo na gaveta», pôr a «extinção da CDU e Verdes em cima da mesa» e colocar «apoio a Sampaio em causa», tudo no âmbito de uma «viragem histórica» iniciada, segundo a «fonte anónima», na reunião magna dos comunistas realizada há dois fins-de-semana.

Os comentadores do costume atiraram-se à carcaça com uma fome antiga e foi vê-los, tremebundos, a celebrar exéquias durante todo o fim-de-semana.

Adequadamente, nem o *Expresso* nem nenhum «jornal de referência» apresentou, vindo da direcção do PCP, qualquer contraponto às alegadas informações das «fontes não identificadas» sobre o que se passara na reunião do Comité Central. Apenas dias depois - já o funeral do marxismo-leninismo fora benzido pelos mais risonhos hissopes - é que alguém se lembrou de levar o assunto ao secretário-geral do Partido.

Transcritas no *Público*, as respostas de Carlos Carvalhas não podiam ser mais directas: «Essas questões não foram discutidas na última reunião do Comité Central, tal como não o foram as presidenciais ou a continuidade da CDU, nem ninguém se expressou sobre tal tema.» Mais. «O líder do PCP repudiou todas as informações noticiadas no *Expresso*, classificando-as mesmo como «tentativas de intoxicação» e «frisou»: «O que posso dizer com verdade é que a reunião do Comité Central aprovou dois documentos por unanimidade e não houve mais nenhuma votação.»

Infelizmente, as «fontes do CC» citadas pelo *Expresso* gorgolejam na mesma clandestinidade das «fontes de financiamento» do senhor Kohl, pelo que não se pode confrontá-las com este enigma de reivindicarem a vitória da cizânia numa reunião que, afinal, desembocou em duas votações por unanimidade...

Uma, aprovou uma nota de trabalho interno, a outra relatou a reunião do CC, foi distribuída aos jornalistas e publicada no *Avante!*, aí se afirmando, a propósito da preparação do próximo Congresso, que este «deve ter como objectivo (...) imprimir uma maior dinâmica e iniciativa na intervenção política do Partido», «partindo do Programa e dos Estatutos em vigor e das orientações e Resoluções aprovadas» nos três últimos Congressos e «numa perspectiva de grande confiança na luta pelos seus valores, ideais e projecto e de afirmação da sua identidade».

Onde está aqui «posto o marxismo-leninismo na gaveta»?

Será através da «perspectiva de afirmação da identidade» do Partido expressa nesta orientação aprovada por unanimidade?!...

Será «partindo do Programa e dos Estatutos em vigor», como recomenda, unanimemente, o Comité Central?!...

Sendo assim, bem podem os exorcistas do PCP, o *Expresso* e as suas «fontes anónimas», pôr na gaveta essa ideia de engavetar o marxismo-leninismo.

Por muito que doa aos novos Hamlet, «ser ou não ser» não é a questão.

O marxismo-leninismo não é uma fantasmagoria shakespeariana a exorcizar, mas um instrumento de transformação do mundo a discutir.

PCP reclama na rua mais justiça fiscal e menos impostos

## Por uma reforma fiscal a sério!

O PCP lançou, na terça-feira, a já anunciada campanha «por mais justiça fiscal nos impostos», a decorrer até ao próximo dia 28.

Em todo o País, através de numerosas iniciativas, os comunistas trouxeram, assim, para a rua uma reivindicação que traduz uma legítima aspiração dos portugueses: o fim da «escandalosa injustiça fiscal que existe no nosso país».

Na baixa lisboeta, entre os muitos militantes do Partido e ajudando à distribuição dos materiais informativos e de propaganda da campanha, encontrava-se o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas.

Dos materiais entregues pessoalmente a quem passava, destaca-se um postal de recolha de assinaturas, através do qual os portugueses podem dirigir-se ao primeiro-ministro, exigindo uma «reforma fiscal a sério», que garanta mais justi-



Carlos Carvalhas anteontem na baixa lisboeta

ça fiscal, «menos impostos sobre quem trabalha, o fim de imorais benefícios à especulação financeira e bolsista e um combate mais eficaz à evasão fiscal das grandes fortunas».

No âmbito desta iniciativa do PCP - que integra bancas de rua e diversas acções de

contacto com as pessoas, debates, colóquios e mesas-redondas -, inclui-se a produção de tempos de antena para a TV e Rádio, que irão para o ar de hoje a uma semana.

### OE discrimina

Em conferência de imprensa, realizada na segunda-feira em Lisboa, o deputado António Filipe divulgou as propostas que o PCP quer ver consagradas no Orçamento de Estado e vai apresentar para inclusão no PIDDAC para o distrito.

Assim, entre as propostas que defende para a área da saúde, António Filipe destaca o reforço de verbas para a construção dos novos hospitais de Cascais, Loures, Vila Franca de Xira e Sintra e a construção de novos hospitais de cuidados continuados na Amadora e nas instalações do hospital de Arroios.

A segurança e as acessibilidades são, para além de educação e ensino e do ambiente, duas áreas que merecem igualmente a especial atenção do PCP.

Quanto à segurança, algumas das propostas vão no sentido da construção de mais esquadras da PSP nos concelhos da periferia de Lisboa e, no que respeita às acessibili-

dades, das 32 propostas apresentadas destaca-se o alargamento do IC19, a construção de variantes em diversas estradas nacionais e a construção do nó de ligação da A1 ao Sobralinho.

António Filipe sublinhou, ainda o decréscimo de 7,5 milhões de contos do investimento no distrito de Lisboa e acusou o Governo de fazer um PIDDAC «já com as eleições autárquicas no horizonte», pois, enquanto para os municípios socialistas há um aumento de verbas destinadas ao investimento em áreas sociais, em Loures, Oeiras e Sobral de Monte Agraço as verbas sofrem um grande corte.

## Carvalho da Silva hoje em Alqueva

O secretário-geral da CGTP está hoje no empreendimento do Alqueva, onde participa na reunião mensal do Secretariado Inter-Regional do Alentejo da central sindical. Manuel Carvalho da Silva encontra-se com os trabalhadores, durante a hora do almoço, e reúne também com a administração da EDIA.

Para ontem foi convocado, igualmente com a participação do dirigente da Intersindical Nacional, um plenário de trabalhadores das autarquias do concelho de Loures, no Pavilhão Paz e Amizade, que teve por principal objectivo preparar a greve nacional da Administração Pública, marcada para amanhã (ver pág. 7).

### Vimeca

Foi suspensa a greve convocada para ontem e hoje, na Vimeca Lisboa Transportes, pela uniformização das remunerações, diuturnidades, subsídio de refeição e outras matérias. As injustiças devem ser corrigidas aplicando o acordo de empresa da ex-RN, defendem as organizações representativas dos trabalhadores, que vão analisar as posições de abertura à negociação por parte da empresa. Uma comissão de utentes manifestou solidariedade ao pessoal da Vimeca e convocou mesmo uma concentração frente às instalações da empresa, em Queluz de Baixo, para ontem à tarde.

### Ensino Secundário

## JCP contra revisão curricular

A Coordenadora Nacional do Ensino Secundário da JCP manifestou-se contra a proposta da revisão curricular recentemente apresentada pelo Ministério da Educação.

Os jovens comunistas consideram que a ideia de um ensino secundário com duas vias canalizam à partida os estudantes ou para o prosseguimento dos estudos ou para o mundo do trabalho, quer pelo tipo de cursos quer pelo leque de opções. «Este projecto suscita mais dúvidas do que certezas», afirmam em comunicado.

A JCP considera que a referida redução da carga horária é «pura hipocrisia». «A ligeira diminuição proposta é clara-

mente insuficiente», sublinha. «A carga horária vai continuar a ser uma sobrecarga horária que não permite uma melhoria da participação dos alunos na escola.

Para a coordenadora, a possível criação de um ano após o 12.º pode canalizar os alunos para um ano curricular que os retenha no ensino secundário e que dificulte o acesso ao ensino superior. «Esta tentativa merece todo o nosso repúdio», declara.

Quanto à existência de uma área projecto/projecto tecnológico e ao facto de esta poder ser avaliada, a JCP considera que este pode constituir mais uma barreira no prosseguimen-

to de estudos e na melhoria da educação, visto não existirem condições de organização, materiais e humanas.

«Muito do que é proposto no documento apresentado não irá passar do papel, se não forem criadas essas condições», refere.

A JCP acusa ainda o Ministério da Educação de mais uma vez pôr de parte as associações de estudantes, «legítimas representantes dos estudantes e legalmente portadoras do direito à discussão das políticas educativas», em especial numa matéria tão importante como esta, que, a ser aplicada, terá grandes implicações na vida dos estudantes.

## Comissão levanta imunidade

A Comissão Europeia levantou na terça-feira a imunidade à antiga comissária Edith Cresson para que responda perante os tribunais belgas sobre o caso «Berthelot» que envolve suspeitas de falsa escritura, burla, corrupção e abuso de confiança, um escândalo que contribuiu para a queda do anterior executivo europeu.

René Berthelot, um amigo da ex-comissária socialista francesa, recebeu durante mais de um ano (entre Julho de 1995 e Fevereiro de 1997) um salário como conselheiro científico junto da Comissão Europeia, mas funcionários do executivo comunitário alegaram tratar-se apenas de um emprego fictício. Berthelot foi intimado pela Comissão a devolver os cerca de 5,5 milhões de francos belgas (cerca de 27 500 contos) que lhe foram pagos como salários.

